

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
TESE DE DOUTORADO

**VIDAS TRANSPLANTADAS: MUSEU, EDUCAÇÃO E A CULTURA MATERIAL NA
(RE) CONSTRUÇÃO DO PASSADO**

ELIZABETE TAMANINI

Campinas/SP

2000

i

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TESE DE DOUTORADO

**VIDAS TRANSPLANTADAS: MUSEU, EDUCAÇÃO E A CULTURA MATERIAL NA
(RE) CONSTRUÇÃO DO PASSADO**

AUTORA: ELIZABETE TAMANINI

ORIENTADOR: Dr. PEDRO PAULO ABREU FUNARI

Este exemplar corresponde à redação final da tese de doutorado defendida por Elizabete Tamanini e aprovada pela Comissão Julgadora.

Assinatura: _____

Comissão Julgadora:

Campinas/SP

2000

“Tempo Rei”

Não me iludo

Tudo permanecerá do jeito que tem sido

Transcorrendo

Transformando

Tempo, espaço

navegando em todos os sentidos

Pães de Açúcar

Corcovados

Fustigados pela chuva e pelo eterno vento

Água mole, pedra dura

tanto bate que não restará nem pensamento

Tempo Rei

Tempo Rei

Transformai as velhas formas de viver

Ensinai, oh Pai, o que eu ainda não sei

Mãe senhora do perpétuo socorrei

Pensamento

Mesmo o fundamento singular de ser humano

de um momento para outro

poderá não mais mudar nem gregos, nem baianos

.....

Não se iludam

não me iludo

Tudo agora mesmo pode estar por um segundo

Gilberto Gil.

Múltiplos agradecimentos

Aos professores que compuseram a banca para o exame de qualificação, Maria Cristina de Oliveira Bruno, Lucila S. Arouca.

Ao mestre Pedro Paulo Abreu Funari.

A Nadir, Sandro, Judith, Gerson, Flávia, Júnior e Maira eternos companheiros (as)

A Rosemarie pelo honroso apoio e dedicação

Aos meus professores de Mestrado e Doutorado em especial ao Prof. Maurício Tratemberg que se foi e quiçá transformar se-á em estrela.

Ao mestre Paulo Freire pelo encorajamento e autonomia.

A Profa. Dra. Ana Duarte, Profa. Dra. Carmem Lúcia Soares, Prof. Dr. César Carreiras, Dione Bandeira, Edelberto Behs, Profa. Dra. Isabel Victor, Prof. Dr. José Ballart, Prof. Dr. José Remesal, Profa. Ms. Lúcia Schneider, Margareth Lopes, Profa. Dra. Margarita Barretto, Prof. Dr. Mario Moutinho, Prof. Dr. Randal McGuire, Profa. Dra. Siân Jones, Pastor Tito Lívio Lermen, Prof. Dr. Victor Revilla, Prof. Dr. Walter A. Neves, pelos textos encaminhados, conversas e apoio acadêmico.

A Universidade Estadual de Campinas – Faculdade de Educação.

Ao Museu Arqueológico do Sambaqui de Joinville.

Ao Museu Nacional de Imigração e Colonização.

A Universidade de Barcelona.

A Câmara Municipal de Setúbal –Portugal.

Ao Instituto Luterano Superior de Educação de Santa Catarina.

Falo da alma

“Por tantas aprendizagens, partilhas, estranhamentos, idéias e confianças estas páginas são para Funari, Bruno e Lucila.

E, é claro pelo sempre encorajamento são para Benjamim Tamanini, Isabel S. Tamanini, Gabriela, Tiago e Luis”.

Sempre considere o conhecimento como algo significativo e importante para a autonomia do homem. Este entendimento advém da possibilidade de criarmos um mundo mais justo a partir da diversidade. Descobrir as diferenças e dela se apropriar no sentido de romper com as estruturas de poder, e relações sociais, racistas e desiguais constitui para mim a contribuição maior do pesquisador para com a sociedade.

(Tamanini, 1999)

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS

AHJ	- Arquivo Histórico de Joinville
CNPq	- Conselho Nacional de Ciências e Tecnologia
C.C.D.S.	- Centro Cultural Deutsche Schule
FCJ	- Fundação Cultural de Joinville
ICOM	- Internacional Council of Museums
IPH	- Instituto de Pré-História – USP
IPHAN	- Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
M.N.I.C.	- Museu Nacional de Imigração e Colonização
MAE	- Museu de Arqueologia e Etnologia da USP
MASJ	- Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville
MEC	- Ministério de Educação e Cultura
PMJ	- Prefeitura Municipal de Joinville
SPHAN	- Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNICAMP	- Universidade Estadual de Campinas
USP	- Universidade de São Paulo

RESUMO

A presente pesquisa tem como intenção primordial estudar a preservação da memória no contexto da Imigração no Sul do Brasil, sob o olhar da cultura material. A estruturação deste estudo deu-se por meio de vários movimentos, onde retrato a preocupação com os discursos produzidos e disponibilizados ao público nos Museus em especial o que se produz e é consumido pelo ensino.

Ao situar historicamente a minha trajetória de compreensão, busquei apoio na pesquisa qualitativa, na história oral e na análise das imagens e artefatos ficando assim, construído o corpo do trabalho.

Na primeira parte, **Educação e Museu: A Função Epistemológica e ideológica da memória no discurso da Etnicidade** fiz uma reflexão sobre memória, educação, etnicidade estabelecendo relações intrínsecas ao objeto Museu. Desta caminhada emergiu a fundamentação primeira para a construção da interrogação deste estudo: Em que medida os museus são testemunhos da identidade cultural dos povos e instrumentos de um diálogo intercultural que facilita a compreensão da sociedade e do mundo a partir da preservação e da promoção do patrimônio?

Na segunda parte, **Vidas transplantadas: Mito e ideologia da Colonização** passei a interrogar a construção de um imaginário para Joinville, a partir do Mito do colonizador. Para a compreensão deste processo enveredei para a análise da imigração no país e sua interface com a ocupação regional.

Na última parte, **Memória cristalizada, o cenário idealizado e acomodado-Museu: contextos, imagens e interpretações**, ao apreender os significados deste contexto e, contudo a criação de um ideário de colonização e imigração bem sucedida, cujas imagens se articulam e rearticulam-se em diferentes momentos e classes sociais distintas. Assim, a cristalização deste ideário encontrou em Joinville, um cenário perfeito para a legitimidade destas memórias e imagens: O Museu Nacional de Imigração e Colonização, daí nossas proposições.

A pesquisa realizada mostrou-me as ambigüidades construídas ao longo dos 150 anos de Imigração europeia para a região. A possibilidade de se construir a partir da análise de fontes outrora não exploradas trouxe novos aportes teóricos e conseqüentemente a grande contribuição para o aprimoramento do processo educativo cultural. Portanto, A cultura material de uma sociedade constitui, em si, resíduos do passado e como tal é fonte de relevantes gamas de informações, capazes de oferecer novos e outros tipos de levantamentos e análises dos vários elementos que a integram.

ABSTRAT

The current research has as main purpose to study the memory preservation in the immigration context in Southern Brazil under the view of material culture. This study was formed through several movements, where I retract the concern with speeches produced and made available to the public in Museums, mainly what is produced and consumed by learning prolesses.

When locating historically my comprehension trajectory, I searched for support in qualitative research, in oral history and in image and artifact analysis thus having built the work body.

In the first part, **Education and Museum: The Epistemologic and ideologic function of memory in the Ethnicity discourse**, I did a reflexion about memory, education, ethnicity establishing intrisical relations to the Museum object. From this path, the first fundamentation appeared for this study question building: In which measure the museums are witnesses of the people cultural identity and instruments of an intercultural dialogue that makes easy the society and world comprehension from the heritage promotion and preservation?

In the second part, **Transplanted Lives: Colonization Myth and Ideology**, I started to ask the construction of an imaginary for Joinville, from the Settler Myth. For this process understanding, I led the country immigration analysis and its interface with the regional occupation.

In the last part, **Crystalized Memory, the idealized and accomodated-Museum: contexts, images and interpretations**, getting this context meanings and, the creation of a settlement imaginary and immigration well succeeded, whose images are articulated and rearticulated in different moments and distinct social classes. Then this imaginary cristalization found in Joinville, a perfect scenario for these memory and image legitimacy: The Immigration and Colonization National Museum, the point for our proposals.

The research showed me ambiguities built along 150 years of European immigration to the region. The possibility of building from the analysis of source not explored before, brought new theoretical contributions and, moreover, the great contribution for the cultural education improvement. Thus the material culture of a society constitutes itself residues of the past and it is the source of relevent information, able to offer new and other types of constructions and analyses of the several elements that integrate it.

**CATALOGAÇÃO NA FONTE ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

T15v Tamanini, Elizabete.
Vidas transplantadas : museu, educação e a cultura material
na (re) construção do passado / Elizabete Tamanini. --
Campinas, SP : [s.n.], 2001.

Orientador : Pedro Paulo Abreu Funari.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Museus. 2. Educação. 3. Cultura. 4. Patrimônio. 5.
*Etnicidade. I. Funari, Pedro Paulo Abreu. II. Universidade
Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Festejos em comemoração a data de fundação da cidade – 1926.....	23
FIGURA 2 - “Residência na Estrada Bonita/ área rural em Joinville”	24
FIGURA 3 – Orquídea, imagem comum na cidade.....	25
FIGURA 4 - “Imagens de residências do imigrante bem sucedido”- Pomerode/SC.....	28
FIGURA 5 – Casa em estilo enxaimel – Quiriri – Joinville/SC.....	28
FIGURA 6 – Cartaz Propaganda veiculada na Europa em meados do século XIX, sobre a colonização no Sul do Brasil. (A inscrição diz: “Assentamentos alemães no norte do Estado de Santa Catarina Sul do Brasil”) (CCDS/AHJ).....	30
FIGURA 7 - Luminária –Interior da Casa Enxaimel – MNIC – conhecida pela tradição local como a “casa do colono”	55
FIGURA 8 – Interior da cozinha da Casa Enxaimel do M.N.I.C.	56
FIGURA 9 – Entrada do M.N.I.C. Em frente, a rua das Palmeiras ou Alameda Brüstlein, conta a tradição local, que as sementes das palmeiras foram trazidas a Joinville por Louis Niemayer, em 1867. Este cenário é bastante explorado turisticamente.....	64
FIGURA 10 - Museu Nacional de Imigração e Colonização – Visita técnica do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN/ Década de 70.....	65
FIGURA 11 – Enchente (década de 30) fenômeno comum em Joinville até os dias atuais ...	70
FIGURA 12 – Rancho característico nas região de Imigração-colonização em S.C. – Quiriri – Joinville.....	71
FIGURA 13 –Objetos representando o cotidiano do colono no período da colonização - interior da Casa Enxaimel/M.N.I.C. Tais objetos: forno de pão a lenha, pilão, e estábulo foram também adaptações sofridas fruto de necessidades sócio-econômicas e das relações interculturais , em especial a influência dos “lusos”	73
FIGURA 14 - Dança de São Gonçalo – tradição significativa na comunidade no Morro do Amaral (violeiros), 2000.....	75

FIGURA 15 - Francisco Soares pescador e comerciante nasceu no Morro do Amaral e viveu seus 86 anos nesta Comunidade, da qual se orgulhava em pertencer (imagem, 1985)..	75
FIGURA 16 – Panô Escrito em alemão - Interior da cozinha da “casa do colono”. M.N.I.C..	84
FIGURA 17 – Panô Escrito em alemão - Interior da cozinha da “casa do colono”. M.N.I.C..	84
FIGURA 18 - Museu Nacional de Imigração e Colonização.....	91
FIGURA 19 – Cozinha casa enxaimel – M.N.C.I.....	89
FIGURA 20 – Os artefatos, a cozinha - casa enxaimel – M.N.I.C.....	92
FIGURA 21 - Sala de visita da Casa enxaimel aos fundos do M.N.I.C. Móveis adquiridos através de trocas efetuadas junto a comunidade.” Móveis novos por móveis velhos”	93
FIGURA 22 - A casa enxaimel- Fundos do M.N.I.C. “Foi construída em 1910, por Bruno Martin, localizava-se na atual rua de nome Valgas Neves, vendida em 1918 para o Sr. Max Sell, que por sua vez vendeu para o 13o Batalhão. Em 1977 o então comandante doou a edificação para o Museu”	94
FIGURA 23 – Aspecto de casa enxaimel no Pirai – Joinville/SC.....	95
FIGURA 24 – Entrada de residência enxaimel na Estrada Pirai – Joinville/SC.....	97
FIGURA 25 – Área de agricultura – Pirai – Joinville/SC.....	99
FIGURA 26 – Atividade artesanal – fabricação de barricas – Pirai – Joinville/SC.....	101
FIGURA 27 – Interior de oficina artesanal agregada as atividades da família – Pirai – Joinville/SC.....	102
FIGURA 28 - Cenário idealizado Casa Enxaimel – M.N.I.C - objetos retirados do contexto, sua procedência é diversa.Porém não é complexificada, nas narrativas do Museu.....	102
FIGURA 29 – Casa enxaimel – Pirai – Joinville/SC.....	103
FIGURA 30 – Casa enxaimel – Pirai – Joinville/SC.....	105
FIGURA 31 – Cultura material idealizando o dia-a-dia da cozinha do colono, Casa Enxaimel, M.N.I.C.	106
FIGURA 32 – Interior de casa enxaimel – M.N.I.C.	107
FIGURA 33 – Cozinha casa enxaimel – M.N.I.C.	110

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS UTILIZADAS.....	vii
LISTA DE FIGURAS.....	viii
RESUMO.....	ix
ABSTRAT.....	x
<u>INTRODUÇÃO</u>	1
<u>EDUCAÇÃO E MUSEU: A FUNÇÃO EPISTEMOLÓGICA E IDEOLÓGICA DA MEMÓRIA NO DISCURSO DA ETNICIDADE</u>	4
<u>Interfaces entre Museu, Educação e Ideologia</u>	7
<u>A Construção de Discursos a Partir do Relato e Cultura Material</u>	15
<u>História Oral e Legado Cultural</u>	17
<u>VIDAS TRANSPLANTADAS: MITO E IDEOLOGIA DA COLONIZAÇÃO</u>	22
<u>O Mundo Deixado: Convergências e Divergências em Torno da Imigração no País em Meados do Século XIX, imagens e discursos.</u>	30
<u>A Terra Prometida: O Mundo Encontrado</u>	35
<u>“Tijolo por tijolo...” a (re) Construção - processo de ocupação regional</u>	45
<u>MEMÓRIA CRISTALIZADA, O CENÁRIO IDEALIZADO E ACOMODADO-MUSEU: CONTEXTOS, IMAGENS E INTERPRETAÇÕES</u>	52
<u>Contam as imagens e os artefatos...</u>	52
<u>A Cultura Material e a Expografia: Museu Nacional de Imigração e Colonização</u>	63
<u>A Propósito da Etnicidade, Educação e Recolha</u>	78
<u>Cenário Idealizado e Acomodado: Algumas (Pro) Posições e Conclusões</u>	89
<u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u>	113
<u>ANEXOS</u>	138
<u>ANEXO 1 – MUSEU, EDUCAÇÃO E ARQUEOLOGIA: PROSPECÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA.</u>	139
<u>ANEXO 2 – O MUSEU, A ARQUEOLOGIA E O PÚBLICO: UM OLHAR NECESSÁRIO</u>	140

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como intenção primordial estudar a preservação da memória no contexto da Imigração no Sul do Brasil, a partir do olhar da cultura material. A estruturação desta pesquisa deu-se por meio de inúmeros movimentos, onde retrato a preocupação com os discursos produzidos e disponibilizados ao público nos Museus em especial o que se produz e é consumido pelo ensino. Tendo como cenário a instituição Museu, cuja temática é abrangente, situamos a reflexão conjugando conceitos de memória, educação, cidadania, etnicidade e preservação, apontando assim, a complexidade desta Instituição para a produção de imagens e sobretudo, a mitificação da memória, que ao se materializar-se no cenário museológico passa a desempenhar um papel estratégico e político.

A Educação é sobremaneira responsável pelo processo cultural, e ainda, pela continuidade ou descontinuidade das estruturas sociais. A Educação está neste caso sendo concebida como um processo sociocultural que carrega em sua gênese um conjunto de práticas, (heranças cognoscitivas) e representações ideológicas. Partindo deste pressuposto, considera-se que a “ideologia é condicionada histórica e socialmente pelo lugar que seus portadores ocupam numa determinada sociedade, ou seja, conforme o grupo social a que pertencem” (Doberstein, 1992:01). Tal problemática, meio que na contramão da história, exige que se inclua a cultura dos "objetos" como elementos indispensáveis para a releitura e reflexões contextuais, onde passado e presente se mesclam na tentativa de elaborarmos discursos de apropriação desses passados.

A temática é abrangente e inesgotável, tanto na discussão, como em polêmica, quanto em pesquisa. E muito há ainda, a se fazer nesta trajetória, já que esta problemática vinculada à Educação compõe um espaço pouco teorizado no Brasil. E quando afirmamos que as nossas escolhas, os nossos recortes de pesquisa nunca são desinteressados, estão ligadas a interesses, valores e princípios ideológicos que se definem ao longo de nossas vidas, falamos sim, porque há muito tempo temos trabalhado com estas complexidades e em muitas situações há o desconforto de não compreendê-las em sua totalidade.

Ao situar historicamente a minha trajetória de compreensão, busquei apoio na pesquisa

qualitativa, na história oral e na análise das imagens e artefatos, ficando assim construído o corpo do trabalho, criando para a primeira parte os temas geradores: **Educação e Museu: A Função Epistemológica e ideológica da memória no discurso da Etnicidade**. Daí o surgimento da reflexão sobre memória, educação, etnicidade estabelecendo por ora, relações intrínsecas ao objeto Museu. Desta caminhada emergiu a fundamentação primeira para a construção da interrogação deste estudo: Em que medida os museus são testemunhos da identidade cultural dos povos e instrumentos de um diálogo intercultural que facilita a compreensão da sociedade e do mundo a partir da preservação e da promoção do patrimônio?

Na segunda parte, **Vidas transplantadas: Mito e ideologia da Colonização**, passei a interrogar a construção de um imaginário para a Joinville, a partir do Mito do colonizador. Para a compreensão deste processo enveredei pela análise da imigração no país e sua interface com a ocupação regional. Uma primeira leitura de qualquer trabalho historiográfico de Joinville, a visita a Museus ou mesmo publicações periódicas de empresas, artigos jornalísticos e editoriais, formará uma noção que entendemos distorcida da realidade prática da cidade. Poderá pensar este leitor ou o visitante tratar-se de um povo cujo estágio econômico, cultural e político difere desproporcionalmente com relação a outras partes do país.

Este discurso é reafirmado, por sua vez, pela ideologia do **mito colonizador**. Os manuais didáticos e em especial os Museus, reforçam este discurso, na medida que expõem a cultura material da imigração, de modo linear e nostálgico. No entanto, se estes documentos forem analisados sob uma luz crítica, histórica e se comparado, uns com os outros, ou observados no conjunto da cultura material perceber-se-á a construção de um imaginário distorcido do dia a dia da cidade. O entendimento desse processo foi referenciado na leitura de documentos diversos, imagens, artefatos e o próprio cenário do Museu que, explicitamente coaduna com a cristalização do tempo.

Na última parte, **Memória cristalizada, o cenário idealizado e acomodado-Museu: contextos, imagens e interpretações**, ao apreender os significados deste contexto e, contudo a criação de um ideário de colonização e imigração bem sucedida, cujas imagens se articulam e rearticulam-se em diferentes momentos e classes sociais distintas, observa-se que, a cristalização deste ideário encontrou em Joinville, um cenário perfeito para a legitimidade destas memórias e imagens: O Museu Nacional de Imigração e Colonização, daí nossas proposições.

A construção de discursos locais, dentro de uma concepção da cultura material ou da historiografia, devem ser analisados a partir da premissa que entenda o simbólico e o histórico, enquanto objetos relacionados entre si. Neste caso, tanto as imagens como os objetos são “testemunhos oculares” construídos dentro do processo histórico, como o histórico pode tornar-se também, imaginário. A instituição materializa a sincronização do simbólico com o histórico.

Este diálogo foi enriquecido quando busquei apoio e relações entre artefato, história memória, texto, literatura e imagens. Da análise deste acervo foi possível chegar a uma síntese compreensiva das imagens, textos, e contextos específicos da interrogação e, decorrentes dela, algumas idéias gerais. Estas idéias provocaram-me a construir interpretações sobre o uso e a finalidade dos Museus na sociedade contemporânea.

A pesquisa realizada mostrou-me as ambigüidades e contradições construídas no imaginário local sobre a Imigração européia para a região ao longo dos 150 anos. Que razões justificaram a decisão de milhares de alemães e europeus em geral para abandonar o milenar território? Muitos foram os fatores que se juntaram para determinar tal movimento migratório. Por trás do processo de imigração havia uma complexa estrutura sócio-econômico e político que estava além da pretensa boa vontade do governo brasileiro em ocupar os espaços.

A possibilidade de se construir a partir da análise de fontes outrora não exploradas trouxe novos aportes teóricos e conseqüentemente a grande contribuição para o aprimoramento do processo educativo cultural. Portanto, a cultura material de uma sociedade constitui em si, resíduos do passado e como tal é fonte de relevantes gamas de informações, capazes de oferecer novos e outros tipos de levantamentos e análises dos vários elementos que a integram. Contudo, é através da cultura material e ou da materialidade humana e das narrativas que se concentra a passagem do tempo, assim à leitura é feita a partir das experiências acumuladas que se desdobram na memória, diante da imagem do presente. Os passados são sempre construções. Revisitá-los exige compreensão e complexidade. Ou talvez possam ser tratados e retrabalhados, também à luz das seis propostas de Ítalo Calvino para o próximo milênio. “... As seis propostas vão de Virgílio a Queneau, de Dante a Joyce, em busca de uma concepção da literatura como transparência e lucidez, e como respeito aos próprios instrumentos e aos próprios objetos...” (CALVINO, 1995).

EDUCAÇÃO E MUSEU: A FUNÇÃO EPISTEMOLÓGICA E IDEOLÓGICA DA MEMÓRIA NO DISCURSO DA ETNICIDADE

As escolhas que fazemos de nosso objeto de pesquisa nunca são desinteressadas, estão ligadas a valores e princípios ideológicos que se definem ao longo de nossas vidas.

Venho trabalhando há algum tempo com questões ligadas ao ato de preservar o patrimônio cultural, relacionando esta problemática à Educação. Por outro lado, nesta escolha esbarrei com linhas e áreas da Educação, bem marcadas, cujo objeto de estudo **Museu**, estava à margem da academia.¹

Inicialmente, por estar atuando em um Museu diretamente com fragmentos e ou informações acerca da história de povos já extintos, povos litorâneos pré-coloniais, meu olhar esteve, até um dado momento, comprometido com a problemática do discurso e do conhecimento produzido sobre estas populações².

Enquanto esta cultura material dos povos litorâneos, segundo alguns princípios teórico-metodológicos da Arqueologia, revela possíveis traços, padrões de assentamento, diferenças culturais, dimensões espaciais e outros³, foi preciso revisitar a história mais recente da ocupação

¹ A análise bibliográfica referente à problemática revelou o quanto o ainda a produção científica é escassa, assim como, são poucas as obras traduzidas ao português. Um outro dado bastante significativo é que este tipo de investigação abarcará linhas de reflexão ausentes, até então, em instituições de Joinville e região.

² Atuei cerca de doze anos no Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville/Santa Catarina, com Ações museológicas e educativas em torno da problemática da ocupação Pré-colonial na região. Programas educativos foram criados de modo a dar suporte teórico metodológico ao Ensino formal da região norte-nordeste de Santa Catarina. As atividades educacionais desenvolvidas pautaram-se substancialmente em aspectos da Metodologia Patrimonial. Sobre a função educativa do museu acima citado, ver Tamanini, E. Dissertação de Mestrado. Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: Um Olhar Necessário. UNICAMP, 1994.

³ Artefatos são, evidentemente, de extrema importância para os arqueólogos, mas, como escreveu o grande pensador social Lewis Mumford, “artefatos materiais podem, obstinadamente, desafiar o tempo, mas o que podem informar sobre a história do homem é muito menos do que a verdade, toda a verdade e não mais que a verdade.”

humana especificamente em Joinville, para se chegar ao pensamento da produção e do conceito que se tem sobre a preservação do patrimônio e sua problemática com a diversidade cultural⁴.

Não se trata, bem entendido, de proceder a uma reconstrução, como se diz, a contrapelo, dos processos regionais. Tampouco de formular o que me pareceria ser o melhor modo de se contar uma nova história. Através de uma exposição analítica, sugiro algumas explicações para o forte consenso interpretativo acerca da etnicidade, presente nos museus⁵. Tais conceitos ao longo dos séculos têm servido para mitificar o passado, transferindo para o discurso educativo uma série de estereótipos. “A história não é um grupo de fatos sobre o passado mas, ao contrário, um conjunto de idéias sobre o passado, no presente”, afirmam Wright & Mazel (1991, in Funari, 1998). “O passado, conservado no Museu em forma de patrimônio, serve ao presente” (Funari, 1999:1).

Porém, segundo Bartes (in SHANKS, M & TILLEY, C. 1987) "para localizar a história em espaços, monumentos, museus, lugares desabitados e isolados do presente, suprime-se primeiro, a golpe, a realidade da terra e das pessoas, isto não conta nada do presente, não é nada histórico, e como consequência os próprios monumentos tornam-se indecifráveis, e, por isto, sem sentido. O que é para ser visto está constantemente num processo de desaparecimento."

O que significa esta identificação com o passado? O problema é que o passado vigente está sempre fora de alcance. Igualmente restos materiais, não importando o quanto são velhos, são observados e utilizados no presente – e tão paradoxalmente, imutáveis, e infinitamente transformados quanto a sociedade ao seu redor muda. Há então, dois passados: o temporal que passa e está percorrido, dado e o “passado” metafórico que está seguro nas memórias e tradições da sociedade. É esta diversidade, portanto, este passado dinâmico que encontramos em nossas vidas

Conseqüentemente, além dos próprios artefatos, os arqueólogos, tanto os voltados para a pré-história como os voltados para a história, interessam-se pelo contexto do artefato. (ORSER, C. E. Jr, 1992: 32).

⁴ Ver TAMANINI, E. Museu, Arqueologia e o Público: Um olhar necessário. In: Cultura Material e Arqueologia Histórica. Campinas: Unicamp, Coleção Idéias, p. 179-220, 1999.

⁵ UCKO, J. P. The presented past: Heritage, museums and education. Londres, UnWin Hyman, pp. 237-281, 1989. O autor apresenta questões relacionadas ao trabalho de Arqueologia pública em desenvolvimento em Zimbábue. Tal projeto inclui os problemas com o tratamento e o discurso produzido sobre o passado ao longo dos anos. Propõe desse modo, uma redefinição do papel da Arqueologia e do Museu frente a uma educação política para o país. Esta concepção rejeita a análise de que a Arqueologia é, ou deveria ser, restrita ao passado “remoto” (no tempo ou no espaço) no que se segue, as concepções de Arqueologia são explicitamente tomadas para incorporar a etnografia, a história oral, e a literatura. Isolar um passado remoto investigado pela Arqueologia de um passado mais recente para a

que devemos observar, conceituar e abstrair. (Molyneaux, 1994: 02). Ou seja, o objeto do conhecimento não é simplesmente o que se expõe, é também aquele que, em certo sentido, nos opõe, mobilizando-nos a encontrar classes de compreensão.

Desse modo, interessa-nos justapor e sobrepor questões históricas onde as sombras, os restos, as figuras, as fotos, as falas, os objetos sejam instigados a revelar algo mais sobre distintos processos culturais⁶. Testemunhos do tempo, os artefatos apresentam com singularidade o imaginário social. “Cultura tem a ver fundamentalmente com a maneira como a pessoa atua. Assim, as ações que implicam manufatura e uso e a natureza dos objetos materiais constituem a informação de base da cultura material. Os artefatos não são em si mesmos informações culturais, são amiúde, informações específicas de ações humanas e dos processos culturais” (Ballart, 1998:24).

Através da análise dessas fontes, pode-se, contudo, acompanhar a tortuosa articulação entre polêmicas político-ideológicas e saberes constituídos, seja no sentido da construção do (s) passado (s) ou por processos de (re) apropriação desse (s) passados no presente. Pois a imagem⁷ (pode) se transformar na lembrança e muitas vezes a lembrança se fixa na imagem⁸ Quanto ao olhar, o que se vê, depende de quem olha e de quem ensinou a olhar.⁹

"(...) essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar: nomes de

qual a Arqueologia não é considerada relevante, pode ser útil para o governo e para a elite de um país.

⁶ Por milênios o homem foi caçador. Durante inúmeras perseguições, ele aprendeu a reconstruir as formas e movimentos das presas invisíveis pelas pegadas na lama, ramos quebrados, bolotas de esterco, tufo de pêlos, plumas emaranhadas, odores estagnados. Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. Aprendeu a fazer operações mentais complexas com rapidez fulminante, no interior de um denso bosque ou numa clareira cheia de ciladas. Gerações e gerações de caçadores enriqueceram e transmitiram esse patrimônio cognoscitivo. Na falta de uma documentação verbal para se pôr ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado (Ginsburg, 1991: 143).

⁷ Segundo SANTAELLA (1983:13) “signo é aquilo que, sob certo aspecto, representa alguma coisa para alguém, constitui-se a partir da combinação entre um significante (imagem) e o significado (conceito) das coisas. O signo é imagem criada a partir da pessoa (interpretante) e da coisa interpretada (objeto). O estudo dos signos é feito pela semiologia (Europa) ou semiótica (USA). A semiótica é a ciência que tem por objetivo a investigação de todas as linguagens possíveis, ou seja, que tem por objetivo o exame dos modos de constituição de todo e qualquer fenômeno como fenômeno de produção de significados”.

⁸ BOSI, Alfredo. Fenomenologia do Olhar. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁹ Segundo SANTOS (1997: 62) “a percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado”. Assim a paisagem é socialmente construída e significada culturalmente.

homens ilustres, virtudes, números, classificações vegetais e minerais, datas de batalhas, constelações, partes do discurso. Entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação a memória (...). Mas foi inútil a minha viagem para visitar a cidade: obrigada a permanecer imóvel e imutável para facilitar a memorização, Zora definhou, desfez-se e sumiu. Foi esquecida pelo mundo” .(CALVINO, 1999:19-20)

Interfaces entre Museu, Educação e Ideologia

A Educação é sobremaneira responsável pelo processo cultural, e ainda, pela continuidade ou descontinuidade das estruturas sociais. A Educação está neste caso sendo concebida como um processo sociocultural que carrega em sua gênese um conjunto de práticas, (heranças cognoscitivas) e representações ideológicas. Partindo deste pressuposto, considera-se que a “ideologia é condicionada histórica e socialmente pelo lugar que seus portadores ocupam numa determinada sociedade, ou seja, conforme o grupo social a que pertencem” (Doberstein, 199:01). Tal problemática, meio que na contramão da história, exige que se inclua a cultura dos "objetos" como elementos indispensáveis para a releitura e reflexões contextuais, onde passado e presente se mesclam na tentativa de elaborarmos discursos de apropriação desses passados.

“A história, social e pessoal, pode qualificar as coisas, os objetos, os lugares da casa, os lugares de um bairro. Até mesmo a natureza vira memória. Diz Fernando Pessoa: O Tejo é o mais belo que o rio que corre pela minha aldeia, mas o Tejo não é mais belo que o rio que corre pela minha aldeia (...). Assim, o rio Tejo se confunde com a memória de Portugal” . (Gonçalves Filho, 1991:22).

Aparentemente, educação e museu formam cenários completamente distintos. Porém, “não lemos regras e nos tornamos membros do rebanho de alunos, na escola; são as estruturas materiais de controle, no edifício “Escola”, que nos transforma em rebanho”(Funari: 1995: 05). É através do mundo material que a criança, na escola, e os adultos de um modo geral, tomam contato com a ordenação social. Para Molyneaux, “a problemática, também reside no que pode ser conhecido empiricamente sobre um objeto, lugar, sociedade ou a pré-história, o passado material e

o passado ideológico podem estar em conflito”. (Malyneaux, 1994:02).

A educação convencional é particularmente vulnerável a disputas relativas à interpretação do passado em virtude de sua importância como ferramenta ideológica na sociedade (Tamanini: 1998: 02)¹⁰. O ponto básico é que toda a argumentação da educação pressupõe a existência de um passado. Isto é, a questão da herança cultural é aqui situada nas diferentes formas e proposições, pensamento e linguagem. Paulo Freire salienta a inter-relação entre educação e o mundo das coisas, ou seja, educação e cultura se mesclam nas teias do processo histórico.

“...a possibilidade humana de existir- forma acrescida de ser- mais do que viver, faz do homem um ser eminentemente relacional. Estando nele, pode também, sair dele. Projetar-se. Discernir. Conhecer. É um ser aberto. Distingue o ontem do hoje. O aqui do ali. Essa transitividade do homem faz dele um ser diferente. Um ser histórico. Faz dele um criador de cultura. A posição que ocupa na sua ‘circunstância’ é uma posição dinâmica. Trava relações com ambas as faces de seu mundo - a natural, para o aparecimento de cujos entes o homem não contribui mas a que confere uma significação que varia ao longo da história e a cultural, cujos objetos são criação suas”. (In, Schelling, 1991: 28)

Desse modo, a memória social ou coletiva, evidenciada a partir dos registros, vestígios e fragmentos, considerados conceitualmente como bens culturais de uma dada sociedade, constitui-se em referencial da identidade cultural e instrumento mediador entre sujeito histórico e a cidadania¹¹. Se vivemos numa era que tende ao esquecimento, é ainda mais imperativo expandir as fronteiras do político para incluir não apenas práticas culturais anteriormente marginalizadas, mas também uma nova política da representação. (GIROUX, 1998). Assim, “as ações da vida cotidiana, o comportamento corrente, levado a cabo em um mundo construído pelos homens, está no centro dos processos de criação de consciência” (Funari, 1993:18)¹²

¹⁰ “A pedagogia, em seu sentido mais crítico, ilumina a relação entre conhecimento, autoridade e poder. Ela chama a atenção para questões que dizem respeito a quem tem controle sobre as condições para a produção de conhecimento. Ela também descreve a forma como o poder está implicado nos vários processos pelos quais o conhecimento, a identidade e a autoridade são construídos no interior de conjuntos particulares de relações sociais”. (SILVA, 1995: 138)

¹¹ Ver THOMPSON, P. A voz do passado. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

¹² Pedro Paulo Abreu Funari, Arqueólogo/ pesquisador, vem ao longo dos anos implementando no Brasil reflexões acerca do papel da Cultura Material na construção de discursos ideológicos. Tem publicado sobremaneira, no Brasil e exterior, o que tem resultado na mudança de conceito e postura em relação a ciência Arqueológica no Brasil. Segundo

No Brasil, país de pouca tradição democrática, a discussão acerca da cultura material aliada à Educação é um tema bastante recente entre nós. Ainda mais porque os mais elementares direitos à cidadania são relegados. Neste caso, tais questões são, às vezes, encaradas como algo supérfluo e desnecessário frente a outras demandas da sociedade. No entanto, entendemos que o homem “produz cultura (Chauí, 1990)” e, por conseguinte, tem o “direito de ter direitos nas mais diversas esferas da vida humana”. (Arendt, 1997: 37).

Entretanto, vários são os fatores que têm contribuído para essa desintegração e desapropriação da herança cultural, tanto na área da ação dos museus¹³ como na área educacional¹⁴. No campo institucional brasileiro, a Escola, originada pelo modelo ocidental, centrada na dependência econômica e cultural do Brasil, pautou sua atuação pela necessidade imperiosa de “passar conteúdo”¹⁵.

Assim, em detrimento de fornecer à sociedade os instrumentos com que pudessem se apropriar de seu meio natural e cultural, “interagindo com a realidade”, o sistema educacional brasileiro¹⁶, ao ensinar o aluno a decorar acriticamente fatos abstratos e a assimilar passivamente a cultura como símbolo de *status*, aliena-o da sua realidade. Exemplos desta ideologia estão identificados quase que unanimemente nas estruturas escolares brasileiras¹⁷.

Todavia, hoje, com o avanço teórico-metodológico das Ciências Humanas, rompendo-se, para tanto, com limites disciplinares, questões desta natureza vem sendo pesquisadas com mais intensidade. As últimas décadas têm assistido a uma intensa proliferação de novas disciplinas, desdobramentos das já existentes e um grande empenho na delimitação dos espaços específicos de cada área. O universo do

tal pesquisador, a Arqueologia no Brasil esteve, quase sempre, ligada à influência estrangeira e patrocínio do Estado. Somente a partir da década de noventa é que começam a surgir reflexões teóricas neste campo, pautadas especialmente na produção de novos temas incluindo a interdisciplinaridade como eixo.

¹³ “A criação do Serviço do Patrimônio histórico e Artístico Nacional-SPHAN, em 1937, pelo esforço e ação dos intelectuais paulistas e mineiros dentre os quais Mário de Andrade, correspondeu à intenção de “abrasileirar os brasileiros”- como afirmou o mestre modernista, fiel aos princípios de trabalhar para o que pretendia fosse a descoberta do Brasil valorizando temas, objetos, sons, cores, construções brasileiras” (Fenelon, 1992: 29).

¹⁴ Fernando de AZEVEDO, A Cultura brasileira, v.III, 1963, p. 179. M.C.M. Santos. A preservação da memória enquanto instrumento de cidadania. In: Repensando a ação cultural e educativa dos museus. SALVADOR: Universidade Federal da Bahia, 1995. SENNET, R. O declínio do homem público. São Paulo: Cia das Letras, 1988. E. CUNHA, Pablo GENTILI. Pedagogia da exclusão. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

¹⁵ Para uma discussão sob o prisma das relações de poder criadas a partir dos espaços escolares, ver TRATEMBERG, Mauricio. Relações de poder na Escola. UNICAMP: Revista Educação e Sociedade, 20,40-45, 1985.

¹⁶ Para um estudo estrutural ver, SAVIANI, D. Educação brasileira estrutura e poder. 6ª São Paulo: Cortez, 1987.

¹⁷ Sobre o tema ver FREIRE, P. Educação e mudança. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

conhecimento científico tem alargado suas fronteiras, levando a uma necessária especialização dos interesses e dos olhares sobre os mesmos fenômenos (Bruno, 1997: 12).

Para Nadai, (1992/93: 149), ao longo dos tempos, a construção de “currículos de História no Brasil, centraram-se na idéia de nação resultante da colaboração de europeus, africanos e nativos identificada às similares européias. A Dominação social (interna) do branco colonizador sobre africanos e indígenas¹⁸ bem como a sujeição (externa) do país-colonial à metrópole não foram explicitadas”¹⁹

As atitudes de racismo e discriminação costumam ser dissimuladas também recorrendo a descrições dominadas por estereótipos e pelo silenciamento de acontecimentos históricos, sócio-econômicos e culturais²⁰. Uma mostra da política de racismo e discriminação que atravessa a maioria dos livros didáticos são as descrições e qualificativos com os quais se nomeiam invasões coloniais e espoliações de recursos naturais de numerosos povos do Terceiro Mundo²¹

O resultante deste tipo de discurso, reproduzido linearmente há décadas foi o estabelecimento de um Brasil abstrato e irreal²². Neste sentido, aponta-se a influência dos livros didáticos para a legitimação de tais conceitos. Não cabe, aqui, analisar o que contém os livros didáticos, uma das fontes mais utilizadas pela Escola na América Latina.²³ Contudo, vale salientar

¹⁸ Podemos constatar que, apesar de todo contexto de violência e invasão cultural ao qual foram expostas aos povos indígenas, um processo de resistência, oposição sempre foi desenvolvido por eles. (SILVA, 2000:66). Os conflitos sociais se acirraram devido ao modelo de desenvolvimento vigente que trata de todos de forma homogeneia e ignora as diferenças culturais. Substancialmente surge na década de noventa (século XX) movimentos em torno de questões de gênero, raças, etnia, que buscaram mais a afirmação do que a negação a contestação.

¹⁹ Ver FAORO, R. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. 7ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987, v.2.

²⁰ Vale ressaltar algumas iniciativas que tendem a romper com estes discursos produzidos. Conforme Funari (1993:25) “As Escolas Técnicas ligadas ao Centro Paula Souza (CEETEPS) e associadas à UNESP introduziram um novo currículo ao redor do eixo temático “o mundo do trabalho e a cultura popular”. A escravidão e a cultura afro são estudadas questionando a crença corriqueira de que os escravos tinham sua cultura destruída pela escravidão e que eles eram enganados pelo sistema. Ao contrário, os escravos resistiram à sua condição de submissão e expressaram sua raiva através de atos não violentos, a longo prazo, assim como por confrontações violentas, a curto prazo(...) Foi justamente para pôr em cheque esse movimento de alienação e para questionar as racionalizações, ubiquamente aceitas, de cunho racista que a cultura africana foi escolhida como centro das preocupações dos estudantes”.

²¹ Para um maior aprofundamento em torno deste debate, ver SILVA, Tomaz Tadeu da Silva. Currículo e identidade Social: Territórios Contestados. In: Alienígenas na Sala de Aula. Petrópolis: Vozes, 1998.

²² CHAUI, M. Cultura e racismo. In: Revista Princípios. São Paulo: 1993.

²³ Sobre reflexões acerca da Pré-história no Ensino de 1º grau, ver Vasconcellos C. de Mello. In: Seminário para implantação da temática Pré-história Brasileira. Museu Nacional, 1994. Para um estudo regionalizado desta

que estes apresentam lacunas conceituais irreparáveis quanto à diversidade cultural. Pouco se discute a respeito da contribuição de outras ciências para o estudo da etnicidade. Tais livros contribuem para veicular representações ideológicas que acabam por reforçar o preconceito e a desinformação.(Tamanini:1998:4)²⁴ Quando se analisam de maneira atenta os conteúdos que são desenvolvidos de forma explícita na maioria das instituições escolares e aquilo que é enfatizado nas propostas curriculares, chama fortemente a atenção a arrasadora presença das culturas que podemos chamar de hegemônicas (SANTOMÉ 1998: 155).

Conforme Geraldi (1997: 04), durante alguns anos absorvemos e consumimos, de forma constrangedoramente acrítica, as formulações americanas mas presunçosamente, ignoramos os desenvolvimentos posteriores.²⁵ Sabemos, também, que as estruturas educacionais, assim como os museus estão longe de problematizar estes universos, pois a diferenciação existente entre o estudo e a aplicação daquilo que é significativo para a construção da identidade e ou referencial do ser humano, fica restrito à lógica do poder do conteúdo dogmático do ensino²⁶ e da seleção do que deve ser preservado. Desse entendimento, a construção e a reformulação de tais questões tem-se reduzido a um conjunto de decisões técnicas supostamente “neutras”. O grande risco que se corre, segundo Ortiz (1985: 125) é que:

*“A direção para a qual aponta o desenvolvimento do capitalismo brasileiro nos leva a pensar que ação estatal e privada caminhariam no sentido da instauração de uma hegemonia cultural. As telenovelas, assim como o consumo de produtos distribuídos e financiados pelo Estado (**incluindo a educação**) contribuem para que as relações de poder se reproduzam no interior da própria cultura”* (grifo da autora)

A teoria crítica do currículo tem contribuído para aumentar nossa compreensão sobre as íntimas e estreitas relações entre conhecimento, poder e identidade social e, portanto, sobre as

problemática, ver projeto de Iniciação Científica de Souza, Flávio, C.A. O livro didático e a questão da ocupação pré-colonial no litoral norte catarinense. Joinville: UNIVILLE/MASJ, 1997-1999. A forma pela qual esta função se realiza predominantemente é pela difusão de uma imagem não contraditória da sociedade e das coisas, à qual se acorda harmoniosamente, a própria “imagem pequeno burguesa” da escola.

²⁴ “O paradigma da história nos propõe um desafio muito maior do que a simples opção entre a gramática e o texto. Esta, na verdade, a nos cobrar a compreensão do fenômeno linguagem nesta sociedade, neste tempo, entre estes homens” (Klein, 1995: 28).

²⁵ Ressaltamos o vanguardismo de Mário Andrade para a cultura e Paulo Freire para a Educação, quando buscavam a criação de políticas para a Educação e o patrimônio nacional, cuja reflexão partia da organização em sistema do que era plural, contingente disperso, alienado, excluído e fragmentário

²⁶ Bárbara FREITAG, Escola, estado e sociedade, p.49

múltiplas formas pelas quais o currículo está centralmente envolvido na produção do social. As teorias da reprodução social, por exemplo, nos mostram como a distribuição desigual de conhecimento, através do currículo e da escola, constituem mecanismos centrais do processo de produção e reprodução de desigualdade social. A Educação, em um quadro mais estrutural, tem sido efetivada a partir da seleção autoritária burocrática inadequada e imposta dos saberes²⁷.

Por sua vez, os museus de um modo geral, no Brasil, ainda não incorporaram, de forma transdisciplinar, a inserção de outras análises do conhecimento humano. Há, sobremaneira, um desconhecimento do potencial analítico da cultura material relacionada à Educação. O grande significado desta mescla estaria no sentido de democratizar o conhecimento construído e de obter, através de diferentes sujeitos que a estes tem acesso, indicadores importantes não só para avaliar o produto elaborado historicamente, como para encontrar novos problemas a serem investigados.

A questão da criação de um museu passa, quase sempre, pela definição do que é patrimônio e qual a função social que ocupa. Assim, a discussão da preservação nos museus até o presente momento, em grande parte, tem se dado de forma imposta. A seleção dos bens preservados tem sido efetivada dando-se ênfase aos bens culturais produzidos pelas elites. Em particular, as classes dominantes decidem o que deve ser lembrado e esquecido de acordo com seus desejos e interesses políticos e econômicos, não de acordo com a realidade histórica de cada grupo que constitui a sociedade. Para Bruno (1997:38):

“o problema mais sério é a idéia de que a preservação é a oposição ao Progresso. Idéia que está marcada na alma do brasileiro e é sempre reafirmada. Gerações após gerações, as elites se utilizam desta estratégia para consolidar a noção de que o futuro está no novo. Como se a superação dos problemas estruturais do Brasil estivesse vinculada à necessidade compulsiva de construir e reconstruir.”

Do ato humano de guardar algo, que segundo Pomiam (1984:51), "pode-se constatar sem risco de errar que qualquer objeto natural de que os homens conhecem a existência e qualquer artefato, por mais fantasioso que seja, figura em alguma parte num museu ou numa coleção

²⁷ Santos (1993: 04), respaldando-se em Foucault, afirma que os princípios e critérios, através dos quais o saber escolar é produzido, são fornecidos por um campo de saber sobre o aluno, o professor, o ensino e a aprendizagem, a pedagogia, que é produzida pelo poder disciplinar presente no aparelho escolar. Este poder disciplinar trabalha o corpo dos homens, manipulando-os produzindo comportamentos necessários ao desenvolvimento do capitalismo. E é constituído por técnicas de organização do espaço e do tempo, técnicas minuciosas que definem uma microfísica

particular" às dimensões da institucionalização deste fenômeno, inúmeras questões foram forjadas.

Portadores de heranças elitistas do século passado que o definiram e elegeram como templos do saber burguês, os museus ainda guardam e preservam formas saudosistas, românticas, e exóticas de narrar a memória social²⁸. Expõe-se, preserva-se algo que está relacionado a um passado distante e não à interface com realidade, sendo o cidadão excluído do processo de seleção e da preservação.

No que se segue, a instituição Museu adquire um caráter de propagação de verdades.²⁹ Daí a importância desta instituição na formação de conceitos. O museu, estando aberto ao público transmite uma mensagem, educa através do objeto a qualquer pessoa que nele entrar, seja qual for a sua classe social, sexo, idade, raça ou escolaridade. Desse modo, um Museu visto enquanto instituição que preserva, pesquisa e divulga conhecimentos de diferentes sociedades em distintos processos históricos, necessariamente transmite discursos e representações a partir de sua compreensão sobre cultura, e da organização e seleção da memória, em especial o que se privilegia para ser preservado. Todos os povos colonizados têm consciência de que sua verdadeira história foi escrita pelos colonizadores. Sabem que a sua é uma história oculta, clandestina, negada. Sabem também que, apesar de tudo, essa história existe e que sua prova evidente é a presença mesma de cada povo.

Hoje, em diversas regiões do globo terrestre, esforços são despendidos para a estruturação de um novo modelo de educação, que permita o resgate dos valores culturais das tradições autóctones, a fim de estimular o cidadão na busca de sua identidade. Recentemente, a incorporação de objetivos que visam à participação da sociedade nas instituições educativas e culturais tem sido uma constante. Por outro lado, para que a cultura e os anseios das grandes

do poder.

²⁸ “Pode-se afirmar que a Museologia está ligada à administração da memória que, por sua vez, garante ao homem superar a transitoriedade humana, ou ainda que ela consolida as estruturas institucionais para que, através das coleções e/ ou do patrimônio musealizado, os homens possam ligar-se ao invisível e inatingível, no tempo e no espaço. As justificativas para a Museologia existir, como área de conhecimento e de formação profissional autônoma, são sempre nobres, pois dizem respeito à trajetória humana, interação com o Meio Ambiente, tem ligações com o poder, contribuem para a construção de identidades, entre tantos outros aspectos” (Bruno, 1997: 16-17).

²⁹ Penso também que tenho tido, muitas vezes, um sentimento desconfortável de fracasso quando comparo os resultados com os sonhos acerca do potencial dos museus, enquanto centro de memória coletiva e Educação. Sonhos que vêm sendo mencionados e discutidos há quase um século por diferentes instituições e profissionais do Brasil e Exterior. (TAMANINI, 1999).

maiorias estejam devidamente incorporadas nessas instituições, necessitamos de uma nova postura do Poder Público. Ações em preservação, pesquisa e Educação Patrimonial³⁰ envolvendo currículos escolares, formação de educadores e a comunidade em geral serão imprescindíveis para a criação de uma cidadania plena, todavia isto não constitui tarefa fácil.

“Quando o poder público emprega seus meios para proteger a cultura ou o patrimônio cultural de um período passado ou presente, reporta-se à história, à memória social e aos bens culturais que se apresentam ainda vivos ou que se encontram ocultos ou fora da memória. Também poder-se-ia afirmar que, quando os bens culturais não se apresentam vivos ou existentes eles foram excluídos do armazém da história por ineficácia ou conivência de todos os proprietários ou herdeiros desses mesmos bens culturais e históricos. A perda da qualidade da cidadania histórica, nesses casos, é irreparável” (Imhof, 1998: 10)

Vale ressaltar que a valorização e estímulo à participação da sociedade na discussão sobre a preservação da herança cultural não exime a responsabilidade do Estado. Não deixar se trair pelos ventos do neoliberalismo, a luz do discurso da modernidade ou da pós-modernidade e das novas tecnologias, significa rever constantemente o complexo processo histórico e econômico em que o Brasil está inserido.

“... Essa cidade que não se elimina da cabeça é como uma armadura ou um retículo em cujos espaços cada um pode colocar as coisas que deseja recordar(...) entre cada noção e cada ponto do itinerário pode-se estabelecer uma relação de afinidades ou de contrastes que sirva de evocação da memória” (Calvino: 1998:19).

Tomando como pano de fundo a cidade/patrimônio poder-se-ia afirmar que cada cidade é única. Será? Esse esmagamento das cidades, pela perda das características que as particularizam, é um desafio que envolve, em todos os sentidos, a qualidade de vida. Mais feias, as

³⁰ Ver, Machado, G. , Tamanini, E. , Züge, J. (1998/99) Criação do Programa de Comunicação Museológica e Educação Patrimonial para o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Foram organizados Projetos cuja discussão gira em torno da publicização do conhecido produzido nos Museus em especial, atividades relacionadas ao Patrimônio Cultural-Social. Nesse contexto, as comunidades locais são observadas e pensadas com mais rigor para discussão de políticas públicas. “Nas entrelinhas do discurso educativo e museológico posto em evidência nestes projetos, está basicamente a importância da educação voltada a humanização do homem. Da mesma forma que educação significa uma ponte entre tempo e espaço, pode-se atribuir esta relação à importância do patrimônio Cultural herdado. Assim, questões da natureza da Escola e do Museu e da participação estão aos poucos sendo observados com mais interação. A comunidade envolta a estas problemáticas não explicitadas no cotidiano, sofre pela ausência de interação dessas Instituições. Atualmente avalia-se que há possibilidades de trocas entre os envolvidos. O olhar está deixando de ser unilateral. Por que não dizer, que muito recentemente olhamo-nos como olhares de estranhamento?”.

idades se tornam também violentas. Descaracterizadas, perdem a memória e esvaziam suas possibilidades de reabilitação e desenvolvimento, caindo na estagnação e na decadência. Assim as cidades brasileiras estão cada vez mais parecidas, assemelhadas pela desfiguração da estética urbana e pela contundência da desproporção e do mau gosto.

Há, no entanto, reflexões conceituais significativas no campo das Ciências Humanas, tentando não cair nas armadilhas dos discursos e aparências, na maior parte tão exóticas, quanto nossas heranças museológicas. E, quando falamos de novas perspectivas, não se entendam apenas o formalismo de mudanças administrativas e burocráticas³¹.

A Construção de Discursos a Partir do Relato e Cultura Material

Tecer algum tipo de reflexão sobre a memória e a cultura material de uma dada sociedade, nunca foi tarefa fácil. Ela perpassa por um leque de dimensões culturais humanas, lidando, enquanto instrumento de trabalho, com um campo vasto no que se refere a registros da própria cultura social.

Na realidade, nossa formulação é bastante dependente de estudar e escavar uma área ainda pouco trilhada e percorrida na educação: a cultura material e as representações narrativas presentes nos museus. A cultura dos outros foi sempre menos digna de ser documentada. Nunca se saberia visitando a maioria dos museus americanos que o homem negro existe. Poder-se-ia dizer, exagerando apenas um pouco, que visitando os museus de certos países que nunca houve nem camponeses, nem operários, nem mulheres e que toda a gente vivia em castelos (Moutinho, 1989: 23).

Dentro de uma infinidade de tipos de análises nos chama a atenção mais

³¹ No final do século XX, as preocupações com o meio ambiente adquiriram suprema importância. Defrontamo-nos com toda uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante, e que pode logo se tornar irreversível (...) A extinção de espécies animais e vegetais numa escala massiva continuará enquanto o Hemisfério Meridional estiver sob o fardo de enormes dívidas. A escassez de recursos e a degradação do meio ambiente combinam-se com populações em rápida expansão, o que leva ao colapso das comunidades locais e à violência étnica e tribal que se tornou a característica mais importante da era pós-guerra

constantemente: a etnicidade no Sul do Brasil sob o olhar da cultura material e da memória oral.

A memória está intrinsecamente ligada com o espaço e com o tempo e constitui instrumento de trabalho primeiro. O espaço, aqui, é entendido bem mais do que um simples palco de acontecimentos, mais e principalmente, um verdadeiro espaço humano e de vida, e, neste sentido, colaborador dinâmico e motivo de transformações sociais. “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (Pollak, M. 1989: 3).

O tempo (Tempo Rei de Gil), aqui, assume um constante ir e vir de presente-passado-presente; retomando e devolvendo sentidos, em um caráter dinâmico de verdadeiras relações de mudanças. A palavra, o próprio ato de falar, sempre esteve presente como forma primeira de saber, e ela responsável pela circulação e aprimoramento das informações antecedendo as outras técnicas de obtenção de conhecimento, constituindo assim em uma das técnicas mais antigas utilizadas no relacionamento humano³².

“Ao construir – construindo o seu viver, relatando-o ou organizando seus registros - , o homem intervém não só na ordenação dos vestígios, dos registros, mas também na sua releitura. Ela é a expressão dos modos como os grupos se apropriam e fazem uso do passado, um elemento essencial do que se costuma chamar de identidade individual ou coletiva, cujo domínio os sujeitos sociais devem preservar no sentido de sua própria afirmação histórica” (Khoury, 1991: 81).

(Capra, 1996: 23).

³² Segundo Arendt (1997:72) Todas as coisas que devem sua existência aos homens, tais como obras, feitos e palavras, são perecíveis, como que contaminadas com a mortalidade de seus autores. Contudo de seus mortais conseguissem dotar suas obras, feitos e palavras de alguma permanência, e impedir sua perecibilidade, então essas coisas ao menos em certa medida entrariam no mundo da eternidade e aí estariam em casa, e os próprios mortais encontrariam seu lugar no cosmo, onde todas as coisas são imortais, exceto os homens. A capacidade humana para realizá-lo era a recordação, Mnemosyne, considerada portanto como mãe de todas as demais musas.

História Oral e Legado Cultural

A História Oral diz respeito não apenas ao que foi dito nos depoimentos, mas principalmente ao que ainda não foi falado, pois implica em registrar valores e emoções contadas em determinados relatos de vida, que muitas vezes não se cristalizaram na forma de documentação escrita; desta forma atribuindo a responsabilidade de conservar, através da tradição oral, o que desapareceria se não fosse anotado, tendo a sensibilidade e a característica única de captar o não explícito. “Mnemosyne e Memória é a deusa que impede o esquecimento, está do lado da luz, da vidência inspirada, da antevisão do futuro pela compreensão profunda do sentido do passado. Clio e História estão do lado de Mnemosine e da Memória como deusas que não esquecem e que permitem a vingança dos crimes do passado por um presente que redime” (Chauí, 1992: 42). Heródoto, tido como o pai da historiografia ao narrar eventos produzidos pelos homens, nada mais fez do que recuperar o traço de união entre nascimento, o desenvolvimento e a morte das expressões coletivas temporais – as sociedades humanas. (BRITO, 1989:10)

A transmissão oral tanto diz respeito a um passado longínquo³³, bem como a um passado recente, de experiências do dia-a-dia, de implicações psicológicas de histórias de vida, de subjetivismos, é termo amplo que recobre uma quantidade de relatos a respeito de fatos não registrados por outro tipo de documentação ou cuja documentação escrita sequer existe. Colhida por intermédio de entrevistas de variadas formas, ela registra a experiência de um só indivíduo ou de diversos indivíduos de uma mesma coletividade.

Saber as formas de vida para as quais não existiam somente registros, saber como os “silenciosos”, aqueles que pouco ou nada aparecem na documentação escrita e na representação da cultura material³⁴ “oficial”, saber como encarar sua existência diante das modificações tão rápidas em curso, buscar as relações, as teias coletivas entre indivíduos num grupo numa camada social em épocas distantes e também agora, de pessoas que experimentam mudanças, segundo valores já

³³ Na Grécia antiga, encontra-se inicialmente uma nítida diferenciação, à semelhança do que ocorre na Índia entre a noção de memória, a mneme, e a noção de recordação, a anamnesis. No primitivo simbolismo grego, a recordação é caracterizada como instrumento de aproximação com o passado – unido ao presente e preservando na memória – necessário aos homens mortais que não possuem mais a vivência verdadeira da memória. (BRITO, 1998: 8).

³⁴ Ver MUNIZ, S.C.O. Núcleo Pedrinhas história e imagem. In: Cultura Material e Arqueologia Histórica.

preestabelecidos, de normas e comportamentos que aceitam ou rejeitam, são algumas questões inusitadas que o estudo da cultura material e o contato com a história oral nos propicia.

“Ao trabalharmos como a memória buscando reencontrar, no próprio seio das comunidades históricas, as maneiras como elas viveram e vivem o seu passado, como constituem sua memória coletiva e como esta lhe permite fazer em face dos acontecimentos presentes, percebemos que ela não é somente uma conquista, mas também um instrumento e um objeto de poder (Khoury, 1991 81).

Por outro lado, há que se considerar que o problema que se coloca é que todo o trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente. Assim, também há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido.

Estudar as memórias coletivas fortemente constituídas requer análise de sua função enquanto objeto, ou “montagem” ideológica. A memória organizadíssima que é a memória nacional, constitui um objeto de disputa importante, e são comuns os conflitos para determinar que datas e que acontecimentos vão ser gravados na memória de um povo (Pollak, 1992: 204). Ainda que quase sempre acreditem que o “tempo é o melhor remédio”, o objeto das memórias se alimenta dos processos históricos.

Falamos dos altos lugares da memória (Le Goff e Nora, 1979: 13):

(...) "trata-se no sentido preciso do termo em que uma sociedade qualquer que ela seja, uma nação, uma família, uma etnia, ou um partido, encerram voluntariamente as suas recordações e as reencontram como parte necessária da sua personalidade: os lugares topográficos, como os arquivos, bibliotecas e museus; os lugares monumentais como cemitérios, ou o patrimônio construído, os lugares simbólicos, como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou emblemas; os lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou associações. Mas fazer história conduz a mudar o sentido da própria palavra, passando da memória dos lugares aos verdadeiros lugares da memória."

A memória histórica brasileira vem sendo estudada sobre diversos aspectos. Todavia, raramente tem-se estudado às relações existentes entre a cultura material nos museus e a produção de discursos: a educação. “Giulio Argan, historiador da Arte que foi prefeito de Roma, refere o

fenômeno da rejeição da história pelo pragmatismo do mundo moderno. Da desambientação dos monumentos, chegamos à desambientação do ambiente. Da diáspora das obras de arte de suas antigas sedes, passamos à destruição dos tecidos urbanos. A degradação se acelera, no centro e nas periferias e tudo se consome” (Oswaldo, 1999:01).

Ora, os objetos são produtos da ação humana e vetores da ação humana. Todo e qualquer objeto é sempre repositório de uma informação sobre relações entre os homens³⁵. O século XX, que assiste à consolidação desta nova forma de fazer história e de se compreender a memória, serve de contexto para a ampliação do conceito de documentos que retira do texto a exclusividade de se caracterizar como tal. Outros suportes, outras formas de expressão, outras fontes, passam a ser valorados como documentos. A imagem trazida por uma fotografia ou um filme, a força emanada de um objeto, a mensagem advinda do som de uma melodia passam a ser merecedores de procedimentos de análise, interpretação, classificação, guarda e conservação”³⁶.

Uma cadeira, por exemplo, é um artefato. É um objeto fabricado pelo homem, que encerra vários níveis de informações, especialmente no que concerne aos aspectos tecnológicos, morfológicos e funcionais. Os homens são capazes de construir, imagens espaciais elaboradas, que se formam em nosso cérebro, a partir da sua percepção do mundo, voltando-se para os interesses das relações existentes entre coisas e idéias (Amaral, 1998:33).

Mas neste caso, o que é premente é o problema das relações entre os homens. Em toda resposta que o homem dá existe a presença das experiências anteriores, a ação da memória. Toda ação humana é uma ação com carga de memória e se não houvesse memória, a cultura não seria possível. “Como o indivíduo universal, o cidadão do mundo poderia orientar-se na cidade, quando sua geografia está presa a memória? Isto é, quando devemos recordar que a rua da Fonte não possui nenhuma fonte e termina na rua das flores, as quais, por sua vez faz tempo que não exalam cheiro”. (Lovisoló, 1989:19). Além de a memória coletiva se apresentar como tradição, ela se estrutura internamente como uma partitura musical, o que nos possibilita aprendê-la como um sistema estruturado em que os atores sociais ocupam determinadas posições e desempenham determinados papéis.

³⁵ Ver FUNARI, P. P. A Arqueologia. São Paulo: Ática, 1988 e do mesmo autor, O papel da cultura material urbana na construção de uma memória histórica. In: Cidade e memória. Porto Alegre, 1992.

³⁶ BRITO, M. E. **Memória e cultura**. In: Revista do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil. Rio de Janeiro, n. 01, 1989.

Nessa perspectiva, os objetos são dotados de uma significação especial, que faz com que eles representem o “invisível”. Como diz Levi-Strauss (1976:44), conservado apenas na forma de “registro ou relato, o passado é privado de sua diacronia, quer dizer, o passado passa a existir como fato contemporâneo e recente”, cada vez que é renovado pelas narrativas e práticas rituais. E é justamente na transmissão dos objetos que, segundo o autor referido, as coletividades conferem uma “existência física da história”.

“...num nível metafórico mais significativo, do mesmo modo que a amnésia é não só uma perturbação mais ou menos grave da presença da personalidade, mas também a falta ou a perda, voluntária ou involuntária, da memória coletiva dos povos e nas nações, pode determinar perturbações graves da identidade coletiva” (Lê Goff, 1984:12).

Maurice Halbwachs³⁷ nos lembra da importância da leitura dos espaços físicos para a construção da memória coletiva. Este mesmo autor, em 1920-30, já havia sublinhado que a “memória deve ser entendida também ou, sobretudo, como algo social, ou seja um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, e mudanças constantes Argumentando sobre as pedras da cidade desenvolve as seguintes premissas:

“Se entre as casas, as ruas e os grupos de seus habitantes, houvesse apenas uma relação inteiramente acidental e efêmera, os homens poderiam destruir e reconstruir suas casas, seus quarteirões, sua cidade, construir e reconstruir sobre o mesmo lugar uma outra, segundo um plano diferente, mas se as pedras se deixam transportar, não é tão fácil modificar as relações estabelecidas entre as pedras e os homens”
(Halbwachs, 1990:20).

Saber as formas de vida as quais existam poucos registros, saber como os silenciosos, aqueles que pouco ou nada aparecem na documentação escrita e na representação da cultura material “oficial”, saber como encarar sua existência diante das modificações tão rápidas em curso, buscar as relações, as teias coletivas entre indivíduos num grupo numa camada social em épocas distantes e também agora, de pessoas que experimentam mudanças, segundo valores já

³⁷ Maurice Halbwachs, filósofo da memória e um dos percussores das linhas teóricas dos trabalhos desenvolvidos em sociologia no século XIX por E Durkheim. Halbwachs baseia-se na concepção de que o coletivo e o

preestabelecidos, de normas e comportamentos que aceitam ou rejeitam, são algumas questões inusitadas que o estudo da cultura material e o contato com a história oral nos propicia.³⁸

Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. Se é possível o confronto entre memória individual e a memória dos outros, isso mostra que a memória e a identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos³⁹.

Parafraseando um ditado popular, o *tempo é o melhor remédio*, todavia este tempo também é relativo e pode ser cristalizado, revisitado, revisado e construído, portanto é sempre perigoso!

Como diz Paul Valery “A história é o mais perigoso produto fabricado pela química do intelecto. Pois suas propriedades são capazes de produzir os acontecimentos, ou impedir que eles sejam produzidos. Fazem sonhar, embriagam os povos, engendram nelas falsas lembranças, exageram seus reflexos, conservam suas velhas feridas, atormentam-nos no seu repouso, conduzem-nos ao delírio de grandezas ou de perseguição, tornam as nações amargas, soberbas, insuportáveis e vãs” (In: Tamanini, 1994) ou como diz Benjamin “se o inimigo vence nem os mortos estarão a salvo.. e o inimigo não tem cessado de vencer”. (1993).

social precedem o individual e o psicológico.

³⁸ “Pode-se destacar também que para muitas situações anacronicamente, a vontade de esquecer o traumatismos do passado freqüentemente surge resposta à comemoração de acontecimentos dilaceradores. Uma análise de conteúdo de cerca de quarenta relatos autobiográficos de mulheres sobreviventes do campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, publicados em francês, inglês e alemão, revelam em muitos casos o desejo, simultâneo ao regresso do campo, de testemunhas e esquecer para poder retornar uma vida ‘normal’ ” (POLLAK, 1989: 10)

³⁹ “A amnésia social é a repressão que a sociedade dominante faz do seu próprio passado. A memória é expurgada da mente pela dinâmica social e econômica” Joel MARTINS, A escolarização e a cultura do positivismo. Texto mimeografado, 1984.

VIDAS TRANSPLANTADAS: MITO E IDEOLOGIA DA COLONIZAÇÃO

“ Cultura é um processo e, ao mesmo tempo, o substrato de situações de enfrentamento e luta de hegemonia, autonomia, domínio, resistência e, no limite, sobrevivência” (BRANDÃO,1985)

As cidades catarinenses, fundadas - aparentemente- sob os mesmos parâmetros históricos e cronológicos além de uma proximidade geográfica, são possuidoras de visões de mundo distintas. Um olhar eletrônico, a grande altitude, decodificaria ao espírito humano um momento de êxtase. A paisagem é idílica, recortada por diferentes bacias hidrográficas que deságuam na baía da Babitonga e de Guaratuba, em silenciosa submissão ao relevo catarinense. Mas é justamente o silencioso e o escondido que desejamos desvendar na Região de nome Francês e de fala alemã, a qual se deu a partir do século passado - Joinville.

Uma primeira leitura de qualquer trabalho historiográfico de Joinville, a visita a Museus ou mesmo publicações periódicas de empresas, artigos jornalísticos e editoriais, formará uma noção que entendemos distorcida da realidade prática da cidade. Poderá pensar este leitor ou o visitante, tratar-se de um povo, cujo estágio econômico, cultural e político difere desproporcionalmente com relação a outras partes do país. Este discurso é reafirmado, por sua vez, pela ideologia do **mito colonizador**. Os manuais didáticos, e em especial os Museus, reforçam este discurso, na medida que expõem a cultura material da imigração, de modo linear e nostálgico.

No entanto, se estes documentos forem analisados sob uma luz crítica, histórica e se comparado, uns com os outros, perceber-se-á a construção de um imaginário distorcido do dia a dia da cidade. Estará nítida uma estrutura econômica tão exploradora quanto qualquer outra de um sistema capitalista de produção, e que trilhou estes caminhos, pautada em relações históricas e idiossincráticas. Bourdieu costuma apontar para a importância de uma análise da lógica interna de funcionamento dos esquemas sociais de representação da realidade. Esquemas que não são autônomos, mas funcionam a partir de uma articulação entre determinações mais amplas

decorrentes da estrutura social como um todo e certos mecanismos internos que configuram sua substancialidade específica.

FIGURA 1 - Festejos em comemoração a data de fundação da cidade - 1926



Fonte: C.C.D.S.

“As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais” (Bourdieu, 1990: 167).

Ao longo dos tempos, alicerçados na historiografia, literatura e outros setores, Joinville assumiu variadas titulações, cujo enfoque privilegia o ideal de uma cidade feliz⁴⁰. De uma cidade que nasce, a partir da colonização em 1851 para dar certo, cujo mito do imigrante é idealizado.

⁴⁰ SCHNEIDER, A. B. Nossa boa terra, contos e crônicas da terra dos príncipes. Joinville: Particular, 1984. O autor revela em seus escritos o enaltecimento para com “o indivíduo de origem teuta que veio para o Brasil “e se deu bem”. A imagem idealizada é do “germânico feudal monarquizado” “(...) Não conhecíamos, pelo menos nos primeiros anos, nem domingo nem feriado de maneira que muitas vezes perdíamos a noção do tempo(...)”

“Cidade das Bicicletas”⁴¹ “Cidade dos Príncipes”, “Manchester Catarinense”. No final da década de noventa um novo título passou a ser produzido, a “Cidade dos Eventos”⁴². Tais imagens aparecem em enfoques publicitários e em museus da cidade.

FIGURA 2 - “Residência na Estrada Bonita/ área rural em Joinville”



Fonte: C.C.D.S.

“Cidade de grande periferia, ruas amplas e confortáveis, onde a nota predominante são as casas individuais, ajardinadas,

⁴¹ Para MEURER (1993: 34) “Ao escrever um poema em homenagem ao trabalhador que utiliza a bicicleta como instrumento de trabalho, o poeta Alcides Buss tem como proposta destruir um dos principais símbolos locais, a “Cidade das Bicicletas”. Quando se fala de bicicleta, rapidamente tem-se em mente os ciclistas do artista plástico Edson Machado: quietos e até estáticos. Mas Buss vê o trabalhador, agora não mais como estátuas petrificadas, ou como apenas um membro do segmento social dos “menos capazes”. Aqui o poeta vê um ser humano que não tem orientação própria e está inserido em um processo de distanciamento entre o mundo real e o mundo imaginário, fruto de um sistema econômico e político vigente. (...) O ciclista pedala a fantasia. Do seu corpo a energia passa às rodas, da mente corre às mãos a direção. O ciclista não pedala; ao contrário não pedala; (...) Em sua boca, o beijo, já morreu. E se a cabeça alienada vive, a engrenagem do ciclista não consegue ver.”

⁴² Segundo NIEHUS (2000: 02) “Joinville como a maioria das cidades industriais no Brasil, vive hoje um processo de retração na oferta de empregos nas empresas de produção de bens. Essa retração é consequência da política neoliberal – responsável pelas importações – e de uso de novas tecnologias – que eliminou postos de trabalho – aumentando, em decorrência, o número de pessoas desempregadas, atingidas pela exclusão social (...) Atualmente está direcionando suas atividades para a área de prestação de serviços, este setor por sua vez emprega uma fatia muito pequena de desempregados, qualificados ou não”. Daí também, se justifica o novo “slogan para a Cidade, “cidade dos eventos”.

distanciadas das vizinhanças e da rua, dando-lhe peculiaridade nítida – eis Joinville”(Keller,1951: 65).

FIGURA 3 – Orquídea, imagem comum na cidade



Fonte: C.C.D.S.

“Que as rosas floresçam neste solo! As rosas são do maçon leais companheiras, nas alegrias e nas tristezas e para nós florescem sob o céu suave de nossa pátria, em todas épocas do ano, com abundância(...) dissipemos os prazeres mundanos, e pecaminosos, em troca de um prazer celeste, mais elevado, que nunca murcha (Cyro,1990:58-59).

As flores figuram entre as imagens mais utilizadas e estilizadas⁴³. A flor⁴⁴ pode significar algo distinto, fino, sublime, puro, limpo, quanto também, pode representar a passividade, a dedicação à neutralidade e outros. “A articulação que se denota é a utilização da flor enquanto símbolo de progresso e a preocupação de eliminar qualquer pensamento em cima da mesma que representasse uma subversão da ordem” (Meurer, 1993: 60). Este discurso estético e aparentemente tênue elimina as contradições, os conflitos e as problemáticas histórico-sociais⁴⁵

Há de fato, na Cidade, algumas localidades que possuem como costume plantar flores em seus jardins e quintais. Esta característica era mais intensa anterior ao processo de industrialização e urbanização da cidade. Atualmente esta prática está mais restrita as áreas rurais, cujo marcador étnico é associado aos grupos germânicos e italianos ou ainda, acompanhando campanhas publicitárias maquiadas na imagem de uma “flor de cidade”.

Por sua vez, esta imagem é também associada a um povo ordeiro, cuidadoso, de origem européia e trabalhador, de uma elite imigrante, que trouxe em sua mala de viagem o espírito empreendedor⁴⁶.

“A primeira iniciativa dos recém-chegados manifestou-se na aquisição de lotes e terrenos já plantados e com casas construídas. A segunda consequência da introdução de inteligência de capital na nova colônia até essa data puramente colonial foi a lógica transformação do colono independente em empregado pago pelo capitalista. O núcleo colonial “Schroedersort” avançou o seu primeiro passo

⁴³ “Já se tornou tradição a Exposição de Flores e Artes Domiciliares, que se realiza, anualmente, no salão principal do Teatro Harmonia Lira. Esse notável acontecimento social e artístico, todos os anos tem sido motivo de atração e curiosidade de centenas de pessoas vindas de todos os recantos não só de Santa Catarina, mas de outros Estados, onde já chegou a fama do êxito(...) Desde 1936 os patrocinadores da Exposição se empenham com particular carinho e interesse na sua realização, não lhes faltando apoio e o prestígio das autoridades” (Álbum Histórico do Centenário de Joinville – 1951: 251). Atualmente tal evento se intitula a Festa das Flores e acontece anualmente em novembro, reunindo exposição de flores e outras atrações. A imagem veiculada é de uma atividade que nasceu como uma festa que materializa e ritualiza o cotidiano dos colonos.

⁴⁴ A acácia branca é o símbolo da maçonaria. No lugar da acácia pode ser usada uma camélia ou uma rosa branca. Na entrada principal do Museu de Artes de Joinville, ex-residência de Ottokar Doerffel, primeiro prefeito de Joinville, criador da maçonaria em Joinville, encontra-se à esquerda na parede um relevo da acácia. Ainda hoje pode observar no jardim, ao lado esquerdo da entrada principal da casa, um belo pé de camélia branca.

⁴⁵ Ottokar Doerffel, foi diretor da Colônia Dona Francisca, grande liderança da maçonaria local, membro de diferentes agremiações culturais e recreativas na cidade, membro de partido político, primeiro prefeito e fundador do jornal Kolonie Zeitung, periódico da Colônia.

⁴⁶ Para se ter compreensão da construção da historiografia local, cujo enfoque privilegia “os capazes”, ver TERNES, A História econômica de Joinville. Joinville: Meyer, 1986, pp.85-86. Diferentemente de HERKENHOFF, E. que quase ingenuamente traça um perfil cristalizado heróico e romantizado da história, este autor reconhece a diferença social, porém, adota o discurso do pensamento vigente, eliminando a reflexão e o debate entre as fontes e o aprofundamento sociológico.

para a futura cidade, com a instalação de vendas, empórios, lojas, e o estabelecimento dos ofícios como seleiros, padeiros, ferreiros e tantos outros, para atender as necessidades dos moradores do vilarejo” (Ficher, 1965:103).

Há um consenso de visão de mundo, há um imaginativo de colonização bem sucedida sem nenhuma contradição, de ocupações perenes, que se pulveriza entre os grupos locais, entre as instituições públicas e privadas, especialmente as escolas, por mais variados que sejam os seus temas⁴⁷. Idealiza-se uma cidade, onde colonos/trabalhadores e empresários foram e são construtores e beneficiários e ambos com o mesmo objetivo: cuidar da cidade. A citação acima ilustra de modo significativo esta ideologia.

As empresas da região, ao longo dos anos utilizam-se do conceito de colaborador para designarem o papel do trabalhador no campo de trabalho. “Sóbrios, incomparavelmente industriais”. Afinal a condição de classe é obra da Providência Divina (...) O povo deve ser mantido pobre que assim se manteria obediente a Deus (Weber, 1987: 112-113). Para Hobsbawm (1990:35) “As classes sociais, o conflito de classes e a consciência de classe existem e desempenham um papel na história. Podemos perfeitamente discordar sobre qual o papel que desempenham, ou sobre sua importância. Todavia, as categorias devem ser analisadas dentro de seus pressupostos diferenciados”.

“A mitologia bandeirante foi imposta como uma ideologia de massa graças à manipulação da cultura material. Em termos da educação formal, os livros didáticos, publicados em São Paulo e usados no país todo, apresentam estes heróis materialmente através de representações inventadas destes homens: suas roupas, armas e outros traços materiais, imaginados no século XX, foram apresentados como símbolos heróicos e verdadeiros do século XVI” (Funari, 1995: 42).

⁴⁷ Ver HERKENHOFF, Elly. Era uma vez um simples caminho. Joinville, Fundação Cultural de Joinville, 1987. Uma das mais antigas historiadoras de Joinville. Constrói a narrativa, a partir de uma série de coletâneas de jornais do século passado tendo como eixo temático o ideário de harmonia e progresso no processo de colonização para a região.

FIGURA 4 -“Imagens de residências do imigrante bem sucedido” – Pomerode/SC



Fonte: C.C.D.S.

FIGURA 5 – Casa em estilo enxaimel – Quiriri – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

A organização social de Joinville foi marcada pelo desenvolvimento de determinadas formas de sociabilidade e representações que prendiam, de um lado, a tentativa de preservação de valores e símbolos da cultura de origem dos imigrantes alemães e, de outro, as condições específicas da realidade brasileira⁴⁸. Dentro disso é que se pode entender o estabelecimento e a difusão da ideologia étnica teuto-brasileira, base sobre a qual está assentada a identidade do grupo.

Segundo Seyfert (1986:436/ 1990: 87) “Os teuto-brasileiros consideram-se membros de uma “comunidade” referenciando-se às qualidades próprias da etnia alemão gestadas no processo de desenvolvimento físico, espiritual e moral do povo alemão. A “comunidade” tal qual no germanismo é definida pela raça, língua, índole, cultura e pelo caráter alemão. Todavia, há um outro elemento presente nessa identidade que distingue os teuto-brasileiros dos outros alemães. Trata-se da cidadania brasileira (...) O teuto-brasileiro tem uma pátria que é ao mesmo tempo alemã e brasileira. Ètnica e culturalmente ela é teuta, mas é brasileira porque não só está situada dentro do Brasil como seus membros estão integrados econômica, social e politicamente ao Estado brasileiro”

Para analisarmos as transformações de uma dada sociedade temos, obrigatoriamente, que levar em consideração os laços institucionais que se apresentam, e ainda, de que forma os discursos são construídos e constituídos historicamente. Já que a partir destes laços, ou seja: das instituições e o papel que os indivíduos nelas ocupam bem como, a dinâmica destas na estrutura - é que encontramos um distanciamento entre o discurso e a prática social. As relações sociais não são perceptíveis a olho nu; bem ao contrário, elas são mais ou menos encobertas por uma ordem estabelecida e por uma estrutura de dominação⁴⁹. Daí a importância de estudos que levem em consideração outras fontes comumente não exploradas, neste caso, as falas, as imagens, os objetos e porque não os documentos já produzidos por distintos momentos.

Neste processo de construção da pesquisa pude observar que, no terreno das

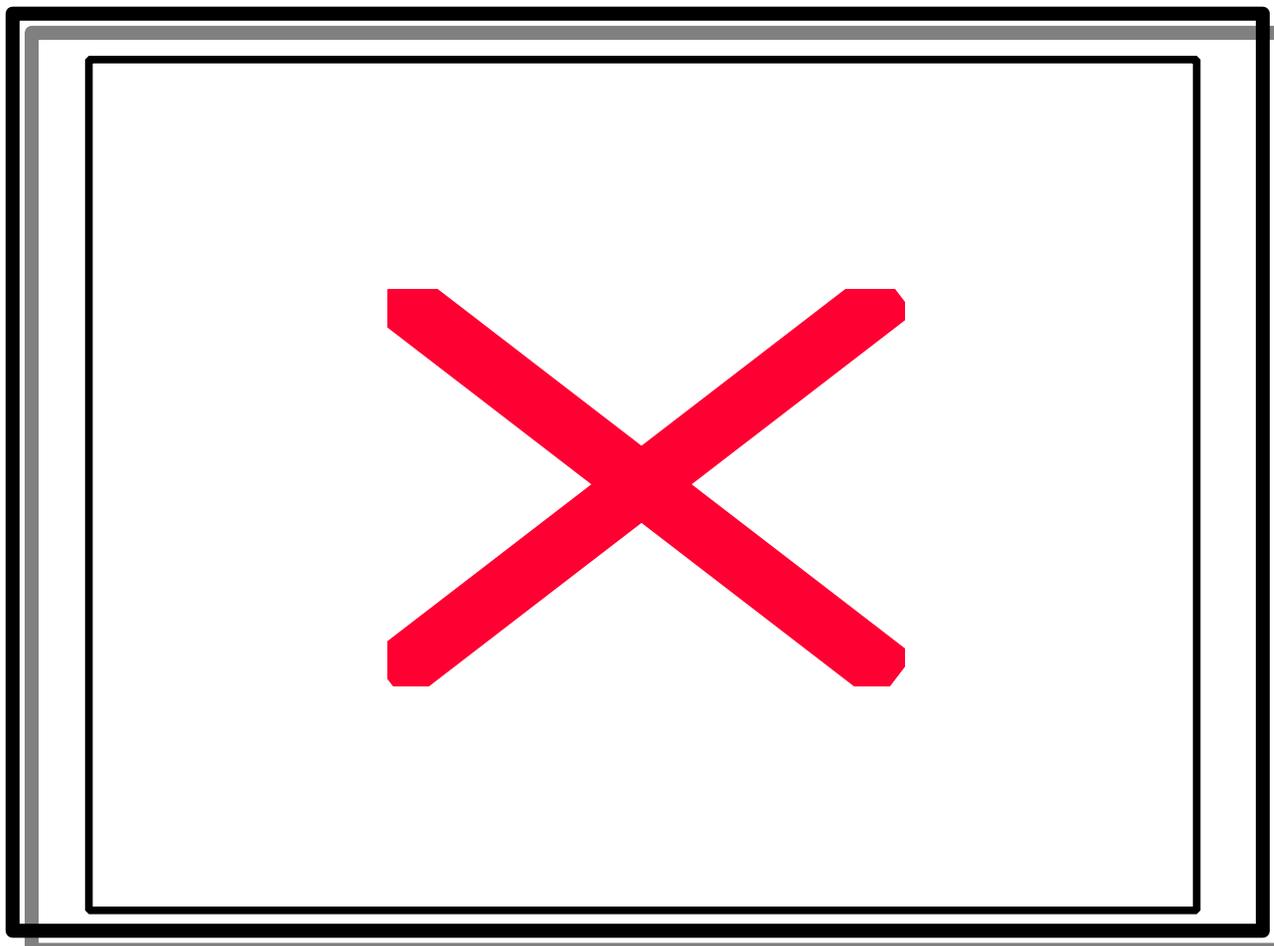
⁴⁸ Ver OLIVEIRA, R. C. de. Identidade, etnia e estrutura social. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1976.

⁴⁹ O processo de conhecimento é um processo que insere numa realidade histórica concreta, que é determinada e marcada por ela. Uma das características essenciais da realidade histórica e social é a existência de grupos dominantes e de grupos dominados, de nações dominantes e nações dominadas. Esta dominação se manifesta não somente ao nível do individual, mas também ao nível do social...Dominar consiste em exercer poder, sobre qualquer um ou sobre uma comunidade. Enquanto certos grupos sociais dominarem outros, a identificação do saber ao poder, substituirá...Fica claro, portanto, que uma nova concepção do processo de conhecimento repousa essencialmente sobre a noção de participação (Irvung, 1998: 136).

instituições em Joinville, questões relacionadas ao discurso da ideologia dominante, cuja identidade étnica acaba por forjar uma cultura totalitária, inter-relacionada com as memórias e imagens do passado; permitindo assim, ao longo dos anos, a constituição de um presente que não reflete em si os diferentes processos de ocupação sócio-culturais na região. Para Alfredo Bosi (1994:309) "Os critérios podem e devem mudar. Pode-se passar de raça para a nação, e da nação para a classe social (cultura do rico, cultura do pobre, cultura burguesa, cultura operária), mas, de qualquer modo, o reconhecimento do plural é essencial".

O Mundo Deixado: Convergências e Divergências em Torno da Imigração no País em Meados do Século XIX, imagens e discursos.

FIGURA 6 – Cartaz Propaganda veiculada na Europa em meados do século XIX, sobre a colonização no Sul do Brasil. (A inscrição diz: “Assentamentos alemães no norte do Estado de Santa Catarina Sul do Brasil”) (CCDS/AHJ)



Fonte: Arquivo Particular – Peninha Machado

...Contam os documentos.

(...) Penso que estamos sempre no encalço de alguma coisa oculta ou pelo menos potencial ou hipotética, de que seguimos os traços que afloram à superfície do solo. Creio que nossos mecanismos mentais e elementares se repetem através de todas as culturas da história humana, desde os tempos do Paleolítico em que nossos ancestrais se davam à caça e à colheita. A palavra associa o traço visível à coisa invisível, à coisa ausente, à coisa desejada ou temida, como uma frágil; passarela improvisada sobre o abismo.

(Calvino, I)

Que razões justificaram a decisão de milhares de alemães e europeus em geral para abandonar o milenar território? Muitos foram os fatores que se juntaram para determinar tal movimento imigratório. Por trás do processo de imigração havia um atroz complexo sócio-econômico e político que estava além da pretensa boa vontade do governo brasileiro em ocupar os espaços.

Por um lado, este quadro imigratório revela em parte as intenções do governo imperial brasileiro em redefinir a política de povoamento em vigência no início do Século XIX. Por outro lado, não se pode compreender a marcha abolicionista⁵⁰ desencadeada no século XIX, cuja protagonista fora a Inglaterra, sem as devidas correlações capitalistas⁵¹. Isto implica dizer que a demanda por novos mercados, o movimento imigratório, enfim as transformações que estavam se processando no velho mundo desencadearam a substituição do trabalho servil nas antigas colônias ainda em regime escravocrata⁵².

Esse empreendimento colonizador segundo Richter (1986: 13) fazia parte das ações imperialistas Alemães (...) para tal fim recomendavam que fossem fundadas colônias agrícolas em regiões que: 1) Sendo habitadas pelos nativos e possuindo condições

⁵⁰ Sobre a questão do processo abolicionista no Brasil ver PEREIRA, L. A. Limites históricos do pensamento abolicionista. Uma contribuição ao estudo do gradualismo adotado na abolição da escravidão no Brasil. Assis, 1986. Dissertação (Mestrado em História) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista.

⁵¹ Sobre este período ver HOBSBAWM, Eric. A Era das revoluções: 1789-1849. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. E ainda, A Era dos impérios. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

⁵² Uma análise dos principais problemas da terra e sua relação com o capital e a imigração foi largamente discutido por MARTINS, José de Souza. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, s/d. E ainda, O cativo da terra. 6ª São Paulo: São Paulo, Hucitec, 1996 e, Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. Confira-se dentre outros, SILVA, L. P. da. A solução do problema humano dos sertões pela colonização nacional. Revista de imigração e colonização. 11(20), 2º semestre de 1950, p. 238-310.

climáticas vantajosas, favorecessem uma imigração alemã em grande escala com boas possibilidades de desenvolvimento. 2) Pelo fato de a população nativa ser de “raça inferior” garantissem que a etnia, cultura, língua e nacionalidade dos imigrantes ficariam preservadas. 3) A longo prazo fornecessem matérias primas para a Alemanha; e, 4) no início não desenvolvessem indústria própria, dependendo portanto de produtos industriais da Alemanha.

O cenário político-econômico da Alemanha no início do século XIX revela um aglomerado de pequenos estados pobres e com economia baseada na agricultura. Grande parte da população vivia em pequenas aldeias e cidades ligadas entre si por deficientes estradas.

Dentre centenas de motivos, observa-se que, na Alemanha, a emergência do ciclo imigratório deu-se num quadro de profunda crise estrutural⁵³, onde se procurou com a derrota de Napoleão, em principio, apagar todas as conquistas da revolução francesa, fortalecendo o poder real e a nobreza⁵⁴

Surge neste contexto, uma crise da produção agrícola, gerada a partir da transição da produção artesanal para a industrial. E com a inclusão de fertilizantes químicos e uma maquinaria cada vez mais complexa aumentou a produtividade, dispensando, gradativamente, mais pessoas das colheitas e da debulha que era uma das principais atividades de inverno⁵⁵. Como consequência, surgiu uma população empobrecida, formada na sua maioria por camponeses e artesãos, os quais, na ótica dos governos dos diferentes estados da Federação Alemã, ameaçavam a estabilidade política interna.⁵⁶

⁵³ HOBBSAWM, E.J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

⁵⁴ As novas conveniências do capital têm suas origens na crise de superprodução e desemprego que afetam as sociedades européias, a partir de meados do século XIX. Essa crise, sem precedentes na história da humanidade, fez emergir a luta operária, rompendo com a unidade nacional, e desencadeou uma disputa acirrada entre nações por novos mercados, rompendo com a paz mundial. Como o excedente de riqueza e miséria daqueles países tinha necessidade de ser escoado, o novo mundo parecia ser o melhor destino (Schelbauer (1998: 16)

⁵⁵ Até a revolução industrial o crescimento populacional fora reprimido de todas as formas possíveis. Com a desreorganização social característica da nova estruturação, levantaram-se os meios repressivos e a taxa de crescimento se tornou explosiva. Em 1800 a Europa abrigava 1/5 da humanidade (184 milhões de habitantes). Um século mais tarde, apesar da migração, a população já era mais de 1/4 da população mundial (401 milhões de habitantes).

⁵⁶ Willems (1980: 34) Estudioso da imigração alemã para o Brasil, afirma que um dos fatores que contribuíram para a imigração coletiva da população está representado na administração de alguns territórios, os quais estavam, é sabido, sob regime monárquico-reacionário. Inspirado pela orientação política da Restauração. Os impostos escorchantes desses minúsculos estados forçavam a população ao êxodo ou, antes a fuga, porque a imigração, era muitas vezes, proibida. Assim era comum famílias ou mesmo levadas de famílias da mesma comuna abandonarem suas propriedades, fugindo as perseguições das autoridades fiscais e policiais, para embarcarem em portos de países Baixos à procura de uma nova existência na América.

Enquanto se processava a expropriação do camponês nas regiões agrícolas, as grandes levas de migrantes que se dirigiam para os centros urbanos caíam vítimas de exploração ainda mais violenta. Os capitalistas detinham grandes massas trabalhadoras nas cidades, forçando-as ao trabalho de até 16 horas diárias por salários extremamente míseros⁵⁷. Neste período, efetivamente, a Alemanha formava o seu capital e plantavam-se as sementes da forte industrialização que viria conhecer a partir de 1866, com a formação do Império de Otto Von Bismarck.

Nesta perspectiva, a imigração passou a ser vista como opção para a minimização das tensões sociais. Os centros emissores destas migrações eram a Renânia, Westfália, Silésia e a Saxônia, regiões que já despachavam levas de imigrantes, tanto para o Brasil quanto para os Estados Unidos.

No Sul e oeste a situação dos camponeses era teoricamente, melhor, pois, não tinham vínculos de servidão para com os seus senhores feudais. No entanto, sua condição de camponeses “livres” não os impedia de arcar com pesadas taxas e altos impostos, de forma que, na prática, sua situação não era muito diferente da dos servos feudais. Por vezes, estavam sujeitos a corvéias, ou seja, ao trabalho gratuito durante um certo tempo ao estado ou senhor feudal. Então o camponês não tinha outra alternativa do que vender o que ainda lhe restava e emigrar para a cidade ou vagar nômade pelos campos à procura de trabalho⁵⁸ ou ainda imigrar para outro continente.

A saída era forçada por perseguições políticas e raciais, mobilização militar ou pelas necessidades de sobreviver, que criavam expectativas de encontrar um país livre, rico e belo onde seus esforços seriam recompensados (Leite, 1993: 24). De outro lado, para a população empobrecida, imigrar para o Novo Mundo apresentou-se como uma solução atraente, ou seja, como um meio de assegurar a sobrevivência, e ainda, a oportunidade de virem a ser proprietários de terras.

“Restam ainda os camponeses que cultivam seu próprio pequeno pedaço de terra. Estes tão carregados de hipotecas que ficam dependendo do usuário na mesma extensão que o rebanho do proprietário da terra. A eles também nada resta além de seu miserável salário, muitas vezes incerto porque depende da boa ou má colheita. Podem menos que todas as outras categorias esperar qualquer coisa da burguesia

⁵⁷ MARX, K. O Capital: crítica da economia política- Tomo V volume1. Tradução de Regis Barbosa & Flavio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁵⁸ Em alemão, a palavra *lunpen* tem duplo significado. No plural quer dizer, farrapos. *Lunp* e seu plural *lunpen*, também significa velhaco, patife, trapaceiro. A própria degradação econômica e social levou a criação de estereótipos, marcando a exploração e a exclusão, formas do sistema capitalista.

porque são precisamente os mais explorados pelo burguês e pelo capitalista usuário” (Engels, 1977: 14).

Dos 60 milhões de emigrantes europeus, a maior parte é de ingleses que, a partir de 1850, mantiveram uma média de cerca de 200 mil anuais. Avalia-se que o contingente de emigrantes alemães seja de 5 milhões. Ele foi insignificante até 1835 quando começou a crescer até 1845. Deste ano até a guerra franco-prussiana, foi estável com uma média em torno de 50 mil emigrantes anuais. A partir de então cresceu rapidamente por volta de 1900.

A onda de imigração italiana começou com a guerra contra a Áustria. Seu incremento não foi forte, de início, chegando a pouco milhares anuais no fim da penúltima década do século. Então ela cresceu desmesuradamente, chegando a cerca de 400 mil emigrantes anuais, por volta de 1910⁵⁹. Entre 1875 e 1900, estabeleceram-se no Brasil mais de um milhão de imigrantes italianos. Desse contingente, cerca de 250 mil teriam imigrado para o Rio Grande do Sul, a fim de ocupar as terras devolutas que o Império possuía na encosta superior do planalto desta província. A forma adotada para a introdução da mão-de-obra foi a da colonização, diversamente do que ocorreu em outras partes do país. (Carboni, 1998:282)⁶⁰.

Foi nesse contexto que a humanidade presenciou um dos mais longos processos de locomoção humana ocorrido em sua história, onde levas de imigrantes europeus deixaram suas nações, dirigindo-se à distante América em busca de sobrevivência, na tentativa de reproduzir aqui as relações agrárias de produção que lá estavam se desfazendo e, em muitos casos, na esperança de tomarem-se proprietários. Atravessar ou não o atlântico era, para aqueles homens, o mesmo que decidir entre a vida e a morte, todavia, as conveniências do capital os impeliam para a vida, facilitando-lhes essa difícil travessia e sem que tivessem

⁵⁹ Para um estudo da imigração italiana no Brasil a partir da análise da cultura material, ver MUNIZ, Silvana Cristina Oliveira. Núcleo Pedrinhas História e imagem. In: Cultura material e Arqueologia Histórica. Campinas: Unicamp, Coleção Idéias, 1998, pp. 221-250.

⁶⁰ Ao chegar ao Brasil para colonizar a região inculca da Encosta Superior da Serra do Rio Grande do Sul, os imigrantes italianos geraram uma realidade socioeconômica econômica singular, distinta da que haviam conhecido na Itália. De arrendatários ou assalariados que eram geralmente, tornaram-se proprietários de lotes de em média, 25 hectares-verdadeiros latifúndios, para os padrões italianos da época. Contrariamente a boa parte de seus congêneres alemães, que desde 1824, haviam-se estabelecidos nas Colônias de São Leopoldo, Torres Forquilhas, os colonos italianos chegaram à província quando já havia sido promulgado a Lei 601, de 1850. Essa preconizava que as terras devolutas fossem concedidas somente através da venda. Abolia também os importantes privilégios concedidos anteriormente aos colonos que se destinassem ao Brasil. Portanto, desde sua instalação no seu lote colonial, o colono italiano teve que gerar um excedente monetarizável, para poder pagar sua dívida, comprar os equipamentos, as sementes e outros (op.cit: 282), garantindo desse modo, a expansão da grande propriedade latifundiária agrário-exportadora.

consciência de que eram movidos por ele⁶¹.

“Os que dizem *addio* não olham para trás; não disseram, ao partir *arrivederci*, embora muitos tenham pensado silenciosamente nesta última expressão” (Leite, 1993: 24)

A Terra Prometida: O Mundo Encontrado

*“Dal ‘Italia noi siamo partiti
Siamo partiti col nostro onore
Trenta sei giorni di machina e vapore
E in Merica Noi siamo arrivá
(.) A la Merica noi siamo arrivati
No abiamo trovato ne paglia ne feno
Abiamo domito sul nudo terreno
Comme lê bestie abiamo riposá
(...)”*

Os efeitos da imigração tinham um alcance maior, desempenhavam um papel eminentemente civilizador. Pois se, na Europa, o excedente de riqueza emperrava o funcionamento da grande máquina, encaminhados para o novo mundo, vão simbolizar a própria civilização. Para Ortiz (1985: 18) “A política de imigração desenvolvida no final do século vem ainda reforçar a importância desse assunto”. O discurso orgânico se produz rente às ações da empresa colonizadora, sendo muitas vezes proferido pelos seus próprios agentes (...) Em todos manifesta-se cândida e lisamente o propósito de explorar, organizar e mandar, não sendo critério pertinente para uma divisão de águas a condição de leigo ou de religioso de quem escreve (...) É enfim, o bispo maçom Azeredo Coutinho, que defende em pleno limiar do século XIX, a manutenção do regime escravista para maior segurança do açúcar pernambucano e da Coroa Lusa (Bosi, 1994: 34). No notável trabalho intitulado “História Geral da Civilização Brasileira”, Sérgio Buarque de Holanda

⁶¹ Ver BRAUDEL, F. Civilização material e capitalismo (séculos XV-XVIII). Tradução de Maria Magalhães Godinho. Tomo 1. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.

remonta a Marquês de Pombal a iniciativa de criar, tanto no extremo Norte quanto no Sul, por intermédio de colônias, uma classe média econômica e socialmente independente dos latifundiários.

“A economia brasileira apoiava-se assim, nos braços dos escravos africanos e nos agregados dependentes e que perfaziam a grande massa da população do país. Não somente eram mantidos pelo trabalho escravo os estabelecimentos das fazendas, da pecuária, das minas, das comunicações e transportes, dos ofícios, da indústria, como até os serviços domésticos(...) Os famosos postulados da revolução francesa – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – na verdade foram adotados na constituição brasileira, mas de fato ficavam restritos aos senhores das terras (...)Desde o início viam os escravocratas e latifundiários na imigração européia quase só alemã nos primeiros 50 anos após a separação de Portugal, um perigo porquanto, pelo sistema de colonização baseado na pequena propriedade” (Oberacker Jr, 1985: 255).

No fim do século passado Sylvio Romero⁶², Nina Rodrigues⁶³, Oliveira Viana produziram vários estudos enfocando a inferioridade racial do negro e como proposta para a superação deste “atraso” o qual afetava a imagem do Brasil, propunham os autores, a imigração em massa para o Brasil⁶⁴. Esses autores extraíam das doutrinas deterministas aquilo que lhes interessava mais diretamente, nas versões mais próximas do darwinismo social “as contradições pouco importavam, pois se tratava, fundamentalmente, de ideologia travestida de ciência⁶⁵. “Os parâmetros raça e meio fundamentam o solo epistemológico dos intelectuais brasileiros nos fins do

⁶² ROMÉRO, Sylvio. História da Literatura Brasileira. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1943. E para um maior entendimento do discurso produzido neste período ver do mesmo autor, O evolucionismo e o positivismo no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: Alves, 1985, Unesp/Assis.

⁶³ RODRIGUES, R. N. As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. São Paulo: Nacional, 1938.

⁶⁴ O problema da interação sócio-cultural entre imigrantes e a sociedade nacional foi tradicionalmente tratado na produção acadêmica através da temática da assimilação e da aculturação, em voga na sociologia e na antropologia cultural dos anos 40 e 50. Essa temática é também um eco das discussões correntes em décadas anteriores sobre a qualidade ou impropriedade das diferentes etnias, medidas em termos de sua maior ou menor propensão a serem absorvidas na sociedade receptora. Os grupos étnicos eram definidos por características culturais inapelavelmente destinadas ao desaparecimento ou à transformação, no decorrer do contato com a sociedade mais ampla, ainda que se reconhecessem diferenças nas “dificuldades” de assimilação” das várias Etnias (Fausto, 1992:427). Ver Willens, Emílio. A aculturação dos alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. São Paulo: Cia. Ed.Nacional, 1946, UEM.

⁶⁵ Além dos problemas raciais, por detrás do processo de imigração havia outros interesses determinantes. Os escritos mais antigos sobre a imigração, como o do Visconde de Abrantes, não estão referidos a isto; sua preocupação é com o progresso econômico, embora não cogitem de qualquer imigração não européia. Mesmo em meados do século do século passado, como já afirmamos, na imigração desejada é a européia, tendo como critério norteador o paradigma da civilização (ocidental). No início deste século o ideal de branqueamento da raça era hegemônico na concepção de uma nação brasileira, um ideal que alcançou, inclusive, o estatuto de ciência, fundamentado sobretudo, no darwinismo social(Seyfert, op.cit. p. 128).

século XIX e início do século XX. A interpretação de toda história brasileira escrita no período adquire sentido quando relacionada a esses dois conceitos chaves. Não é por acaso que *Os Sertões* abre com dois longos capítulos sobre a Terra e o Homem” (Ortiz, 1994:16)⁶⁶

“O ideal de branqueamento, porém, preponderou no início deste século, baseado na suposta existência de mecanismos sociais elaborados na sociedade brasileira: a seleção natural, que permitiria chegar a um único povo brasileiro a partir da diversidade racial e o princípio da seleção sexual, que impele os mestiços “inteligentes” e bem dotados de qualidades morais”, ao casamento com pessoas mais claras. Os mestiços “inferiores”, os negros e os indígenas não sobreviveriam a esta seleção intelectual e sexual(Seylfert,1989: 131).

Tal investimento promoveria á médio prazo, o “embranquecimento”⁶⁷ da população brasileira, através do processo de miscigenação e da extinção natural do elemento negro no país, em decorrência da proibição do tráfico⁶⁸. Para alguns estudiosos estrangeiros e intelectuais da elite brasileira, a inferioridade econômica do Brasil estava também posta em virtude das características da população. Por outra parte, a “raça branca” considerada “superior”, “os mais aptos”, predominaria a contento, elevando por si só, o Brasil ao conceito de “nação civilizada”.

Até a Abolição, “o negro não existia enquanto cidadão, sua existência no campo literário é tal que um autor pouco progressista com o Sylvio Romero chega inclusive a denunciar esse descaso, que tinha conseqüências nefastas para as Ciências Sociais”(Ortiz, 1994: 36)⁶⁹. Simultaneamente a esse processo, articula-se a afirmação de uma identidade nacional; para tanto, diversos intelectuais de formação positivista defenderão ideais patrióticos, num movimento que se inicia já no Império, com a criação do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro, e que toma corpo na República de um nacionalismo oficial.

⁶⁶ CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. Rio de Janeiro. Ed. Ouro, s/d.

⁶⁷ Sobre a teoria do embranquecimento e miscigenação ver FREIRE, Gilberto. *Casa Grande & Sensala*. Obra Escolhida. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1977. E ainda, FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. São Paulo: São Paulo, Difel, 1972.

⁶⁸ Em 1850, a Lei Euzébio de Queiroz veio formalizar as pressões inglesas, proibindo o tráfico de escravos para o Brasil. Os efeitos dessa pressão podem ser evidenciados com os seguintes dados: dos 54mil escravos que tinham entrado no país em 1849, esse número foi reduzido para 700, em 1852.

⁶⁹ Para um estudo da influência das culturas africanas no Brasil consultar, BASTIDE, Roger. *As religiões no Brasil*. São Paulo:USP, 1970. E também, ORTIZ, Renato. *A morte branca do feiticeiro negro*. Petrópolis: Vozes, 1978.

“Desde a abolição e a proclamação da república, houve um aprofundamento das contradições entre duas culturas brasileiras. Povo foi caracterizado como uma raça mesclada, composta de negros, índios e brancos, pobres, compondo a chamada “ideologia de mestiçagem”. Idéias racistas, importadas da Europa, foram usadas para estudar o brasileiro do povo, por outro lado, continuaram a pensar-se como um grupo não afetado pelo populacho: europeus, os intelectuais brasileiros sempre consideraram mais natural discutir as raízes do país à beira do Tamisa ou do Sena do que às margens do Tietê”.

Por um lado, tem-se uma série de outros fatores que se contrapõem à vinda de imigrantes para o Brasil, dentre eles a política de imigração, que no final do Império era praticamente inexistente, se comparada com o sonho americano⁷⁰. O elemento visado, em meados do século passado, era o europeu do centro e do norte – áreas da Europa de onde partiam milhares de famílias rumo aos Estados Unidos⁷¹. Por esta razão, o modelo norte-americano de colonização tornou-se paradigmático – embora jamais servisse de parâmetro prático no Brasil (Seyfert, 1989).

Do ponto de vista de política oficial, somente com a vinda da Família Real para o Brasil (1808) que se cogitou a imigração como atividade. O Brasil como colônia portuguesa esteve praticamente fechado à imigração de contingentes não-lusitanos até início do século XIX. A partir de 1830, a política imigratória do Império viria sofrer duros reveses, Forças conservadoras do parlamento, aliadas aos latifundiários, tiravam do governo, através da Lei de 15 de dezembro de 1830, todos os meios financeiros para promover a colonização com elementos estrangeiros. Os latifundiários viam a política imigratória do governo em conexão com a política inglesa que visava à libertação dos escravos. Essa medida do parlamento brasileiro, porém, não levou a uma interrupção total da imigração. Já a 20 de setembro de 1824, o governo conseguiu, através de um Ato Adicional, que as províncias fomentassem a imigração por conta própria. Em 1836, surgiu a legislação colonial de Santa Catarina e, em 1845, a do Rio Grande do Sul que viria ser complementada em 1854.

⁷⁰ Ver FELDMAN-BIANCO, Bela – Unicamp & HUSE, Donna- University of Massachusetts Dartmouth – “Entre a saudade da terra e a América: Memória Cultural, trajetórias de vida e (re) construções de Identidade feminina na intersecção de culturas”. In: BRANDÃO, C. R. As faces da memória. Coleção seminários 2. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

⁷¹ Ver VILSON, Jorge Clark. A Imigração norte-americana para a região de Campinas: Análise da Educação Liberal no Contexto histórico e educacional brasileiro. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1988.

“Naquela área encontrada Thamerus construiu sua casinha com madeira do próprio local, depois trouxe para lá também sua família e fez daquela sua descoberta – o seu novo heimat - a nova pátria” (von Simson: 1995:02).

Desde então, começa a vinda de imigrantes e neste contexto a imigração alemã para o Brasil começou prematuramente. Segundo Seyferth (1988) até 1850 os alemães foram quase os únicos imigrantes que chegaram ao Brasil, pois os demais fluxos imigratórios: italianos, espanhóis e portugueses⁷², entraram no Brasil com maior intensidade só a partir de 1870. Há uma série de estatísticas brasileiras, sobre o número de imigrantes, porém estes dados necessitam de estudos mais detalhados.

A ação colonizadora reinstaura e dialetiza as três ordens: do cultivo, do culto e da cultura. A ordem do cultivo, em primeiro lugar. As migrações e o povoamento reforçam o princípio básico do domínio sobre a natureza, peculiar a todas as sociedades humanas. Novas terras, novos bens abrem-se à cobiça dos invasores. Reaviva-se o ímpeto predatório e mercantil que leva á aceleração econômica da matriz em termos de uma acumulação de riqueza em geral rápida e grávida de conseqüências para o sistema de trocas Internacional (Bosi, 1994: 20).

Funda-se a Colônia de Santo Agostinho em 1812, na província de Espírito Santo, a de Leopoldina em Porto Seguro, na Província da Bahia, em 1818, a de Nova Hamburgo em 1819, na província do Rio de Janeiro. Posteriormente fundam-se as Colônias de São Leopoldo no Rio Grande do Sul em 1824, na antiga Fazenda Imperial do Linho Cânhamo, a primeira a conseguir se estruturar⁷³ e pouco tempo depois da chegada dos imigrantes foram retirados da dessa fazenda todos os escravos que nela havia. Colônia Alemã a Três Forquilhas e de São Pedro de Alcântara, em 1828, em Santa Catarina⁷⁴. A Colônia de Leopoldina, na Bahia foi o primeiro núcleo fundado

⁷² Em 1747, o governo português permitiu o ingresso de habitantes das ilhas dos Açores e da Madeira, pois ainda a população não era suficiente para garantir a posse da região.

⁷³ Na colonização do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, os imigrantes germânicos seguiam o curso dos rios costeiros, penetrando-lhes os vales, principais e tributários, e ocupando, pouco a pouco, toda a área cultivável dos diversos sistemas fluviais. No Rio Grande do Sul foram principalmente o Rio dos Sinos, o Caí e o Jacuí com seus inúmeros afluentes da margem esquerda que constituíam a base da bacia hidrográfica do chamado “cinturão do Jacuí”, zona mais importante de colonização germânica, no Brasil (Willems, 1980:42) A única exceção em Santa Catarina é Mafra, que foi fundada em 1829, por 31 famílias alemães, por ordem do governo de São Paulo. O estabelecimento dessa Colônia liga-se à construção da Estrada da Mata destinada ao transporte de gado do Rio Grande do Sul para São Paulo.

⁷⁴ Eram Alemães, vindos especialmente de Bremen, em número de 523, aos quais se juntaram 112 soldados

com imigrantes alemães no Brasil em 1818⁷⁵.

As considerações de Forjaz, permitem perceber a ausência de uma política de apoio ao processo de imigração se comparada com outros países:

Este sistema não deu no momento, o resultado que podia dar, porque o governo mandou vir colonos sem ter organizado um plano determinado, sem preparar-lhes de antemão o estabelecimento ou trabalho, sem adaptar e por em execução aquellas medidas por effeito das quaes ficava garantido o bem estar futuro dos immigrados, sem se apparelhar, enfim, para recebe-los, agindo somente depois que o aqui chegaram, impellido pelas circunstancias. Não previu as despesas que acarretava, de modo que no fim de algum tempo ficou sem meios para sustenta-los e teve a necessidade de abolir toda e qualquer despesa com a colonização estrangeira por força da Lei de 15 de dezembro de 1830 (1929: 24).

Ao analisar a imigração oficial, Barão do Rio Branco fala do grande empreendimento brasileiro, ocultando de modo intensivo as contradições desse contexto:

“È certo que o sistema de colonização official foi muito combatido por ocasião da Lei de Terras(...)O resultado desta colonização official é representado por um acréscimo considerável na riqueza nacional do Brasil, e o que mais ainda, teve a influencia moral e civilizadora sobre os districtos em que foi levada. Não se poderá apreciar no seu justo valor estes benefícios Moraes. Basta dizer que nas regiões outrora desabitadas, ou apenas ocupadas por alguns habitantes que se acharam

desengajados no Rio de Janeiro. Esta Colônia pioneira, sofreu com a desorganização política do conturbado momento nacional. Havia falecido a imperatriz, o imperador abdicaria poucos anos depois e o período de regência descuidou do projeto ambicioso da ocupação das terras inabitadas, acabando por abolir as despesas delas decorrentes. O governo da Província, que procurou remediar a situação, possuía poucas disponibilidades financeiras. Os colonos tiveram que aguardar longamente a demarcação dos lotes e o pagamento das diárias prometidas como ajuda de custo das diárias. Houve constantes tumultos, causados principalmente pelos antigos soldados que, aos poucos, foram deixando a região.

⁷⁵ Segundo von Simson (1995: 05) “Já em 1822 o Cônsul Geral da Rússia no Rio de Janeiro, George Heinrich von Langsdorff, um médico e cientista alemão que havia residido em Portugal e servido aos exércitos Lusitanos e por isso mantinha muito boas relações com a Monarquia portuguesa, conseguiu permissão para introduzir imigrantes alemães como colonos na Fazenda Mandioca de sua propriedade, localizada ao fundo da Baía da Guanabara, aos pés da Serra dos Órgãos na Província do Rio de Janeiro. Nessa propriedade ele havia iniciado a aclimatização de plantas européias e queria então experimentar a exploração de uma propriedade agrícola, através de trabalho não-escravo. Langsdorff havia redigido um livreto onde fazia propaganda do Brasil como país de imigração e o publicara de forma reduzida na França em 1820 e na Alemanha, em sua forma completa no ano seguinte. Ao seu convite acorreram cerca de vinte famílias, provenientes de várias províncias da Alemanha (...) No total reuniram-se 85 colonos no navio, destes 65 eram subsidiados na sua viagem pelo próprio Langsdorff (...) Esse empreendimento colonizador e pioneiro não foi, entretanto bem sucedido tendo o cônsul enfrentado dificuldades financeiras, jurídicas e administrativas. Depois de quatro anos, antes mesmo das plantações entrarem em completa produção, a colônia européia da Mandioca já havia dispersado”.

separados do resto do mundo num estado de abandono que parecia leva-los ao estado selvagem. Constata-se hoje (1889) quase 250.000 brasileiros de origem germânica, dos quaes uma parte, conserva a língua e os costumes de seus pais, e que no seu novo meio, têm contribuído para o avanço da civilização. Elles não se limitam a ser pobres cultivadores, há entre elles, jornalistas, padres, advogados, membros de assembléias provinciais; um delles é membro da Câmara de deputados, um antigo colono de Santa Catarina fez parte por eleição de toda a província, de uma lista tríplice na qual o Imperador teve de escolher um Senador do Impero. Eis os resultados dos esforços do governo brasileiro na aplicação do sistema de colonização official (ibid:24).

As decepções muitas vezes foram amargas. Os desajustes eram de todo tipo. Doenças e mortes marcaram os primeiros tempos, em que estavam todos combalidos pelo distanciamento e a sorte dos que tinham ficado (Leite,1993: 25)⁷⁶. Segundo von Simson (1995: 04) O processo de imigração gerou uma série de problemas, causados especialmente por “proprietários de terra que manipulavam as obrigações contratuais do sistema de parceria – arranjo de divisão de colheitas que permitia prolongar a ligação dos colonos com a propriedade, monocultura, instabilidade política, crises econômicas e institucionais, baixo poder aquisitivo. Grande quantidade de publicidade negativa publicada pela imprensa alemã retratando o Brasil como um lugar não favorável à fixação dos imigrantes alemães⁷⁷ e o problema religioso”. O historiador de Joinville Carl Ficker (1965: 81) refere-se da seguinte maneira sobre a chegada dos primeiros imigrantes em Joinville, em 1851:

“Dias incrivelmente difíceis vieram para a pequena colônia. Sacrifícios, renúncias e tristezas, caracterizaram a vida destes primeiros pioneiros. Atraídos pela propaganda romântica e cheios de ilusões, sentiram-se decepcionados e ludibriados, quando olhavam a clareira de 20x100 metros na selva virgem, um vasto lodaçal, uma quantidade interminável de tocos de árvores abatidas, que, em parte, ainda jaziam no local, alguns ranchos cobertos de sapé, que aqui e ali umas pequenas plantações de milho, de mandioca e batata doce (...) Era esse o aspecto que oferecia

⁷⁶ Duas fazendas de cacau da Bahia, Muniz e Deodoro, receberam em 1873-74 mais de 1.800 alemães e polacos da Prússia oriental. Em poucos meses morreram 9 homens, 19 mulheres, 105 crianças, ao que parece por falta de víveres. A mortalidade infantil cresceu em seguida. Ao todo faleceram 738 pessoas, 1.005 repatriaram-se e 160 ficaram ou migraram para Blumenau (Willems, 1980: 94).

⁷⁷ Em 10 de novembro de 1859, foi promulgado na Prússia o assim chamado rescrito von der heydt, que não proibia o recrutamento de colonos para o Brasil, porém, pretendia proteger os súditos prussianos, desejosos de imigrar, ante agentes inescrupulosos. Outros Estados alemães vieram depois com dispositivos análogos, pelos quais de alguma maneira prejudicava a imigração alemã para o Brasil (Oberacker Jr, 1985:258). Os adversários do rescrito foram justamente aquelas pessoas que se sentiam prejudicadas por ele, a exemplo de Hermann Blumenau que era colonizador e portanto, usufrutário da imigração (DREHER, 1984: 33).

o núcleo da Colônia, então chamado Schoroedersort (Vilarejo de Schoroeder), em homenagem ao presidente da Sociedade Colonizadora, residente em Hamburgo”⁷⁸.

A liberdade de culto religioso e a instituição do casamento civil foram densamente debatidos pelos liberais da época.⁷⁹ Tal polêmica levou a criação de uma Lei, promulgada em 1861, que diferencia os casamentos católicos dos não católicos, desde que este procedimento estivesse oficializado pelo poder público. Segundo Dreher (1984: 24) “O Brasil desconhecia o matrimônio civil; como a religião católica era a religião do Estado, somente os matrimônios contraídos na presença de um sacerdote tinham validade legal (...)Ele surgiria somente com o advento da República. Mas, a lei permitia que os “ministros das religiões toleradas” ou nomeação, fosse registrada junto ao governo. Para obter o registro, bastava que o pastor apresentasse a ata de sua nomeação ou eleição a autoridade competente”

Marx via com lucidez que o processo colonizador não esgota no seu efeito modernizante de eventual propulsor do capitalismo mundial; quando estimulado, aciona ou reinventa regimes arcaicos de trabalho, começando pelo extermínio ou a escravidão dos nativos nas áreas de maior interesse econômico. Quando é aguçado o móvel da exploração a curto prazo, implantam-se nas regiões colonizáveis estilos violentos de interação social (Bosi, 1994: 20).

Apesar de não ter sido elaborada uma política oficial de imigração, embora alguns representantes do governo afirmem que sim, vários estados alemães passaram a estimular tal atividade, através da abolição de antigas restrições e do financiamento de viagens para os interessados. Porém, coube a iniciativa particular - a partir da segunda metade do século XIX - a maior parte da organização da imigração, a qual consistia no recrutamento de interessados em imigrar, negociação de terras para a fixação destes além de custeio de viagens, estadas e

⁷⁸ Vale ressaltar que o referido autor em sua obra, História de Joinville, elabora um discurso baseado em documentação primária, porém segue uma linha absolutamente positivista. Enaltece sobremaneira o processo de colonização e nas narrativas em que aparece o cotidiano do imigrante, o conteúdo abordado é nostálgico e heróico. “Apesar de todos os sofrimentos, o imigrante sobreviveu e venceu as dificuldades”.

⁷⁹ No decorrer do processo de colonização no Brasil, a situação dos evangélicos era delicada no tocante aos matrimônios mistos. O matrimônio com parceiro católico-romano significava para eles, automaticamente, a conversão à Igreja Católica bem como educação dos filhos nesse rito. Por esse motivo a Igreja Evangélica perdeu muito de seus membros; os pastores tinham, pois, grande interesse em evitar tais matrimônios. Dois eram os seus argumentos neste tocante. Tal atitude significaria negação da fé e, além disso, o matrimônio misto também implicaria em negação da própria etnia (DREHER, 1984). Sobre esta problemática, observar OBERACKER JR, Carlos H. A

sobrevivência nos primeiros tempos⁸⁰.

Durante o período de 1840 a 1850, várias sociedades colonizadoras foram fundadas na Alemanha, entre elas a Sociedade Hamburguesa de Colonização de Hamburgo (*Hamburger Kolonisations/verein* 1849), que tinha suas atividades voltadas ao Brasil⁸¹. A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo tinha sido a única empresa a se dedicar à introdução de colonos no Brasil. Para a sua fundação e início de funcionamento, a sociedade já contava com uma considerável concessão de terras dotais, em Santa Catarina, pertencentes a D. Francisca, irmã de D. Pedro II, onde foi instalada a partir de 1851, a colônia agrícola D. Francisca, atual Joinville⁸². Atualmente onde se encontram as cidades de Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Corupá, Garuva, Guaramirim (SC), faziam parte do dote da Princesa Francisca Carolina, irmã do Imperador Pedro II, recebido por ocasião de seu casamento, 1843, com o príncipe François Ferdinand Philipe.

Os interesses da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, nesse primeiro momento, apresentam-se com um caráter puramente mercantil, na medida em que os comerciantes, a ela ligados entendiam que a imigração poderia alterar o saldo comercial negativo dos negócios de importação e exportação com o Brasil. Nesta fase, a imigração para o sul do Brasil era considerada extremamente positiva, pois a fundação e desenvolvimento das primeiras coloniais, situadas mais ao sul (Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro) entre elas à Colônia Dona Francisca⁸³, já havia demonstrado que a longo prazo poder-se-ia criar um mercado consumidor de

imigração alemã no Brasil e sua importância histórico-social. Londrina: Revista Panorama, ano III, n?s 29/30, 1953.

⁸⁰ Há autores que pontuam experiências de sucessos no processo imigratório como a Colônia de Friedburg, perto de Campinas/SP, fundada, em 1875, por imigrantes alemães e suíços que, cinco anos antes haviam sido contratados, como colonos para a fazenda cafeeira de Sete Quedas. Em cinco anos economizaram o bastante para estabelecer-se como lavradores. Apontada por Willens, E. (1980: 81).

⁸¹ A diferença entre colonização privada e governamental é mais do que formal. A primeira é movida por interesses ligados diretamente ao povoamento do território nacional. A oportunidade de colonização estrangeira, a qualidade e procedência dos imigrantes e a sua localização, o sistema de colonização – todos esses fatores vêm fazer parte direta das cogitações políticas dos governos, expondo-os a vacilações de atitudes e mudanças de opinião. O único móvel da colonização privada é o comércio das terras (Willens, 1980: 45).

⁸² Para LUZ (1988:03) “O essencial para a Companhia é a organização de sua memória a partir dos elementos constitutivos da ordem burguesa em geral e da forma como esta se efetivou na região norte paranaense, em particular. Aí estarão presentes as idéias de ação civilizatória e progressista da burguesia, do espírito público da empresa privada que sempre visa o bem coletivo, bem como a ação empreendedora de determinados personagens, que por suas características pessoais conseguem abrir novos caminhos para os outros que vieram depois, além de colocar a sua ação como um exemplo a ser seguido”.

⁸³ Segundo FICKER (1965: 36-37) “Enquanto aumentava o número dos indivíduos desejosos de emigrar, em

manufaturados e abastecedor de matérias-primas. “Assim, a Alemanha, conseguiria impor um domínio econômico no sul do Brasil, tal como no século XVIII, a Inglaterra havia imposto a Portugal que, embora de jure independente, de fato tinha se reduzido à dependência da economia inglesa” (Richter, 1986: 11).

Além disso, o fato de ter-se formados verdadeiros “quistos étnicos”, no interior dessas colônias, favorecia sobremaneira o estabelecimento de laços econômicos, culturais e políticos com a Alemanha. “Assim em 1878 foi fundada em Berlim uma Associação Central de Geografia do Comércio e para o progresso dos Interesses Alemães no Exterior. Nesta mesma cidade, foi fundado em 1881, um Museu de Geografia do comércio. A seguir associações semelhantes se fundaram em muitas cidades alemães especialmente aquelas que mantinham intenso comércio com países estrangeiros”.

De outro lado, o fato dos colonos preservarem a cultura e o idioma alemão, garantirá a valorização da Alemanha como “pátria ideal”. Assim os colonos e, com o passar do tempo, os seus descendentes, embora respeitando a integridade territorial e a soberania política do Brasil, conservariam alguns elementos culturais, considerados fundamentais á preservação da nacionalidade alemã.

A ingerência alemã nas cidades catarinenses de sua origem foi diminuta de tal forma que não se manteve suficiente para qualquer interferência no mundo fantástico das várias regiões.

“A Colônia Dona Francisca é uma colônia Alemã e em especial Hamburguesa; está nas suas relações mais estreitas com Hamburgo; os habitantes são, com poucas exceções, alemães, e parte hamburgueses; São mui aferrados á língua e aos costumes Alemães e por longo tempo serão Alemães (...)” (Cyro, 1990:27)

A intensidade e o sentido do processo imigratório na Alemanha foram determinados, assim, pelo embate destes interesses antagônicos, refletindo-se diretamente na fixação de alemães em Santa Catarina. Paralelamente, no Brasil, outros fatores como a política de terras e de mão -de -

conseqüência dos distúrbios, crescia a luta entre armadores e agentes de navios estrangeiros e nacionais. Um procurava ganhar a dianteira do outro, pois a imigração com seu movimento de passageiros e carga, proporcionava enormes lucros. A exportação de emigrantes constituía um grande negócio. Em 1848, as companhias de navegação alemães entraram para competir, ao lado dos armadores de Londres, Liverpool, Antuérpia e Le Havre, Dentre estes, mas com menor poder econômico destaca-se a firma de armadores e comercial “Christiam Mathias Schoroeder & C”. O seu principal acionista e “Handelsherr”, o Senador Schroeder, era neto de um dos burgomestres mais notáveis de Hamburgo. O nome Christian Mathias Schroeder está ligado indelevelmente a história da Colônia Dona Francisca”.

obra viriam a interferir no sistema de colonização desta região.

“Tijolo por tijolo...” a (re) Construção - processo de ocupação regional

Numa economia agrário-exportadora que se utilizava do trabalho escravo, no ano de 1850, o Brasil, constituir-se-á no limiar de uma época de muito interesse na efetivação de uma política imigratória, em função de uma série de circunstâncias de caráter demográfico e sócio-econômico (especialmente a abolição do tráfico de escravos e a decretação da Lei de terras.

Antes de 1850, a imigração alemã em Santa Catarina tinha um caráter espontâneo e estava ligada á política de povoamento adotada pelo governo imperial. A fixação do imigrante condicionava-se á pequena propriedade policultura com base no trabalho familiar. Aliada a essa questão, a imigração passa a ser responsabilidade dos governos provinciais e, por intermédio desses, abrem-se maiores oportunidades ás companhias de colonização privadas. A Lei de Terras cumpriria o papel de limitar o acesso á propriedade da terra pois, regulamentava as terras até então ocupadas, dispunha sobre as terras devolutas bem como tornava a terra mercadoria a ser adquirida. Porém, agindo como complemento legal à política de formação do mercado de trabalho livre nas regiões distantes dos centros agrário-exportadores.

Por outro lado, segundo Seyfert (1974: 31), havia uma razão bem mais importante para concentrar grandes contingentes imigratórios entre o planalto e o litoral do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. “É evidente que não foram os imigrantes que deliberadamente escolheram essas regiões de floresta para colonizar. Havia uma razão estratégica para que o governo Imperial destinasse essas áreas à colonização; era preciso abrir novas vias de comunicação entre o litoral e o planalto e isto só seria viável acompanhando o vale dos principais rios”. Para o governo brasileiro o que interessava neste momento, fruto da própria conjuntura política e econômica, era uma nova forma de uso do espaço, assim, os colonos deveriam ser pequenos proprietários “livres” e que cultivassem as terras com o auxílio da família sem o uso da mão de obra escrava. O plantio era o

objetivo principal, e não a criação de gado.

“Não vieram os colonos em busca de aventuras, de ouro, do enriquecimento fácil, para fazer a América e para voltar enriquecidos quanto antes para a Europa; não vinham também como indivíduos solteiros, e sim em sua maioria como chefes de família. Imigraram da pátria superpovoada por faltar-lhes a oportunidade de um sucesso econômico ou pela incerteza de um futuro promissor aos filhos; em todo o caso, pretendiam adquirir uma propriedade agrícola e tornar-se economicamente independentes. Alguns vieram também por motivos políticos, decepcionados com a política reacionária após as guerras napoleônicas e atraídos pela imperatriz conterrânea no trono e pelo imperador com a fama de liberal e constitucional”. (Holanda, 1993: 224).

Analisando alguns trabalhos sobre o desenvolvimento econômico de Santa Catarina⁸⁴, é possível apontar algumas características que permearam este processo histórico, culminando em uma estrutura sócio-econômica e cultural peculiar, em nada semelhante à sociedade rural brasileira tradicional. Não é o nosso objetivo estudar profundamente o desenvolvimento econômico da região colonizada por imigrantes alemães. No entanto, tais questões, são intrínsecas a este processo de colonização.

O Doutor Blumenau nunca admitiu que os colonos adquirissem escravos, mas a abolição atraiu alguns escravos libertos com suas famílias. O caipira lavrador era e ainda é, em grande parte, intruso. Geralmente arredio, recua com a aproximação de colonos. O grau em que caboclos participam da vida econômica é pouco elevado porque representam uma organização econômica diferente (Willems, 1980:78)⁸⁵

A característica mais marcante das colônias fundadas nesse período é o alto grau de isolamento a que estavam submetidas. De uma forma geral, efetivou-se a ocupação de áreas

⁸⁴ Sobre uma visão mais generalizadora da história de Santa Catarina ver PIAZZA, Walter F. A colonização de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. Lunardelli, 1994 e dentre outros do mesmo autor, **Santa Catarina: sua História**. Florianópolis: Ed. Da UFSC e Lunardelli, 1984. E ainda, SEYFERT, Giralda. Imigração e colonização no Brasil: uma revisão bibliográfica. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 25, 1988.

⁸⁵ Hermann Bruno Otto Blumenau, nasceu no dia 26 dezembro de 1819, na pequena cidade de Hasselfeld, na Alemanha. Era o caçula de uma família de 7 filhos. Aos 21 anos, depois de adquirir experiência farmacêutica, viajou por vários países da Europa. Nestas viagens ouviu falar do Brasil. Terminando seus estudos em filosofia em 1846, resolveu vir para o Brasil. Após 72 dias de viagem, desembarcou no Rio Grande do Sul e lá conheceu várias colônias alemães que prosperaram. Dr. Blumenau tinha planos, ele queria formar colônias e para tanto elaborou um plano com Ferdinand Hackrad, partindo para Santa Catarina e aqui chegando em 1848. Visitou o vale do Rio Itajaí e escolheu o lugar para fundar a colônia que sonhara.

dirigindo-se ao interior do estado e acompanhado o curso dos principais rios.

Em Santa Catarina, a primeira colônia com imigrantes alemães foi São Pedro de Alcântara. Sua fundação concordava com o projeto do século XVIII, em que o governador da capitania, coronel João Alberto, propunha o estabelecimento de duas freguesias no caminho Desterro-Lages, para onde fora aberta a picada em 1787. Em 1829, o Governo Imperial ordenou a instalação de colonos alemães nessa localidade. Tal colônia não chegou a se desenvolver em função dos problemas ligados á inadequada distribuição das terras, bem como das condições físicas e geográficas desta. Com relevo extremamente acidentado, a colônia não dispôs de área suficiente para a agricultura⁸⁶. Em 1836, os primeiros colonos de São Pedro de Alcântara se dirigiram ao Vale do Itajaí, mais especificamente nas localidades de Pocinho e Belchior (atual Gaspar).

Hermann Bruno Otto Blumenau após visitar as colônias alemães no Sul Brasil, veio à Santa Catarina, mais especificamente para o Vale do Itajaí. O seu primeiro contato de reconhecimento da região o fez em companhia de Ferdinand Hackradt. Ao escolher o local considerou aspectos relevantes ao projeto de colonização agrícola. Para efetivação de tal projeto viajou até a Alemanha com o objetivo de trazer imigrantes colonizadores. Em 02 de setembro chegaram os primeiros 17 imigrantes. Os primeiros anos foram extremamente difíceis. O reduzido número de imigrantes e as dificuldades para manter o empreendimento particular exigiam grandes investimentos. Assim que, ante a eminência de ver a iniciativa frustrada, em 1860, foi efetivada a transferência da Colônia para a responsabilidade do Governo Imperial.

“(...) Aqui eu tenho que lutar contra inúmeras intrigas e ódio dos brasileiros contra os estrangeiros e de Hamburgo também, me abandonaram não recebendo instruções que foram prometidas, nem notícias sobre qual cargo pretendem dar se tudo der certo. E o nojo de precisar lidar com estes imundos, baixos brasileiros se torna sempre mais elevado. Mas ainda não posso, nem quero desistir, pois o negócio é fantástico, é vantajoso para alemães e a Alemanha, portanto continuarei enquanto

⁸⁶ As tentativas que se fizeram para explorar e colonizar o vale do Itajaí-Mirim desde 1836 tinham uma razão estratégica muito mais que intenções de povoamento: toda a área era inesplorada e pensava-se que este rio era o que cruzava, no planalto, a estrada de Lages e, neste caso, seria a via de penetração ideal do litoral á região de criação de gado. Com a intenção de constatar isto, foi autorizada uma viagem de exploração até as cabeceiras deste rio, tendo Agostinho da Silva Ramos informado às autoridades de Desterro em 1º de junho de 1836 que o Itajaí-Mirim não era o rio que atravessava a estrada de Lages e, portanto, não servia como elo de ligação. O rio, tão falado, era o outro Itajaí, conforme foi constatado mais tarde. Cessaram, então, no Itajaí-mirim, as tentativas de colonização (Seyfert, 1974: 38).

puder e houver esperança de sucesso(...)”⁸⁷

Para a fundação das colônias, era escolhido o local e, logo após, instalados o centro administrativo e o galpão para o alojamento dos imigrantes até a demarcação e distribuição dos lotes, os quais variavam entre 25 e 30 hectares, demarcavam-se os lotes tomando-se como referência uma picada principal que adentrava a floresta.

Com o tempo, as picadas transformaram-se em estradas e, nos cruzamentos das linhas coloniais surgiram pequenos povoados, onde foram construídas capelas e pequenas casas de comércio. Na visão de muitos estudiosos, um dos aspectos que mais contribuiu com o desenvolvimento interno das colônias foi o comércio. As vilas, onde geralmente se situavam os centros administrativos, paulatinamente transformaram-se em cidades de médio porte e foram, no decorrer de todo o processo de colonização, o principal núcleo da vida social, política, econômica e religiosa dos colonos. Além da Direção da Colônia, ali se instalavam os comerciantes, a escola, a igreja católica e protestante⁸⁸ e algumas associações culturais e recreativas fundadas pelos próprios imigrantes⁸⁹.

O modelo de imigração, destinado à colonização foi considerado bem sucedido, ou seja, através de pequenas propriedades agrícolas se instalou distintas colônias pela Província de Santa Catarina.⁹⁰ A veiculação de uma dupla significação do termo colônia entre os imigrantes⁹¹ demonstra claramente a importância da terra como fonte geradora e nuclear das relações econômico-sociais. A pequena propriedade é assumida como unidade básica de existência, bem

⁸⁷ Carta de Hermann Bruno Otto Blumenau a sua mãe, em 21 de abril de 1848. Tradução Arquivo Histórico de Blumenau, s.d.

⁸⁸ Joinville/SC, é uma das maiores comunidades luteranas do mundo. Uma parcela de 40% da população segue as idéias de Martinho Lutero, além de outras religiões congêneres.

⁸⁹ SEYFERTH, G. A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim. Porto Alegre: Movimento, 1984.

⁹⁰ Segundo PETRONE, T. (1984: 93-113) A pequena propriedade em São Paulo surgiu com objetivos completamente diferentes dos do sul do país e integrou-se em realidade diversa, ou seja, no sistema latifundiário monocultor de exportação, embora ressalte ter sido a colonização (oficial particular) responsável pelo aparecimento da pequena propriedade em São Paulo. Para a autora, os ideais que nortearam as tentativas oficiais de criar núcleos coloniais de pequena propriedade estiveram sempre ligados à necessidade de atrair mais imigrantes, além de formarem um reservatório de braços para dedicarem-se à policultura. Foram iniciativas que conciliaram os interesses dos fazendeiros com os dos imigrantes.

⁹¹ Ver WOLF, Eric. Sociedades Camponesas. Rio de Janeiro: Zahar, 1970 e OBERACKER JR, Carlos H. A colonização baseada no regime de pequena propriedade agrícola. In: HOLANDA, Buarque de (coord). História geral da civilização brasileira. São Paulo: Difel, 1987, t.2, v.3.

como o ethos camponês determina a ação dos agentes sociais.⁹²

“A colônia (Kolonie), tomada no seu sentido particular, é a base da existência do camponês na área: inclui a propriedade com tudo o que ela contém (casa, estábulo, pastagem, roças, etc.). É, pois, a unidade básica dentro do sistema econômico em questão. No seu sentido mais geral, a colônia é o conjunto das pequenas propriedades que formam a área de colonização. Temos, então, basicamente uma sociedade de pequenos produtores que, a partir do trabalho familiar, produzem para seu próprio consumo. A diversidade econômica é bastante restrita e a divisão do trabalho é determinada pela estrutura da família”.⁹³

Ao que tudo indica, a fuga ou a vinda para “Mérica” ou para a Colônia Dona Francisca/Joinville, manifestava um certo espírito de rebelião, uma forma de rebelar-se contra os “*siori*”, os senhores donos de terra. A raiva camponesa embora contida devido a moral e a ética cristã que permeava a sua história de vida, “se transformou em sonho”, porque representava a verdadeira liberdade, mais que qualquer idéia napoleônica ou liberal que eram vistas como ideologias urbanas, dos ricos, novos instrumentos para justificar seus privilégios. Neste sonho estava presente tudo o que a classe camponesa anela: a terra.

Segundo Bosi, (1994:11) “As palavras cultura, culto e colonização derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *cultus*. *Colo* significou, na língua de Roma, eu moro, eu ocupo a terra e, por extensão, eu trabalho, eu cultivo o campo. *Cola* é a matriz da colônia enquanto espaço que esta ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar”.

Neste caso, para o Brasil, o conceito de nacionalidade está intimamente relacionado ao direito ao solo, ou seja, a nacionalidade dos indivíduos é determinada pelo local de nascimento e è neste contexto que se colocam seus direitos e deveres. Por outro lado, para os imigrantes teuto-brasileiros, a idéia de nacionalidade se relaciona com o direito de sangue, e sendo assim, é herdada dos antepassados, conformando-se na expressão de comunidade étnica. A pátria para os mesmos, é ao mesmo tempo alemã e brasileira e é assim, que os Teutos vêem a dupla nacionalidade.

Se o contingente numérico de imigrantes é inexpressivo quando tomados os parâmetros sócio-demográficos dos que se dirigiram para a América do Norte, por outro lado eles se

⁹² SEYFERTH, G. Nacionalismo e identidade étnica. Florianópolis: FCC, 1981.

⁹³ SINSOM, O.V. Vida familiar em diferentes grupos étnicos em São Paulo: educação, lazer e consumo cultural em

distinguem dos demais grupos pelo isolamento cultural, comportamento endogâmico⁹⁴, unidade lingüística e concentração regional. Tal isolamento cultural na maior parte foi provocado pela ausência do Estado brasileiro em fomentar políticas públicas deixando as regiões de colonização completamente abandonadas. Por sua vez, as colônias tomaram para si, a tarefa de construir estradas, criar escolas⁹⁵, hospitais, igrejas, agremiações culturais e outros.

Até a Segunda Guerra Mundial, as mudanças observadas aos olhares estrangeiros pareceram ser intactas. As mudanças ocorreram no interior das próprias relações da cultura Teuta. Entretanto, a ruptura com as referências européias acontece de modo contundente a partir do período do pós-guerra, momento em que serão rigorosamente interditas as práticas sociais relacionadas a identidade da imigração. Sobre a preservação da memória da colonização adentramos neste momento, nas imagens e artefatos “produzidos e “guardadas” por estes teuto-brasileiros.

idades em rápida transformação (1846-1950). Os Alemães. Centro de Memória- Unicamp, Inédito, 1995.

⁹⁴ Casamento somente dentro da própria comunidade de origem.

⁹⁵ Em um estudo intitulado “Família em São Paulo: As especificidades estruturais e conjunturais da medição entre indivíduo e sociedade”, realizado pelo Centro de memória da Unicamp (1992: 08), esta situação também foi analisada na comunidade de Friburgo, vejamos a citação do texto: “ Com relação a educação da nossa juventude a situação aqui é bastante crítica. Em Campinas já há muitos anos uma escola alemã, mas lá não podemos levar nossos filhos porque é muito dispendioso. As mensalidades até não são tão monstruosas, mas a alimentação. Se aqui fosse aí como vocês, seria fácil conseguir um professor particular. Eu mesmo iniciei um pouco com os meus, mas não dá para continuar, pois agente sempre é perturbado e impedido. Agora, no próximo dia de ano Novo nós, os alemães residentes aqui nessa região, queremos reunir a fim de ver se conseguimos arrecadar o dinheiro suficiente para que possamos construir uma escola. Depois vamos ver se também conseguimos um professor. Não precisamos de um exigente, porque mais de trezentos ou quatrocentos mil réis não vamos poder pagar. Mas ele terá casa moradia e terra boa para plantar, o quanto ele necessitar”.

O Pioneiro

Aos Fundadores da Colônia Dona Francisca - Homenagem

Elly Herkenhoff

*Vinha de longe o louro, o nórdico imigrante,
Vinha de longe e quando, ansioso, aqui chegou,
Erguendo a prece a Deus, sorriu de olhar confiante,
Ao mundo tropical que, em êxtase, mirou.*

*Vinha, no braço a força indômita e sadia,
Nos lábios a canção, altivo, hercúleo, audaz,
Vinha trazendo a dor de imensa nostalgia,
De tudo que foi seu... e que ficara atrás....*

*Deixava um mundo além... E cada instante lança
A angústia da saudade em mil recordações...
Mas, na alma a fé, a fé e um mundo de esperança,
Partiu cantando e entrou cantando nos sertões!*

*Rompeu a selva, a um tempo hostil e generoso,
Sulcou a terra estranha, arfou, sangrou, fremiu;
Suou de sol a sol e em noite tenebrosa
De febre, a morte, quanta, oh quanta vez traiu!...*

*Nos lábios a canção, no coração a prece,
Foi construindo um mundo, um mundo novo, seu!
Seu era o rancho, o templo, a escola e a farta messe;
Venceu, lutando, enfim; lutando, mas venceu!*

*E então, nessa alegria imensa, desmedida
De um vencedor, um deus, a terra contemplou:
Nos lábios a canção... e sobre a chã florida
E prene de suor, o pranto seu rolou!*

MEMÓRIA CRISTALIZADA, O CENÁRIO IDEALIZADO E ACOMODADO-MUSEU: CONTEXTOS, IMAGENS E INTERPRETAÇÕES

Contam as imagens e os artefatos...

“Homem: Um ser de relações

Há uma pluralidade nas relações do homem com o mundo. O homem e somente o homem é capaz de transcender, de distinguir ser do não ser e de travar relações incorpóreas. Na sua capacidade de discernir estará a raiz da consciência de sua temporalidade, obtida precisamente quando, atravessando o tempo, alcança o ontem, reconhece o hoje e descobre o amanhã. Homem - um ser de relações - temporalizado e situado, ontologicamente inacabado – sujeito por vocação, objeto por distorção” Paulo Freire (1997)

Nossa (re) visita, aporta-se na seguinte premissa básica: Em que medida os Museus são testemunhos da identidade cultural dos povos e instrumentos de um diálogo intercultural, educativo, que facilita a compreensão da sociedade e do mundo a partir da preservação e da promoção do patrimônio?

Assim, o que denota um maior aprofundamento, como já explorado nos capítulos anteriores, é essencialmente a complexidade presente na seleção da memória e do patrimônio, evidenciada ou escondida a partir dos museus, em particular do Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville, tendo como:

“Em primeiro lugar é através da memória social, da vivência de suas marcas populares e eruditas e do reconhecimento dos símbolos paradigmáticos do patrimônio histórico e artístico que se adquire a consciência de uma identidade cultural, pressuposto indispensável da qualidade de cidadão. Em segundo lugar, o acesso a esta memória e a estes símbolos, o reconhecimento e até mesmo a definição de seus valores e significados⁹⁶ é um direito de cidadão (Azevedo, 1976: 07)

Dada a complexidade do processo de imigração no Sul do Brasil, como já foi observado anteriormente, particularmente a grande problemática reside na análise do processo de preservação da memória, a partir de imagens construídas e artefatos selecionados. Memórias estas que circundam a seleção e a definição de uma identidade para a cidade de Joinville. Num país como o Brasil, no qual a problemática da identidade se situa na diversidade étnica, grosso modo, um museu de imigração e colonização seria o espaço para a apropriação deste discurso.

Funari (1988: 9-22) define a Arqueologia como o estudo dos sistemas socioculturais, de sua estrutura, funcionamento e transformações com o decorrer do tempo, a partir da totalidade material transformada e consumida pela sociedade. Para o referido autor a Arqueologia nada mais é que um tipo particular de leitura, na medida em que seu texto não é composto de palavras, mas de objetos concretos, em geral mutilados e deslocados do seu local de utilização social.

Assim, a metodologia arqueológica contribui sobremaneira para o entendimento da vida cotidiana, do passado e do presente estabelecendo relações sociais e históricas. Por outro lado, “as possibilidades para a Arqueologia se dão não somente pelo estudo da cultura material, como também para o gerenciamento do patrimônio e educação, através de análises, exposições temáticas, aulas trabalhadas com artefatos, estudo com referenciais do cotidiano e próximos à realidade vivificada” (Funari, 1992: 03).

Partimos do pressuposto que os museus são fundamentalmente espaços pedagógicos. Mesmo nos casos em que consideramos locais de pesquisa, erudição, instrução ou divertimento, os museus são lugares de persuasão. Não são exclusivamente universidades ou arquivos, são

⁹⁶ “A realidade é. O significado está na nossa relação com a realidade. Estar. Uma relação de tempo e espaço – naquele momento, naquele lugar, hoje ontem, aqui e lá. O significado não está na realidade, externo a nós, mas sim dentro de nós. Ele se processa internamente, não vem de fora para dentro. Nós atribuímos significado às coisas. Inúmeros significados. Diferentes significados. O significado tem sempre um sentido de relação: do nosso pensamento com alguma coisa ou ação. Há sempre um abstrato, como o coração, ou um sentimento, o amor. Perceber o significado é interpretá-lo, dar um sentido.” (Horta: 1988:01)

instituições públicas com a missão de coletar⁹⁷ para mostrar, para tornar visível o patrimônio para cuja construção e preservação eles contribuem⁹⁸. Assim, basicamente voltado para o homem, o museu encontrar-se-ia a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, ficando, então, explicada a sua importância universal no universo cultural das nações e a sua característica quase universal de entidade sem fins lucrativos (Tamanini,1994)⁹⁹.

Mas cuidado! Os museus são locais perigosos! Cada objeto é portador de múltiplos significados. “O museu suprime o tempo e a presença de agentes da história” (Funari, 1995, Tamanini, 1998).

⁹⁷ “Quando a princesa Bel Chalti Nannar reuniu e fez documentar, através de um registro de objetos, uma coleção do palácio de seu pai, na Caldéia, seis séculos antes de Cristo, provavelmente não sabia estar procedendo à primeira coleta e ao primeiro inventário daquilo que foi talvez, o primeiro museu de que temos notícia (Rússio, 1989: 07)

⁹⁸ Segundo TAMANINI (1994) É bastante conhecida dos profissionais de museus a definição tradicional de Museu (ICOM – Conselho Internacional de Museus - UNESCO), que é, uma instituição destinada à coleta, guarda, documentação, estudo e divulgação – para fins educativos e de lazer – de evidências materiais da natureza e da cultura humana, em todos os locais e todas as épocas. Esta definição inclui institutos de preservação, galerias, centros de documentação, sítios e monumentos arqueológicos, etnográficos e naturais, sítios e monumentos históricos que tenham natureza de museu, pelas atividades de aquisição, conservação e comunicação, instituições que mostram espécies vivas, tais como: jardins botânicos, aquários, viveiros, reservas naturais, centro de ciência e planetários”.

⁹⁹ “O Museu Louvre, na França, foi aberto ao público, na segunda metade do século XVIII. Depositário privilegiado de uma estratégia que visava retirar “a arte francesa” da exclusiva propriedade da realeza e da aristocracia e expô-la ao interesse e admiração pública. Além de incorporar a palavra **museu**, o Louvre foi responsável em esboçar a preocupação com a organização de museus e também, a preocupação em relação a finalidade social dessa instituição. Disponível ao público, indiscriminadamente, três dias a cada dez, com o propósito de educar a Nação Francesa nos novos valores clássicos da Grécia e de Roma, e naquilo que representava sua herança contemporânea. Além das coleções reais, foi enriquecido por material vindo de Igrejas saqueadas pelos revolucionários e mais tarde pelos motins de que Napoleão trazia da Europa e até do Egito. Parte dos bens retirados por Napoleão foram, após Waterloo, devolvidos. Pode-se contudo, questionar o caráter de patrimônio nacional que assumiu este Museu”.

FIGURA 7 - Luminária –Interior da Casa Enxaimel – MNIC – conhecida pela tradição local como a “casa do colono”



Fonte: C.C.D.S.

Em 14 de fevereiro de 1909 era inaugurada oficialmente a eletricidade em Joinville. Tal evento foi comemorado como mais um grande passo para o progresso da Cidade. “Ai estão para provar o nosso acerto as diversas fábricas disseminadas por todas as arterias da nossa cidade, cujos apitos alacres se entrecortam, mostrando aos que visitam que entre nós há vida e que onde há vida, há trabalho e onde há trabalho há progresso” (A Gazeta de Joinville,1909). Observa-se que o ideal de

progresso está associado à idéia de enaltecimento ao trabalho.

FIGURA 8 – Interior da cozinha da Casa Enxaimel do M.N.I.C.



Fonte: C.C.D.S.

Cuidado! Cada objeto é portador de múltiplos significados!!

A cozinha, a pesquisa: “O imigrante chegou no mangue, com algumas picadas, e a comida lhe era desconhecida, pois não conhecia a batata-doce, mandioca, farinha de mandioca, e ainda tinha que construir sua casa (...)” (Krisch, 1991:09)

A interpretação feita pelos especialistas baseia-se num significado selecionado. “As pessoas devem conformar-se com manipulações não explícitas do passado através das exposições materiais (op. cit).“Considerando os museus como espaços artificiais e concretos de representação da realidade, através de fragmentos reais, originais e concretos da natureza física ou humana que neles se conservam e expõem ao público, a Museologia pode ser vista, antes de mais nada, como a Ciência e a Arte de construção e da desconstrução de significados, através dos signos, sinais ou símbolos dessa realidade, representados por esses fragmentos”. (Horta, 1988: 04)

Assim, de um lado temos uma população, um público que olha para as exposições; de um outro, temos uma população que gere seu patrimônio. Entre estas duas imagens, que diferenças? Que relações? O primeiro quadro é dominante. Não nos referimos à imagem do Museu gabinete de curiosidades, supermercado ou local de guardar coisas velhas, cujos objetos densamente expostos para uma grande parte da população, constituem ainda a imagem dominante de Museu.

Falamos das exposições modernas com grandes recursos e meios financeiros, que no entanto ainda estão voltadas para a encenação dos objetos, através dos quais estabelecem uma comunicação unívoca em relação ao visitante/público.¹⁰⁰

O segundo quadro ou cenário, reveste-se geralmente de uma grande diversidade. Através de formas diferentes, encontradas caso a caso em cada realidade, ou comunidade, os museus seriam entendidos como instrumentos também de cidadania e da sociedade sustentável, onde a população seria agente tanto da preservação, como da construção (ou destruição) de seu patrimônio. Agentes de mudanças às populações não olhariam para as coleções somente, se

¹⁰⁰ No Museu de Londres os objetos são essencialmente usados para autenticar a descrição social escrita ao redor deles. “Escrita”, porque o museu é de certa forma um livro pelo qual o visitante pode vagar. Isto faz com que a última mensagem do passado como informação descritiva seja codificada nos objetos do modo mais agradável.

A narrativa sugerida, porém ausente de seqüência dos acontecimentos no Museu de Antiguidades, está em primeiro plano no Museu de Londres, mas novamente uma transcendência autêntica do fato superficial é perdida. As exposições transmitem informações reais sobre o passado de Londres. O Museu condensa a antiga prática social e experiência na informação. Informação esta ligada a narrativa cronológica. Informação – o fato é apresentado como a forma dominante em que a prática social é contada – sob a forma de novidades. Mas como as novidades pertencem a um ponto preciso no tempo, “o valor de informação não sobrevive ao momento em que era nova. Ela vive apenas o momento, ele tem que se render a ela completamente e explicar-se sem perder qualquer tempo. A informação vive apenas no momento da sua novidade. “Em forma de informação, a experiência não mais tem algo a ensinar; ela simplesmente se tornou um outro aspecto fungível da vida moderna, um item do interesse momentâneo que terminará em breve sendo só um tópico e então será rapidamente descartado. O visitante passa de exposição em

olhariam em seu **patrimônio**¹⁰¹.

Segundo Ana Maria Lopes Duarte, (1995: 36), estudiosa e coordenadora do Programa de Educação Patrimonial em Setúbal /Portugal, “os museus têm, então um papel a desempenhar no contexto da educação, quer com a comunidade escolar ou à margem dela. Não podemos falar só daqueles que freqüentam a educação formal, mas também nos que vão se educando informalmente junto da sua família, constituindo, por vezes, a sua memória coletiva, com as memórias dos outros, inventando, criando um imaginário que os equilibra face ao desraizamento que sofrem. Um olhar para o civilizacional com tolerância passa por estudar a sua cultura, os seus hábitos, costumes e mesmo a maneira como explica o mundo que o rodeia. A prepotência de querer ocidentalizar tudo e todos, como se fossemos uma massa sem nome, sem cor, sem história, provoca a manipulação da memória e a invenção das tradições”¹⁰².

Por isso o museu seria um dos espaços da comunidade, dos cidadãos e das cidadãs, que nele se reveriam, através da participação nas atividades, na decodificação das exposições e de seu patrimônio; porque estes elementos reforçariam o seu direito de ser residente, pertencente nesta ou naquela região, neste ou naquele país, com tradições e culturas distintas.

Assim, conseguiríamos que o museu também contribuísse para uma verdadeira educação voltada para a cidadania e para o reconhecimento das identidades culturais das diversas comunidades, contribuindo também para a tão chamada qualidade de vida. A reflexão central do museu está na ação didática ativa que consiste em transformar os consumidores de conhecimento,

exposição somente “absorvendo” informação e nada mais.

¹⁰¹ “Nas cidades brasileiras, ainda com maior força, as idéias de progresso e modernidade têm levado a uma sistemática destruição das marcas do passado. A sintomática ausência de preocupação com o problema e a virtual fragilidade dos órgãos públicos de preservação e planejamento urbano têm criado uma situação de extrema gravidade no que diz respeito à necessária convivência entre o “antigo e o novo”. Se no “antigo” reside uma parcela importante da memória social e da identidade cultural dos habitantes da cidade, desconsiderar a questão do patrimônio histórico-ambiental urbano é exilar o cidadão, alijá-lo de seu próprio meio – fazer da cidade um ambiente hostil e estranho à maioria da população” (Magaldi, 1992: 21).

¹⁰² Durante séculos tivemos a impressão de que nossa cultura se definia por uma acumulação ininterrupta de conhecimentos. Aprendemos o sistema solar de Ptolomeu, em seguida o de Galileu, depois de Kepler etc. Mas isso é falso! A História das civilizações é uma sucessão de abismos onde toneladas de conhecimentos desaparecem! Já os grupos foram incapazes de recuperar os conhecimentos matemáticos egípcios, o que causou florescimento dos ocultismos que se fundamentam na idéia da recuperação de antigos saberes perdidos. Em seguida a Idade Média, perdeu toda a ciência grega, todo o Platão menos um dialogo e a metade de Aristóteles... Em cada época, no decurso das eras, deixamos que se perdesse uma parte dos conhecimentos (...) cada sociedade encontra sua identidade quando uma grande parte compõe seu mito fundador. E quando numa sociedade, numa censura qualquer, apaga uma parte da memória, a sociedade conhece uma crise de identidade (ECO, 1999:05-06).

em produtores¹⁰³.

Desse modo, um dos grandes objetivos do trabalho com o patrimônio cultural em todas as suas manifestações, é o de investigar e refletir sobre as relações e as emoções, os conflitos presentes nestes objetos e artefatos e de ensinar as pessoas como fazer o mesmo¹⁰⁴. Através da reflexão e da análise ativa dessas evidências podemos conhecer melhor as relações do homem com o seu meio ambiente e com os seus semelhantes, as relações entre o cultural e o material, a interação entre os indivíduos e seus locais de vida.¹⁰⁵

No final do milênio, a Instituição Museu não pode continuar a ser um mero expositor de objetos sem uma rede de comunicação decodificáveis, como ainda encontramos em muitos museus¹⁰⁶. Estas perspectivas não implicam na elaboração de qualquer espécie de receita pré-fabricada ou modelo. Implica sim, em um conhecimento profundo das populações que deve ultrapassar as práticas dos chamados questionários ou levantamento do perfil de público (livros de visitantes) e sim ir ao encontro dos problemas ou preocupações sociais, econômicas, culturais, ecológicas, ou seja, das questões vitais que verdadeiramente caracterizam uma dada sociedade¹⁰⁷.

Do ponto de vista do papel social de um Museu na atualidade, o que a nova Museologia propõe é o respeito a participação do público no processo de construção da memória. Nada é mais irritante para o público que defrontar-se com o tratamento de uma matéria que parece infantil se comparado ao tratamento que tem sido dada à mesma pela imprensa, o rádio e,

¹⁰³ ARENDT, Hannah. A condição Humana. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1972.

¹⁰⁴ Ver FOUCAULT, Michel. Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forence, 1986 e também FUNARI, P.P. Abreu. Regatando a cultura popular. In: Revista Pós-História. Assis: São Paulo, 1993.

¹⁰⁵ Toda a exuberância histórica, artística e cultural de Diamantina vê-se, agora, valorizada com o título de Patrimônio da Humanidade. Grande parte desse reconhecimento deve-se à mobilização da população, que demonstra manter rara e preciosa relação afetiva com a cidade. O processo de pedido de inscrição de Diamantina na lista do Patrimônio Mundial arregimentou os diamantinenses, que reagiram a uma situação de crise econômica com o orgulho da própria história e revitalizaram a cultura local. (WERTHEIN, 1999)

¹⁰⁶ Para um estudo sobre diferentes autores da produção Museológica contemporânea ver ARAUJO, Marcelo Mattos & BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. A memória do pensamento museológico contemporâneo. Documentos e Depoimentos. Comitê brasileiro do ICOM, São Paulo, 1995 (Documento reprografado)

¹⁰⁷ Segundo OLIVEIRA, M.S.C de & TAMANINI, E.(1997: 01) "Se por um lado reconhece-se que a intervenção do museu corresponde a um contexto limitado no universo da preservação, por outro lado, a idéia de patrimônio caracteriza inúmeros significados: espaços, rituais, costumes, edificações, paisagens, saberes, técnicas, etc. Assim o patrimônio cultural se constitui, em nosso entendimento, no processo onde se materializa a diversidade do fazer humano, cabendo aos museus a partir de trabalhos multidisciplinares e extramuros encontrar maneiras de se relacionar com estes referenciais e a sociedade". Sobre esta problemática ver CAMACHO, C. Museu e participação da população. In: Museus e sociedades. Monte Redondo: Portugal, 1989, p. 133-41.

especialmente pela televisão. Uma apresentação [ingênua] imediatamente produz completa rejeição: as pessoas sentem que, em lugar de receberem respostas razoáveis para as questões levantadas com maturidade, são tratadas como crianças às quais dá-se um doce e manda-se brincar (Barretto,1993: 56)

Este novo papel educativo parece-nos estar no estímulo à cultura crítica de quem fala René Rivard, Paulo Freire, De Varine, Tratenberg, Funari, Bruno, Tamanini e muitos outros. E este papel reflexivo constitui a reação, à massificação e à falsa cultura e sobremaneira permite aos indivíduos adquirirem o sentido da qualidade e a libertação dos estereótipos frente ao neoliberalismo.

Conforme Bruno (1997: 49) “Embora o senso comum e mesmo alguns círculos acadêmicos identifiquem, ainda, que o museu não combina com modernidade, progresso e desenvolvimento, existem uma enorme bibliografia e centenas de experiências museais no mundo inteiro que comprovam o contrário e justificam a razão dos poderes públicos e da iniciativa privada continuarem patrocinando essas instituições”.

Como a regra é falar bem das virtudes do neoliberalismo, enquanto a exceção é apontar as suas implicações de exclusão, disponho-me à segunda vertente. Nesta direção, Otavio Ianni (1998) analisa que no modelo neoliberal, recriam-se as condições e os ingredientes do nazifascismo. Apesar de se apresentarem como guardiões e arautos da democracia, afirmam e reafirmam o predomínio da economia, produtividade, competitividade, lucratividade e racionalidade instrumental. Identificam cartão de crédito e consumismo de massa com cidadania¹⁰⁸. Por sua vez, o espaço das experiências, das lembranças, das histórias e dos mitos, das festas e dos comícios, não é o espaço da compra e venda de mercadorias. É preciso estar atento, é preciso oposição às transformações urbanas¹⁰⁹ sempre que impliquem violência, ou seja, achatamento das relações sob o peso das relações de mercado.

Cidadania contemporânea, para além de sua aparente diluição nas práticas de consumo, relaciona-se também à experiência dos movimentos sociais ligados à condição urbana ou rural, à

¹⁰⁸ A questão da cultura de massas desperta, antes de tudo, um outro problema mais fundamental, o do relacionamento altamente problemático entre sociedade e cultura (Arendt,1997).

¹⁰⁹ Ver OLIVEIRA, Franklin de. Morte da memória nacional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks,1991. E também, ARRUDA, José J. História integrada. São Paulo:Ática, 1995.

condição de minorias e a movimentos alternativos, a singulares segmentos sociais¹¹⁰. Estamos diante de um quadro em que o direito à igualdade é acompanhado pelo direito à diferença. Entretanto, na perspectiva democrática, o direito à diferença só é possível através do direito à igualdade. (BARROS, 1999).

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância em sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida e tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SANTOS, 1996: 135)

Em face das características estruturais de desvinculação e banalização das comunidades e da identidade individual, pensamos também que caberia, aos museus, um papel importante de reação e modificação deste estado de coisas, possibilitando de outro lado, a expressão das culturas, das exclusões, face à cultura dominante¹¹¹. A posição do Museu coloca-se, assim, não em relação a uma população, mas em relação às populações.¹¹²

Segundo Segall (1997: 63) “Vivemos uma era na qual a política vira mero espetáculo, na qual os Museus passam a ser um dos pontos de apoio no processo

¹¹⁰ Ver BOFF, Leonardo. Saber cuidar. Rio de Janeiro: Vozes, 1999 e CANCLINI, Nestor G. Las Culturas populares em el capitalismo. México: Nueva Imagem, 1982

¹¹¹ TAMANINI, E. Museu, Educação e Cidadania: possíveis prospecções. Conferência apresentada no I Seminário de Arqueologia e Pré-história brasileira. CEPA/Universidade Federal do Paraná. 24-27 de novembro de 1998.

¹¹² Em Portugal algumas experiências estão acontecendo de modo a contemplar estas questões. O Ecomuseu de Seixal aprofundou e desenvolveu as suas funções específicas, o Serviço Educativo redefiniu os seus campos de ação, reformulou o seu funcionamento e a sua oferta de serviços, reavaliando os públicos e diversos níveis de utilizadores, reconsiderando conceitos e fórmulas de intervenção e de programação.

O Ecomuseu tem utilizado, na área da comunicação e da educação, uma grande diversidade de serviços e de produtos: exposições fixas (ditas permanentes), exposições temporárias, exposições itinerantes, visitas orientadas, passeios no Tejo, visitas e caminhadas, guiadas por técnicos especializados, oficinas, cursos de iniciação à construção naval, apoio direto a professores, apoio a estudantes, edição de trabalhos de investigação quer na área das ciências sociais quer das ciências naturais, brochuras e folhetos temáticos sobre património – natural e cultural – catálogos e textos de apoio de exposições, guiões temáticos para itinerários de visitas, fichas pedagógicas, videogramas, apoio à produção de réplicas de peças museológicas, um CD (música contemporânea reportada ao Moinho de Maré), jogos didáticos, colóquios e encontros científicos, espetáculos e concertos, animações de rua, recriações históricas e um projeto / ação de *história ao vivo* etc.

global da massificação, na tentativa de substituição de uma vida política pública inexistente por uma ilusória inclusão cultural, na qual a demanda por espaços públicos museais de recreação, performance e comércio, verdadeiros Mafuás, tende a aumentar geometricamente, inclusive por causa do crescente tempo ocioso na sociedade do trabalho”

Assim, para adentrarmos em reflexões cuja realidade pode servir como apêndice apresentamos algumas inferências quanto a dinâmica do Museu Nacional de Imigração e Colonização/Joinville/SC. Temos analisado esta Instituição, enquanto objeto de estudo e de práticas de “preservação do patrimônio cultural” e ainda aos discursos produzidos a partir de sua proposição museológica.

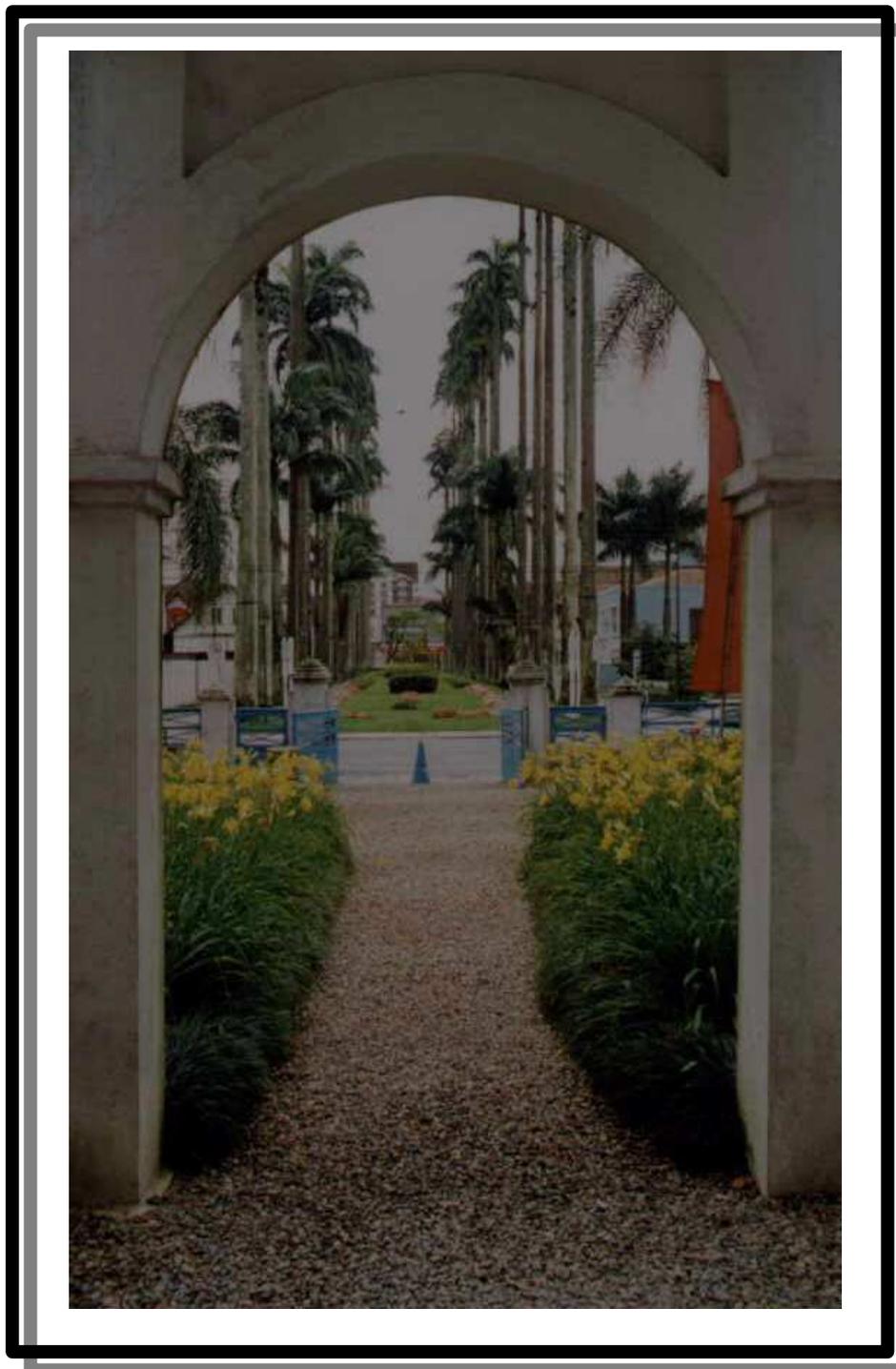
A Cultura Material e a Expografia: Museu Nacional de Imigração e Colonização

Mãos Dadas

Carlos Drummond de Andrade

*Não serei o poeta de um mundo caduco.
Também não cantarei o mundo futuro.
Estou preso à vida
e olho meus companheiros
Estão taciturnos mas nutrem
grandes esperanças.
Entre eles, considero a enorme realidade.
O presente é tão grande,
não nos afastemos.
Não nos afastaremos muito,
vamos de mãos dadas.
Não serei o cantor de uma mulher,
de uma história,
Não direi os suspiros ao anoitecer,
a paisagem vista da janela,
Não distribuirei entorpecentes
ou cartas de suicida,
Não fugirei para as ilhas
nem serei raptado por serafins.
O tempo é a minha matéria,
o tempo presente,
os homens presentes,
a vida presente.*

FIGURA 9 – Entrada do M.N.I.C. Em frente, a rua das Palmeiras ou Alameda Brüstlein, conta a tradição local, que as sementes das palmeiras foram trazidas a Joinville por Louis Niemayer, em 1867. Este cenário é bastante explorado turisticamente.



Fonte: C.C.D.S.

FIGURA 10 - Museu Nacional de Imigração e Colonização – Visita técnica do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/SPHAN/ Década de 70



Fonte: C.C.D.S.

Museu Nacional de Imigração e Colonização, mais conhecido na cidade de Joinville, como o Museu dos Príncipes/Palácio dos Príncipes. Sua legitimidade enquanto Museu dos Príncipes tem despertado em nosso trabalho o grande conflito dos discursos produzidos pelos museus ao longo dos séculos. Numa retrospectiva ao passado, e as reflexões do texto anterior torna-se fácil concluir que os museus tradicionalmente têm sido instrumentos de poder, fundados para propagar idéias e servir para a divulgação de verdades sancionadas.¹¹³

Desse modo, a construção de discursos locais, dentro de uma concepção da cultura material ou da historiografia, devem ser analisados a partir da premissa que entenda o simbólico e o

¹¹³ “A origem da palavra museu remonta à antigüidade grega, quando o termo *mouseion*, ou a casa das musas, era uma mistura de templo e instituição de pesquisa, voltado sobretudo para o saber contemplativo e filosófico. Vinculados desde suas origens, às classes dominantes, o museu enquanto instituição surgiu no século III, a.c. em Alexandria. Este Museu, mantinha um vasto campo de sábios e professores, ocupados em levar as Ciências Exatas além dos domínios já explorados por: Aristóteles, Teofrasto, Herón, Arquimedes e outros. Por apresentar uma proposta universalista é considerado (Russio, 1997), o primeiro embrião do que seria atualmente a universidade” (Tamanini, 1994: 19)

histórico, enquanto objetos relacionados entre si. Neste caso, tanto as imagens como os objetos são “testemunhos oculares” construídos dentro do processo histórico, como o histórico pode tornar-se também, imaginário. A instituição materializa a sincronização do simbólico com o histórico.

“Não há um único documento de cultura que não seja também um documento de barbárie. E a mesma barbárie que o afeta, também afeta o processo de sua transmissão de mão em mão”. (Chauí: 1990: 20)

A instituição Museu continua a despertar na população um sentimento de sacralização, curiosidade e de desatualização, incluindo neste quadro, a imprensa. Muitas pessoas ainda se deslocam até o Museu Im Griestorn em Salzbourg (Suíça) para ver, a partitura original de “Noite Feliz”, ou até Ulm, na Alemanha, para ver, no Museu do Pão, 4000 anos de história do trigo, ou também, em São Paulo para ver o “Memorial da Independência” – Museu Paulista (Museu do Ipiranga)¹¹⁴, este, “não é apenas um monumento arquitetônico, mas a reencarnação figurada de um tipo de construção da nacionalidade e que através da evocação, permite a celebração, com efeitos pedagógicos. Esta verdadeira catedral cívica é ainda um local de culto para muitos romeiros”. (Funari: 1993:53).

Ou ainda, em Joinville, para visitar o “Palácio dos Príncipes” que é na verdade o Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. Esta casa ou **Maison de Joinville**, foi idealizada para a visita do príncipe François Ferdinand (França) a esta cidade, a qual não chegou acontecer. Ainda hoje, o discurso oferecido ao ensino formal, aos visitantes e aos meios de comunicação é que este prédio do Museu recebeu o Príncipe, daí o imaginário do Palácio e de abrigar a História da cidade.

E por falar em história, da qual não se conta no Museu, a ocupação humana em Joinville segundo pesquisas arqueológicas anunciam um período aproximado de seis mil anos. Diferentes grupos passaram por esta região, situada no extremo nordeste do estado de Santa

¹¹⁴ “Museu Paulista da Universidade de São Paulo, conhecido como Museu do Ipiranga, surgiu a partir de coleções privadas oferecidas ao governo do Estado de São Paulo. Em 1892, o Museu do Estado mudou de nome para Museu Paulista e recebeu um grande edifício memorial da Independência como sua sede. No dia sete de setembro de 1895, comemorando os 63 anos da proclamação da independência, às margens do Ipiranga, foi oficialmente inaugurado (...) Desde seu início, o Museu Paulista foi projetado como um imenso elogio à elite paulista e como um discurso material justificando as pretensões de dominação por parte da elite deste Estado em relação ao país como um todo” (Funari, 1995: 42).

Catarina¹¹⁵. Anterior ao processo imigratório europeu, grupos de coletores pescadores, mais conhecidos como sambaquianos habitavam este local. Joinville é uma das cidades de Santa Catarina que mais possui sítios arqueológicos de tipo Sambaqui¹¹⁶. Até recentemente, o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville, cadastrou cerca de 40 Sambaquis¹¹⁷. Afora estes habitantes estima-se que outros grupos mais recentes viveram nesta região (Guarani, Kaingang, XoKleng, Carijó e outros). Pesquisas arqueológicas sobre o período de contato ainda estão por surgir. Há inúmeros casos, descritos em relatórios de atividades da colônia ou narrados por descendentes de imigrantes que comentam sobre a existência de índios na região.

“Por ocasião do ataque de bugres na Estrada Blumenau, os colonos, vieram à cidade pedir socorro. Os cidadãos joinvilenses se reuniram para enfrentar o problema. O Sr. Paulo Schoof (negociante), deu a sugestão de afugentar os bugres. Ele mesmo ia na frente tocando gaita e todos atrás dele com tampas de painéis fazendo um barulho infernal. Seguiram os bravos cidadãos para o local do ataque, entraram na mata com sua música e nunca mais se viram os bugres no local (Krisch, 1991: 24)

(...) “Corria esta linha de defesa do lugar “Três Barras” no Rio São Francisco, com destino ao extremo sul da Província, sempre ao mar da serra, guarnecida de postos militares de duas em duas léguas, para cobrir todas as plantações das incursões dos índios selvagens” (Ficker, 1965: 25).

“Quando eu era aluna da Escola Alemã em 1913, contava o nosso Prof. Rektor Fass, um interessado em histórias da Colônia Dona Francisca, que por volta de 1843 morava uma família de lusos, onde hoje se encontra a Rua do Príncipe com a rua São Pedro (atual Ministro Calógeras) e que foram trucidados pelos bugres” (Krisch,

¹¹⁵ Ver NEVES, Walter. Paleogenética dos grupos pré-históricos do litoral sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina). São Paulo: USP. Tese de Doutorado, 1984. E ainda, PROUS, A. Arqueologia brasileira. Brasileira: Brasília: Unb, 1992.

¹¹⁶ A palavra Sambaqui seria derivada de tamba (marisco) e Ki (amontoamento), em Tupi trata-se portanto, de uma acumulação artificial de conchas de moluscos, vestígios da alimentação de grupos humanos (Prous, 1992: 204) Na Amazônia, tambaqui é nome de peixe.

¹¹⁷ Para um estudo mais elaborado ver Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville. Este Museu, criado em 1969, vem ao longo dos anos implementando estudos sobre a ocupação humana na região. Sua contribuição para a desmistificação sobre “povos pré-históricos” tem sido extremamente significativa. Atua especialmente na criação de programas museológicos e educativos destinados a atender o público escolar e não escolar, destaca-se, portanto no cenário museológico brasileiro, em promover ações de Educação patrimonial, publicizando e problematizando o etnocentrismo e o eurocentrismo fortemente presentes nos discursos educativos e museológicos em Joinville. Sobre a atuação desta Instituição ver, BRUNO, M. C. O; GUEDES, S. P. L de C; AFONSO, M. C. ; ALVES, M. C. Um olhar museológico para a Arqueologia: “Pré-história regional de Joinville” – (Santa Catarina). São Paulo: Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. N. 1 :113-129, 1991.

1992: 29).

Segundo Richter (1986), a colonização européia em Joinville teve início em 1849, a partir de um projeto imperialista alemão. Em meados do século XIX, a Europa assim como a Alemanha viviam um período de extrema convulsão social, formação dos estados nacionais, crise econômica e definição de seus papéis na conjuntura mundial. Havia por sua vez, uma população empobrecida, espoliada da vida agrícola à margem da sociedade. Tais contingentes foram em sua maioria, estimulados a emigrar, eliminando por outro lado, o grande excedente populacional.

No Brasil, para o Imperador D. Pedro II, era estratégico investir em novos contingentes de mão-de-obra já que a questão da mão-de-obra escrava deveria ser substituída pelo trabalho livre. No Sul do Brasil, planejava-se ocupar os espaços, que até então haviam sido ocupados por pequenos núcleos populacionais localizados no litoral, o que para o Governo representava um grande risco. Era, portanto, necessário povoar esta região¹¹⁸ antes que um “intruso” lançasse mão das terras, ou fosse ocupada de forma ilegal, longe do controle governamental.

A família Real Francesa, exilada na Alemanha, passava por dificuldades financeiras, o que levou o príncipe François Ferdinand Phillipe Louis Marie d’Orleans, nascido em Neuilly, França, a 14 de agosto de 1818¹¹⁹ – casado com a princesa Francisca Carolina Joana Carlota Leopoldina Romana Xaviere de Paula Michaela Gabriela Raphaela Gonzaga, conhecida como Dona Francisca¹²⁰, a vender as suas terras dotais recebidas conforme contrato do seu casamento, situadas na Província de Santa Catarina, próximas a São Francisco do Sul (Niehues,1993).

A colonização ocorreu por iniciativa da “Sociedade Colonizadora de Hamburgo de 1849”, especialmente criada para esse fim. Para a fixação dos imigrantes o Governo Imperial Brasileiro, formalizou um contrato, cuja empresa colonizadora deveria providenciar a infraestrutura necessária à formação de um núcleo rural: hospital, escola, igreja, loja de mantimentos, sementes para o plantio, equipamentos agrícolas¹²¹. Em 1851, funda-se Joinville. A Colônia Dona Francisca, como era chamada, foi inicialmente

¹¹⁸ Esta leitura desconsiderava absolutamente a ocupação dos diferentes grupos étnicos no país, mais conhecidos como indígenas.

¹¹⁹ Filho do Rei da França Louis Philippe e da Rainha Maria Amélia, faleceu em 1900.

¹²⁰ Quinta filha do Imperador Dom Pedro de Alcântara de Bragança e Bourbon e da Imperatriz brasileira e Arqueduesca da Áustria Maria Leopoldina Josefa Carolina. Dona Francisca faleceu em Paris a 27 de março de 1898.

¹²¹ Nesses primeiros tempos da imigração, uma das condições do contrato firmado com o agente de colonização era a obrigação de cada passageiro trazer seus próprios utensílios para dormir, comer e beber. A parte essencial da

concebida como colonização essencialmente rural¹²².

Por outro lado, após uma longa e tortuosa viagem, ao chegar aqui, os imigrantes se deparam com uma triste realidade. “A terra prometida”, prometia sim, grandes dificuldades e adaptações nem sempre possíveis. A propaganda feita na Europa em prol da imigração para o Brasil (conforme ilustra o cartaz na página 29) mostrava a imagem do melhor país do mundo para se viver, com paisagens exuberantes, cidades planejadas, enfim quase um paraíso. O lugar sonhado, era a Colônia que estava assentada em terreno alagadiço (manguezal), clima úmido e tropical¹²³, sujeito a intempéries permanentes e o mais agravante é que havia um único galpão para abrigar todos os imigrantes recém chegados. Comenta, o Jornal do Commercio (17/ 02/ 1852)“Não foi bem escolhido o local para o assento de centro colonial, por ser baixo e humido em demasia (...)”.

bagagem constituía-se de colchões e volumosos travesseiros cobertores, pratos, panelas, talheres e canecas.

¹²² Vale ressaltar que será pertinente um estudo aprofundado, sobre a transformação do processo de Colônia agrícola para à Joinville com características urbano-industrial. Atualmente há uma retomada das atividades agrícolas nas áreas rurais, porém este movimento está embutido de um novo ideário para a redenção econômica local, que é o Turismo. Experiências com Turismo rural e agroturismo vem tomando vulto em várias comunidades, o que denota urgência de análise e reflexão.

¹²³ Joinville, registra devido a sua localização no interior, altas temperaturas aliadas ao maior índice pluviométrico/ano em Santa Catarina, o que apresenta intensa umidade.

FIGURA 11 – Enchente (década de 30) fenômeno comum em Joinville até os dias atuais



Fonte: C.C.D.S.

Segundo Baumann (1987) Logo no início do período de ocupação, organizado pela Sociedade Colonizadora na escolha das áreas, não se priorizou aspectos concernentes à fundação de uma cidade. O que impossibilitou a criação de uma malha viária capaz de canalizar prospecções para um desenvolvimento futuro. Resultou desta falta de planejamento a abertura de dezenas de picadas em direção a áreas rurais. Os problemas de planejamento urbano em Joinville ainda hoje, refletem a história das “picadas”, ou seja, a área urbana é demasiadamente reduzida¹²⁴.

¹²⁴ E ainda, ressaltando a posição do Arquiteto Alemão Udo Balmann, na ocasião de sua consultoria pelo estado de Santa Catarina e no Rio Grande do Sul de setembro de 1986 a setembro de 1987, “ Os aspectos problemáticos referentes a instalação da Colônia, comprovadamente interferem atualmente na especialidade da região de Joinville. Por outro lado, na fundação de cidades contemporâneas, por exemplo Petrópolis, residência de verão do Imperador do Brasil, como também em diversas cidades no Rio Grande do Sul, como Santa Cruz do Sul, evidenciou-se que naquela época já se tinha um elevado conhecimento urbano. Problema semelhante, isto é planejamento deficiente na fundação da cidade é observado na colônia vizinha, Blumenau.

“Meus pais trouxeram pouco dinheiro, alguns utensílios domésticos, uma enxada, e outras ferramentas que trouxeram da Alemanha. Logo que chegaram na “Colônia Dona Francisca”, limpavam um lugar em sua propriedade, cortaram palmitos, levantaram e fizeram um rancho¹²⁵ (...)” (in Krisch, 1992: 04)

FIGURA 12 – Rancho característico nas região de Imigração-colonização em S.C. – Quiriri – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

Rancho característico de habitação nas regiões rurais de Joinville e áreas de colonização no Sul do Brasil. Sua imagem se associa as primeiras hospedagens dos imigrantes, a instalação das primeiras igrejas e escolas. Assumiu ao longo dos tempos e conforme a região, inúmeras funções, desde o trato com a agricultura, guarda de maquinários e utensílios diversos, guarda da produção, a festas familiares¹²⁶. “Anaburgo constituiu uma comunidade cristã, a segunda mais antiga

¹²⁵ Em sua origem, praticamente toda a arquitetura centro-européia partiu do espaço unitário em que pessoas, animais e todas as funções da casa se ordenavam ao redor do fogo, abrigados sob o mesmo teto. Nos tempos primitivos, cantados em lendas e canções, as sedes reais não divergiam deste partido/modelo. Consistiam em amplos salões com o fogo no centro, onde o grau de nobreza dos moradores e visitantes determinava a distância entre a fonte de calor e seus lugares de sentar e dormir.

¹²⁶ Atualmente em Algumas comunidades como Pirai, Estrada Bonita, Pirabeiraba, estes ranchos estão sendo

do município de Joinville. Construíram um pequeno rancho de madeira que serviu de escola e lugar de culto. Em 1856 a comunidade já contava com 65 famílias participantes e em 1858, havia 80 alunos matriculados na escola”¹²⁷.

“Nos fundos do Jardim do Palácio¹²⁸ foi construído um rancho para abrigar indústrias da época, como engenho de erva-mate, de farinha de mandioca, alambiques para cachaça, etc. Também se encontram ali diversos tipos de carros e carroças do século passado, inclusive carros fúnebres, além de outros objetos como um chuveiro idealizado por Ottokar Doerfell e utilizado por ele até o fim da vida” (Relatório M.N.I.C, 1961-1986).

Quanto à origem dos imigrantes, conta à tradição historiográfica que a grande parte dos imigrantes eram alemães. Todavia, considera-se que esta informação ainda carece de dados mais apurados, pois no século XIX, a Alemanha não havia se constituído como Estado Nacional. A partir da análise de algumas fontes primárias, e da cultura material presente no M.N.I.C, aponta-se que diferentes grupos étnicos vieram para Joinville, Alemães, Noruegueses, Franceses, Holandeses e outros, assim como, ao chegarem aqui estes imigrantes se deparam com habitantes diversos, índios, luso-brasileiros e outros.

Ao longo dos 150 anos nesta cidade, se construiu uma série de imagens e histórias da imigração, que confrontadas com documentações e artefatos indicam uma outra realidade. A narrativa a seguir ilustra a existência de outras ocupações e os problemas de conhecimento sobre a região enfrentados pelos “novos habitantes”.

“preparados” para a visitação de turistas. Há um movimento nos setores público e privado para a criação de museus que contemplem a história do colono. Vale ressaltar, que este “movimento” está impregnado de proposições mercadológicas, ou seja, hoje o colono pode deixar de ser colono e transformar-se num empreendedor do Turismo. Inexiste a preocupação com o processo econômico e cultural dessas famílias que ao longo dos 150 anos criaram uma série de representações seja do ponto de vista com o trato e a lida na agricultura, o meio ambiente em si, e aí se inclui também políticas de incentivo ao agricultor, como também, a relação subjetiva, com as tradições memórias e construções coletivas. Para Luc Mazuel, estudiosa e pesquisadora do Turismo na França (2000: 99) A partir da relação entre cultura, é necessário vislumbrar uma dinâmica a três entre cultura, turismo, e desenvolvimento local sustentável do território. O desenvolvimento local é indispensável, pois as ações estabelecidas sobre o plano cultural e turístico devem repercutir diretamente na vida dos habitantes, em suas condições econômicas e sociais, no futuro dos territórios, sendo respeitados os comportamentos naturais culturais. Ver também, ALMEIDA, J.A & RIEDL, M. Ecologia, Lazer e Desenvolvimento. Bauru: São Paulo, Edusc, 2000.

¹²⁷ Como a escola era comunitária, cada família contribuía com uma taxa mensal estipulada em assembléia. Em 1912, acontece a primeira proposta de municipalização da escola. A partir de 1940 o Estado passa a inspecionar a escola e é permitido dar apenas uma hora de aula em alemão por semana. Atualmente é conhecida como Escola de 1º grau da Estrada de Anaburgo.

¹²⁸ Entenda-se sede do Museu Nacional de Imigração e Colonização (grifo da autora)

“Resultou de uma certa ocupação paralela do solo nesta região do Nordeste de Santa Catarina. E com isso também, rumos diferentes na exploração desse solo. Os Lusos descendentes dos vicentinos e dos açorianos se dedicavam principalmente à pesca e os Alemães e Suíços tentaram se integrar nesta natureza brasileira, procurando plantar e produzir o que os lusos aqui radicados há mais tempo plantavam e produziam: milho, mandioca, arroz, feijão, banana, laranja e outros (...) Os lusos e seus descendentes já haviam ocupado os locais melhores nas margens da[baía de] babitonga e da [baía] do Saguaiú. Além da margem esquerda do Rio Cachoeira. Uma e outra margem era de nível mais elevado, livre das marés de lua” (Scneider, 1994: 84).

FIGURA 13 –Objetos representando o cotidiano do colono no período da colonização - interior da Casa Enxaimel/M.N.I.C. Tais objetos: forno de pão a lenha, pilão, e estábulo foram também adaptações sofridas fruto de necessidades sócio-econômicas e das relações interculturais , em especial a influência dos “lusos”.



Fonte: C.C.D.S.

“Para fazer o pão eles batiam com um martelo o milho bem fino, ralavam mandioca, os dois eram misturados e fritos na frigideira, assados. Eles tinham um pouco de azeite(...)Eles também queriam assar o pão e para isso usaram o trigo. O trigo custava 16 vinténs, mas não tinha forno; então a minha mãe fez um improvisado, embaixo de pedras, forno de madeira e pedras naturais colocadas com barro bem

firme. O pão assava bem, era tão bom que os vizinhos também assavam seu pão no forno até que tudo quebrou(...)(Krisch, 1992: 04).

E ainda, a partir de relatos de descendentes de Luso-brasileiros, pode-se observar a presença de outras informações a respeito de populações em Joinville, anterior a meados do século XIX, e ainda um conhecimento sobre as questões sócio-ambientais regionais, cuja experiência acumulada gerou a incorporação de uma série de tecnologias de sobrevivência: alimentação, embarcação, moradia e outros. A Comunidade Morro do Amaral, distante do centro da cidade, cerca de 12km, banhada pela Baía de Saguacú, é um dos retrato destes “outros lados” da história. Ao longo destes anos, esta Comunidade de origem Açoriana, foi discriminada sobremaneira de todas as possíveis benfeitorias públicas e ou privadas de Joinville. Pescadores e agricultores, por muitos anos abasteceram, a Colônia Dona Francisca *a posteriori*. Joinville, de pescados e frutos do mar. Vinham de canoa logo cedo, após venderem suas mercadorias, voltavam levando outros mantimentos, ausentes na comunidade como, açúcar, café, “carne seca” e outras. Conta Sr. Francisco Amaral que:

“Meu avô e o meu pai, moradores antigo do Morro do Amaral, andavam por onde hoje é Joinville, antes da chegada dos colonizadores. Por estas bandas se encontravam com outras pessoas que moravam à beira do Rio Cachoeira e que vinha de São Francisco. Vendiam, peixe, camarão seco, negociavam e trocavam coisas”¹²⁹.

Por um lado, tal povoado, à “duras penas” cultiva no seu cotidiano, aspectos significativos da cultura açoriana, destacando-se o ritual da *Dança de São Gonçalo* e o *Pau de fita*. Por outro lado, a ideologia da “cultura alemã” aparece como referência da tradição na cidade adquirido por sua vez, supremacia e *status* na totalização de símbolos e significados sociais. Porém, para o Morro do Amaral, quem de uma certa forma tem assegurado alguns elementos desta tradição são antigos moradores, que hoje, constitui uma minoria. As margens de todo e qualquer processo sócio-econômico e cultural, este grupo, vive a mercê de caridades e sujeitos a perderem completamente a sua distinção no processo étnico regional¹³⁰.

¹²⁹ AMARAL, Francisco do. Entrevista concedida a Autora, na época estimava 80 anos de idade (setembro de 1998).

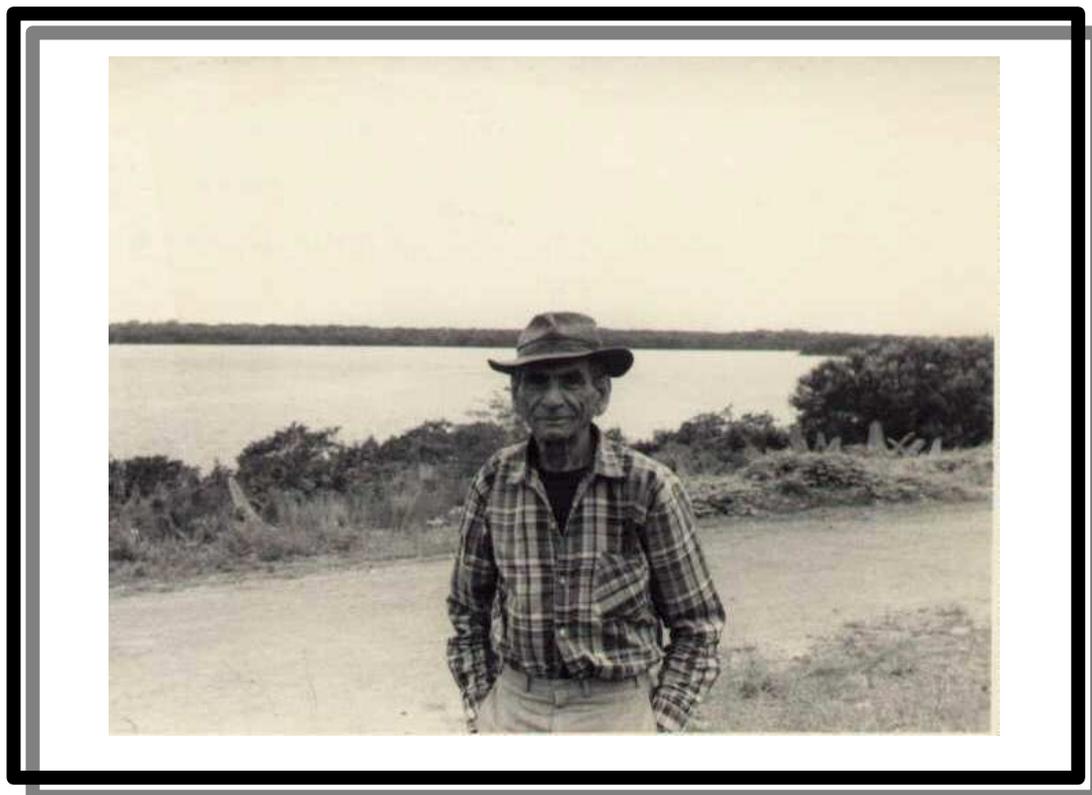
¹³⁰ Na reserva técnica do M.N.I.C. encontram-se canoas que segundo a Comissão responsável pelo andamento das atividades no Museu, referem-se a cultura material açoriana, porém estes objetos ocupam ainda os porões da história na cidade.

FIGURA 14 - Dança de São Gonçalo – tradição significativa na comunidade no Morro do Amaral (violeiros), 2000.



Fonte: C.C.D.S.

FIGURA 15 - Francisco Soares pescador e comerciante nasceu no Morro do Amaral e viveu seus 86 anos nesta Comunidade, da qual se orgulhava em pertencer (imagem, 1985)



Fonte: C.C.D.S.

São estes elementos presentes em histórias, memórias, lendas, tradições e no patrimônio coletivo da cidade que não aparecem nas abordagens e seleção da memória no M.N.I.C. O passado apresentado a partir dos artefatos assume supostamente, ares de um único vencedor. Porém, não é dado ao visitante ou aos sujeitos pertencentes, o poder de supervisionar e decodificar estas imagens e construções a respeito dos passados¹³¹.

“Nada saberíamos destes pioneiros, que se expatriaram em busca de dias melhores para as suas famílias e construir uma nova existência, se não fosse “einwanderungs-Journal”, de Eduardo Schroeder, contando o sofrimento desses infelizes e assinalando com uma cruz a data do falecimento” (Krisch, 1991: 11).

As decepções dos imigrantes muitas vezes foram amargas. Os desajustamentos eram de todo tipo. Doenças, mortes¹³² marcaram os primeiros tempos, em que estavam todos combatidos pelo distanciamento e a sorte dos que tinham ficado¹³³.

“Minha mãe passou por muitas coisas, trabalhou pesado, as queridas crianças chegaram geralmente com 8 meses, alguns nem conseguiram viver nasciam mortas. Certa vez minha mãe estava muito doente, com febre alta e delírio. Lá existia uma

¹³¹ Legalmente, a Prefeitura Municipal de Joinville e a Comunidade Evangélica Luterana têm a responsabilidade de cuidar e zelar pela conservação deste Cemitério que é um dos elementos mais significativos da memória da Imigração em Joinville. Porém, até recentemente este lugar esteve praticamente abandonado. Tentativas de restauração e conservação foram encaminhadas para diferentes setores locais e nacionais no sentido de angariar fundos para tais atividades, sem ressonância, o cemitério aos poucos vai perdendo suas características históricas. Situação semelhante foi denunciada em matéria de Jornal Folha de São Paulo (1/12/96, p11) intitulada “Memórias deterioradas”, sobre um cemitério de Judeus em Cubatão São Paulo, completamente abandonado. O Cemitério abandonado traz as marcas da prostituição de mulheres judias no Brasil.

¹³² Segundo Ficker (1965: 96) “a pesar dos esforços, a Sociedade Colonizadora em Hamburgo ainda não havia conseguido contratar um sacerdote e pastor para a Colônia. Assim, os primeiros mortos foram enterrados no final da clareira, onde o caminho Jurapé atravessava o Ribeirão Matias. Este cemitério improvisado serviu até dezembro de 1851, quando, por iniciativa do Pastor Hoffmann, então recentemente chegado foi, transferido para um local previamente estabelecido pela Sociedade Colonizadora. Ainda em 1873, por ocasião de forte enchente, o ribeirão Matias mudou o leito no local da hoje esquina Rua 9 de março e Visconde de Taunay, desenterrando ossadas e tábuas meio podre”. Para Krisch (1991: 10) No contrato foram determinados 4 morgos de terra para um cemitério para ambas confissões: Católico Romano e Evangélico Luterano, sendo dois morgos para católicos e dois para Luteranos. Mas como a relação entre católicos e Luteranos era de um por três, a Igreja Luterana conseguiu em 1860 que o Padre Boegershausen cedesse um morgo para a Igreja Luterana. O cemitério foi aberto em dezembro de 1851 com a chegada do Pastor Daniel Hoffman, que a Companhia Colonizadora encaminhou para Joinville. Este Pastor ficou até julho de 1853 e em junho de 1854 veio o Pastor Hötzel.

¹³³ Ver WORCAMAN, Suzane. Heranças e Lembranças (Imigrantes Judeus no Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: ARI, CIEC, MIS, 1991. Também consultar, GUEDES, S. P.L de C. Colônia Dona Francisca: A vida...O medo...A morte. In: Histórias de (I) Migrantes: O cotidiano de uma cidade. Joinville: UNIVILLE, 1998.

pequena farmácia, Feinhauer, na cidade. Meu pai sempre ia lá para pedir ajuda; na época nem existiam parteiras, uma vizinha ajudava a outra nestas ocasiões” (Krisch, 1994:05).

Após os primeiros tempos na Colônia, em fazendas, ou em hospedarias os imigrantes já perceberam que a volta ficava cada vez mais difícil e distante e fora do alcance da grande parte dos imigrados. Realmente tinham dito “*addio* e não *arrivederti*.”

Voltando a história do Museu Nacional de Imigração e colonização, o prédio ou edifício sede do Museu (*maison*) foi construído em 1870 por determinação do administrador da Colônia Dona Francisca Frederico Bruestlein. A construção ficou a cargo do arquiteto e construtor Frederico Müller que concluiu no mesmo ano. Construção característica do século XIX, em dois pavimentos, destacando-se no térreo pórtico avançado formado por arcada em arco pleno, que se repete na varanda. No pavimento superior destaca-se uma série de colunas. A cobertura é interrompida por três mansardas. A edificação é patrimônio histórico tombado pelo governo federal desde 04 de dezembro de 1939.

Em 02 de julho de 1957, a partir da Lei Federal nº 3.188, cria-se oficialmente o Museu Nacional de Imigração e Colonização, que tem como princípio, registrar a memória do processo de imigração e colonização no sul do Brasil desde a implantação da Colônia Dona Francisca. Quando da oficialização em 1957, o Serviço de Patrimônio Histórico Nacional¹³⁴ firmou convênio com a Prefeitura de Joinville objetivando a instalação do Museu¹³⁵.

¹³⁴ Em 1936, foi criado, no então Ministério da Educação e Cultura, o Serviço do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, cuja direção coube ao intelectual mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade. A atuação do órgão só foi viabilizada com a edição do Decreto-Lei nº25 de 30 de novembro de 1937. Em 1946 passou a ser Diretoria-DPHAN, e em 1970 Instituto-IPHAN. Em 1979, já dentro do Ministério de Educação e Cultura, foi transformada em Secretaria – SPHAN. Na mesma ocasião foi criada a Fundação Pró-Memória, com a incumbência de operacionalizar e proporcionar os meios e recursos para o desenvolvimento das tarefas de preservação do patrimônio cultural. Com a criação do Ministério da Cultura-MinC, em 1985, o sistema SPHAN/Pró-Memória passou a integrar sua estrutura. Em 1990, estes dois órgãos foram transformados em IBPC – Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, autarquia vinculada à Secretaria da Presidência da República, constituído pelo decreto 99.492 de 3 de setembro de 1990, responsável pela preservação no país. Em 1992, voltou a vincular-se ao Ministério da Cultura, e através da Medida provisória nº610, de 8 de setembro de 1994, passou novamente a denominar-se IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico Cultural brasileiro. O que se observa é que este órgão mudou de nome várias vezes, o grande problema, é que sua direção se pauta sobremaneira no controle burocrático e seus escritórios regionais são usualmente dirigidos por pessoas politicamente indicadas, às vezes auxiliadas por Arquitetos, Arqueólogos e outros.

¹³⁵ O imóvel inicialmente adquirido pelo prefeito Dr. João Colin com o tempo ficou pequeno para as necessidades do Museu. Por iniciativa e pelo trabalho incansável da Comissão, foram adquiridos pela Prefeitura de Joinville, mais sete lotes adjacentes e a antiga administração situada ao lado do Palácio. Todos estes terrenos, pertencentes ao Domínio Dona Francisca, já haviam sido vendidos a particulares (Relatório do MNIC, 1986).

A Propósito da Etnicidade, Educação e Recolha

A criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização dentre dezenas de motivos esta especialmente, relacionada com a história da participação de um grupo de pessoas identificadas como, a “*Comissão do Museu Nacional*”.¹³⁶

“Desde o início a Comissão enfrentou problemas e teve que ocupar-se com outras atividades, além daquela inicialmente prevista de angariar objetos, uma vez que o Convênio não estava sendo cumprido. A Comissão conscientizou-se que estava só, e que por força das circunstâncias teria que assumir a reconstrução, a administração, a organização e o funcionamento do Museu Nacional de Imigração e Colonização. Os membros da Comissão, em suas viagens particulares, visitaram inúmeras vezes o IPHAN no Rio de Janeiro e em São Paulo, em busca de auxílio. Além de umas poucas verbas recebidas até 1965, infelizmente conseguiram apenas críticas não construtivas.”

Este grupo de voluntários contribuiu de forma significativa para a efetivação de espaços da seleção da memória e da preservação em Joinville, especialmente a partir de meados deste século (XX). Segundo Gregorova (1980: 19) “os museus herdaram em sua gênese, o fenômeno social do colecionismo” Este foi o sentido histórico – a percepção da continuidade da evolução histórica, que leva a uma necessidade de proteção ao que se refere ao passado – e que impulsionou, em um determinado momento do processo cultural e social da humanidade a formação de coleções”.

Sob o aspecto da preservação da memória e da identidade da imigração em Joinville, este movimento de criação de espaços da memória, ou de quem cuida das memórias, surge após duas décadas da campanha de nacionalização. Com a revolução de 30 as mudanças que vinham ocorrendo são orientadas politicamente, o Estado procurando consolidar o próprio desenvolvimento

¹³⁶ Integraram a Comissão inicialmente, o Sr. Carlos Ficker, historiador, Carlos F. Schneider, Hilda Ana Krisch, Helga Schmidt, Edith Wetzel, Nani Keller, Hort Ulippel e Kurt Rosenberg

social¹³⁷ (Ortiz, 1985).

Neste período (final da década de 30 e início da década de 40) o Estado brasileiro assume um processo de afirmação da identidade brasileira, tomando para si a tarefa de abrigar o Brasil. Uma das premissas centrais desta ideologia passava pelo conceito de transformar o Brasil num país forte, com poder centralizado, integrado com costumes, educação, tradições e especialmente um idioma único¹³⁸. Em Joinville, o “idioma alemão” foi predominante até final da década de 30, tanto na área rural como urbana, sendo utilizado no ensino público como privado.

Por um lado, segundo Funari & Tamanini (1994) Este cenário, configura também, o resultado de um processo de conscientização em termos de nacionalidade, desenvolvendo-se continuamente com explosões cíclicas: os episódios de 22 e 24, a Revolta Paulista de 32 e a reconstitucionalização em 1945. De 1920 a 1940, ocorreram mudanças importantes no Brasil¹³⁹. Rebeliões, revoluções e ditaduras andaram passo a passo com transformações culturais: modernismos e idéias tardias, fascistas, nazistas e comunistas levaram à emergência do povo no discurso intelectual¹⁴⁰.

Por outro lado, se através do processo “mágico de branqueamento” se resolvia o problema do negro¹⁴¹, com a ascensão do fascismo e nazismo a imigração estrangeira começou a ser encarada como um problema maior cuja tônica, invariavelmente, se deslocava para os descendentes dos países do eixo. Estas idéias, não envolviam uma reflexão mais profunda e serviam

¹³⁷ Ver PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1944. E ainda, VIANA, Oliveira, A evolução do povo brasileiro. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938, e RAMOS, Guerreiro. O problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1960.

¹³⁸ Sobre estas questões ver também PAIVA, Vanilda. Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

¹³⁹ Ainda que teoricamente os modernistas não cansassem de chamar a atenção de todos para o “interior” realizando expedições, viagens, excursões destinadas a registrar a cultura do povo – e buscando sempre acentuar o valor criativo da cultura autenticamente “nacional” – no trabalho prático pouco se conseguiu incorporar ou mesmo reconhecer da experiência social, dos valores e do conhecimento dos diversos segmentos da população. Nascida nos meandros e contradições do autoritarismo do Estado Novo, esta concepção de patrimônio histórico, mesclada de rebeldia modernista, acabou por cristalizar os elementos do nacionalismo autoritário com as intenções modernistas, na tentativa e com objetivo de recuperar o passado para alcançar uma definição de identidade nacional (Fenelon, 1992: 29).

¹⁴⁰ CARONE, Edgard. O Estado Novo (1937-1945). Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1977. Ver também, DECHENT, Nicolau. Edição comemorativa ao Cinquentenário da Escola Alemã. Tradução: Maria Thereza Boebel, Joinville, 1916 (mimeografado).

¹⁴¹ Ver SKIDMORE, T.E. Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Para um estudo localizado ver TOMELIM, Vitor. Pedagogia do silêncio: o tamanho do medo. Campinas: São

apenas para mascarar as tensões internas que levaram ao golpe do Estado Novo, e externas que conduziram à nova guerra mundial. Nesta conjuntura, o imigrante e seus descendentes serviram de bode expiatório.

Eram muitas as justificativas que visavam sustentar a Campanha de Nacionalização no sul do Brasil, em sua maioria, vinculavam-se as relações cotidianas impregnadas de etnicidade, que passavam pelo uso da língua alemã, das inúmeras sociedades e agremiações culturais¹⁴², a existência de escolas alemãs e a assoberbada valorização do germanismo¹⁴³. Num período de aproximadamente um século os imigrantes construíram uma nova sociedade no Brasil, que era diferente da vida que eles viviam em seus lugares de origem, mas também diferia do modelo de sociedade luso-brasileira onde se estabeleceram.

No decorrer dos anos, nas áreas de colonização e imigração, o Estado brasileiro esteve praticamente ausente ao nível estadual e federal. Este fator, de uma certa maneira contribui para a criação de formas de vidas referenciadas nas dos moldes vividos em suas terras de origem. A formação de comunidades cuja identidade étnica de origem é o elemento identificador passa a ser uma constante nos estados do Sul do Brasil.

As colônias, em sua grande maioria estavam isoladas, inexistindo o contato permanente com os núcleos de povoados brasileiros¹⁴⁴. Não houve também preocupação das

Paulo, Papyrus, Fundação Regional de Blumenau/FURB, Blumenau, Santa Catarina, 1986.

¹⁴² “A sociedade Ginástica em Joinville, a primeira nestes moldes na América do Sul, baseava-se na idéia do que a prática da ginástica era um poderoso instrumento de harmonia física e mental para o homem. Tal idéia foi bastante divulgada na Alemanha em princípios do século XIX e teve como referência histórica a derrota da Prússia pelos exércitos napoleônicos. A Fundação da Sociedade de Atiradores de Joinville em 1855 deve ser entendida primeiramente, dentro de uma tradição que remonta as corporações de tiro medievais alemães que tinham como tarefa a defesa de burgos e castelos em tempo de guerra. Nos tempos de paz, suas atividades estavam associadas aos chamados festejos de primavera. Na Colônia adquiriu um caráter recreativo, promovendo e divulgando a prática do tiro ao alvo. Formou também em um dado momento a defesa da própria comunidade em face do isolamento e da total ausência de milícias na região. A Sociedade Harmonia Lyra é fruto da fusão de duas sociedades artísticas: de teatro e de música. Por intermédio dela se realizaram peças teatrais, operetas, recitais, na sua maioria de autores alemães, cujos objetivos deveriam atender aos anseios artístico-culturais dos colonos.” (Coelho, s.d.: 64-65)

¹⁴³ Sobre a presença integralista no Sul do Brasil, observar o trabalho de GIRON, Loraine Slomp. *As sombras do littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul*. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese de Doutorado, 1989. Segundo a Autora, “o Fascismo na Região Colonial não pode ser tratado apenas como uma questão de valores comuns(...). Fundamental para o entendimento da questão parece ser o processo histórico, que possibilitou o surgimento do Fascismo italiano, e as condições sócio-econômicas existentes na Região Colonial” (p. 12)

¹⁴⁴ Na sociedade luso-brasileira, a educação formal estava limitada às classes superiores e mais abastadas. Nos municípios onde havia poucos imigrantes alemães ou italianos, como na região da Campanha onde se criava gado, o analfabetismo chegava a 85%. Tão recentemente quanto em 1920, somente 24,5% da população brasileira era

nossas autoridades em equipar, cada um destes centros de colonização, com uma escola capaz de ministrar os primeiros ensinamentos em língua nacional. Poucos imigrantes haviam recebido uma boa educação, porém, atribuíam um valor significativo ao fato de saber ler e escrever.

Desse modo, a escola desde o início é relevada pelos imigrantes, principalmente porque traria especialmente às crianças, as condições necessárias à inserção social na realidade. As primeiras letras, ciências e artes eram ensinadas, usando-se como instrumento a língua de origem, assim, a escola e a igreja funcionaram como elementos propagadores e preservadores da língua alemã. Por todo o Estado de Santa Catarina, abriram-se dezenas de escolas “estrangeiras”¹⁴⁵ o que levou milhares de pessoas por um bom tempo, desconhecerem aspectos da cultura, da história e do espaço brasileiro. No início do século, o Governo do Estado relatava que 40% das escolas eram particulares¹⁴⁶. Gradualmente, as classes dirigentes no Brasil, começaram a perceber que as escolas públicas seriam importantes agentes, em potencial, para promover a assimilação dos colonos e que a educação era uma responsabilidade do Estado (Von Simson, 1995:02).

Em Joinville, a criação de escolas, seguiu um padrão parecido com algumas escolas do Rio Grande do Sul. Tendo por algum tempo um Pastor Professor, as Deutsche Schulen (escolas alemães) eram mantidas por uma associação escolar de pais e professores. A mais conhecida por sua influência na região, a Deutsche Schule, fundada em 1866, esteve vinculada à Igreja Luterana e foi uma das principais ferramentas para a manutenção da etnicidade.

“Espalhadas em curva convexa, havia letras douradas de cerca de meio metro de altura dizendo, Deutsche Schule. Em um dado momento contou com apoio de recursos financeiros e humanos da Alemanha especialmente de subvenções advindas da religião do

classificada como alfabetizada. O Rio Grande do Sul, com o seu grande número de alemães e italianos, registrava a taxa mais alta entre os estados do país, com 38,8%, e no município de São Leopoldo, a proporção subia a 62% e entre os alemães a taxa se elevava ainda mais (Von Simson, 1985: 02)

¹⁴⁵ Ver FONSECA, Tiago da. O problema da instrução pública e o perigo alemão. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1916, 86 p. E ainda, CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970, 430 p.

¹⁴⁶ Foi em 1919 que se tomaram as primeiras medidas concretas, em relação à nacionalização do Ensino em Santa Catarina e isto se deu com a criação da Inspeção de Nacionalização do Ensino, sendo nomeado inspetor, o professor paulista Orestes Guimarães. O Governo passou daí por diante subvencionar escolas, situadas nas áreas de colonização estrangeira, mas sem dúvida, foi somente na década de 1930, pressionados pelos acontecimentos internacionais que se implantou uma estrutura capaz de atuar com eficiência na nacionalização do ensino. Assim é que, após 1940, a nacionalização do ensino se transformou num processo vitorioso pelas escolas novas criadas, pelas transformações introduzidas no corpo docente e sobretudo pela influência exercida junto às crianças em idade escolar (Monteiro, 1983:16).

Governo da Prússia, através da Associação Gustavo-Adolfo, pela *allgemeine Deutsche Schulverein* e outras similares¹⁴⁷. “Com a nacionalização do ensino determinado pelo Presidente Getúlio Vargas, aquelas letras foram retiradas e substituídas por uma superfície plana, sem nenhuma outra denominação”.

“O ensino, isto é a língua usada pelos professores na Antiga Deutsche Schule era em alemão. Formados na Alemanha, eram contratados pelo Deutscher Schulverein (Associação Escolar Alemã), que mantinha a Escola desde 1866, com o objetivo de proporcionar aos filhos de imigrantes alemães uma escolaridade em nível elevado(...) Embora muitos anos mais tarde, antes mesmo da nacionalização do Ensino, na década dos vinte, a incumbência de se ensinar o português, foi entregue a professoras aqui nascidas. Era a evolução natural e lógica. Houvesse Escola Normal em Joinville, naquela época, a Nacionalização do Ensino teria sido feita sem atropelos, de tão desagradável memória” (Schneider, 1994: 22).

Na concepção do governo estadual e dos agentes responsáveis pelo processo de nacionalização, a escola, especialmente a alemã deveria ser um dos alvos deste projeto, já que a mesma exercia papel importante no ciclo evolutivo da “mentalidade germânica do indivíduo, do qual passava pelo lar, pelo *Kinger Garten* (jardim de infância) e em seguida pela *Deutsche Schule*. O fechamento da *Deutsche Schule*¹⁴⁸ provocou em Joinville um grande impacto, muito embora

¹⁴⁷ As tentativas de influir nas escolas de fala teuta, através de professores, material escolar e de subvenções financeiras, tiveram um êxito bem maior. Foram as seguintes organizações as organizações a participar do Projeto. *Allgemeiner, Deutscher Schulverein, Alldeutscher Verband, Flottenverein, Deutsch-Brasilianischer Verein, Blumenau- Stiftung* e outras. Ao lado delas encontramos ainda organizações eclesíásticas como a Associação Gustavo Adolfo e a Sociedade Evangélica para os alemães Protestantes na América. Esta subvenção das escolas, porém, não ficou restrita a associações particulares. O próprio Reino colocou meios à disposição deste projeto. Anualmente eram destinadas quantias regulares do Fundo Escolar do Ministério de Relações Exteriores para serem aplicadas no Brasil. As escolas mais favorecidas eram as de Santa Catarina (Dreher, 1984: 45).

¹⁴⁸ “*Tomo a liberdade de me dirigir a V.Excia. afim de solicitar o seu precioso apoio contar as injustiças que me vêm sendo feitas pelas autoridades Estaduais que não vacilam em usar os meios mais ferozes com calúnia, a intriga e a publicidade escandalosa da imprensa. Sendo Diretora do Instituto “Bom Jesus”, estabelecimento de ensino secundário, que a custo de muito trabalho venho mantendo há mais de 12 anos e cuja finalidade de educar e nacionalizar vem sendo cumprida, vejo-me agora na dura contingência de ver fechado pelo Governo do Estado o Curso Primário anexo ao Curso Secundário, tendo sido alegado para esse ato arbitrário, que o meu colégio atenta contra os princípios de nacionalização”* Trecho da carta enviada pela Diretora do Instituto Bom Jesus/Joinville Profa Anna Maria Harger para o Serviço de Segurança Pública no Rio de Janeiro aos cuidados do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro em 14 de outubro de 1939. Tal procedimento foi em virtude de denúncias sofridas em torno do possível não cumprimento das diretrizes da nacionalização do Instituto Bom Jesus ex-*Deutsche Schule*. Após fechamento da *Deutsche Schule* a mesma passou a ser chamada de *Instituto Bom Jesus, Estabelecimento Livre de Ensino Secundário sob Inspeção Federal Permanente*.

houvesse outras escolas particulares¹⁴⁹.

O papel da escola deveria ter sido preponderante na implantação do português na região. Porém, devido ao subdesenvolvimento da rede escolar Catarinense nas primeiras décadas da imigração, a implantação generalizada de escolas brasileiras na região colonial foi bastante tardia. Nessas condições, e apesar da inicial queda nas taxas de alfabetização da comunidade de imigrantes, funcionavam várias modalidades de escolas de cunho “étnico” em toda a região, sobretudo, em núcleos urbanos.

”Segundo Gertz (1987: 175) As regiões de colonização alemã não se localizaram no vácuo, mas dentro do Brasil, evidentemente que a presença de germanistas desde longa data, e mais recentemente a existência de núcleos nazistas constituíram fatores objetivos para as medidas “nacionalizadoras” do governo brasileiro. Citando César Paiva (p.186)ressalta:

“a nacionalização das escolas estrangeiras constitui um momento do processo de expansão e diferenciação das funções do Estado brasileiro. Além de suas atividades repressivas o Estado começou na década de 1930 a preocupar-se com a criação, a ampliação e a centralização de instrumentos para o controle intelectual e moral da população. Esta intervenção estatal no âmbito cultural tinha a ver com a construção de uma dominação urbano-industrial no Brasil”.

¹⁴⁹ “As escolas de Colônia são uma área a serem pesquisados com mais intensidade. Essas escolas podem representar o esforço pela afirmação de uma identidade(Fausto, 1992)

FIGURA 16 – Panô Escrito em alemão - Interior da cozinha da “casa do colono”. M.N.I.C.



Fonte: C.C.D.S.

FIGURA 17 – Panô Escrito em alemão - Interior da cozinha da “casa do colono”. M.N.I.C.



Fonte: C.C.D.S.

“O homem precisa de um lugar, mesmo que muito pequeno, do qual ele pode dizer: veja, isto é meu, aqui eu vivo, aqui amo, aqui eu descanso, este é meu lar, aqui eu estou em casa.”¹⁵⁰

(Panô em tecido, bordado com letras em alemão, conforme texto acima, exposto na cozinha e sem tradução - interior da Casa enxaimel/fundos do M.N.I.C. Este material, assim, como outros modelos estão distribuídos pela casa. A idéia é mostrar os costumes trazidos da Europa e o uso aqui na região, por sua vez, também a importância da língua para o cultivo das tradições).

“Segundo Seyfert (1989: 124) “A formação de um grupo étnico teuto-brasileiro teria ocorrido mesmo sem o isolamento (espacial social) das colônias, mas ele teve papel relevante na consolidação dos valores e das instituições comunitárias de base étnica. O pioneirismo dos imigrantes, por sua vez, vem sendo exaltado, desde o século passado, como um dos suportes da ideologia étnica teuto-brasileira”.

Ser chamado de “Schneider ou Schmidt” não significa que é alemão¹⁵¹. Tomando de empréstimo o conceito de etnicidade, proposto por Siân Jones (1997:37) ressaltamos que a problemática da “Etnicidade é todo fenômeno psicológico e social associado com identidade de grupo construída culturalmente. O conceito de etnicidade foca o modo pelos quais processos culturais interagem com outro na identificação de grupos étnicos e a interação entre eles. E o grupo étnico é qualquer grupo de pessoas que se considera parte e/ou são considerados a parte por outros com os quais interagem ou coexistem na base de sua percepção de diferenciação cultural e ou descendência comum”.

Em Joinville, o processo que culminou no fechamento dos jornais teuto-brasileiros¹⁵²,

¹⁵⁰ Tradução: BEHS, Edelberto, Joinville, setembro de 2000

¹⁵¹ Emílio Willems, em plena guerra elaborou um estudo bastante aprofundado sobre o imigrante alemão. “Assimilação das populações Marginais no Brasil – Estudo sociológico dos imigrantes Germânicos e seus descendentes”. Neste estudo o autor se manteve fiel às teorias americanas. Depois da guerra publicou “A Aculturação dos Alemães no Brasil”. Percebe-se que a fundamentação teórica sofreu profundo amadurecimento. As teorias ingênuas assumiram um caráter de reflexão construindo a partir desta temática, elementos de confrontação entre as culturas estudadas, assimilação, ou aculturação este é o debate proposto.

¹⁵² Jornais, almanaques, calendários e demais livretos foram particularmente representativos na Alemanha, desde a reforma protestante. Com o advento dos primeiros movimentos românticos, sofrerão um estímulo ainda maior, como veículo de circulação entre a cultura popular e erudita. “Um grande livro é como o mar. Pode-se passar toda a noite pescando, sem nada fisgar. Um livro pequeno, como um riacho. Ali o peixe pode ser facilmente agarrado com as próprias mãos (Magalhães, 1989: 110). Situação semelhante pode ser evidenciada entre os Judeus. Sem ter uma pátria até depois da Segunda Guerra Mundial, os Judeus se transformaram no povo do livro, cultivando a sua continuidade pelo estudo da bíblia e do Talmud e transformando o seu exílio permanente numa busca e admiração jamais saciada dos níveis de conhecimento: literal, alusivo, simbólico e oculto (Leite,1993).

das sociedades culturais, associações recreativas geraram, neste grupo, um sentimento de injustiça e traição. Assim como, a escola, a igreja, as associações voluntárias, a imprensa alemã exerceu um papel importante na veiculação da cultura imigrante¹⁵³. Tal proibição provocou modificações substanciais no cotidiano da cidade. A partir de 1942, praticamente todas as sociedades foram fechadas ou simplesmente deixaram de promover reuniões e eventos diante das dificuldades encontradas para pedir licença. Suas sedes, instalações e equipamentos foram tomados e apreendidos, ficando até 1945 sob controle do exército (Coelho, 1993: 114).

As medidas de nacionalização do Estado Novo, que preconizavam a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa e que atingiram seu ápice no momento em que o Brasil entrou no conflito mundial contra os países do Eixo, são dificilmente apreciáveis¹⁵⁴. É provável que sobre os “teutos” bem sucedidos da agroindústria ou do comércio, cujos filhos já freqüentavam a modesta rede de ensino universitária, os efeitos lingüísticos ou culturais tenham sido quase nulos.

Se de, uma forma, este período conflitante gerou mudanças nas regras de atuação das instituições locais, de outro, fortaleceu ainda mais o distanciamento entre a realidade imaginária e a prática. No sul do Brasil, o sentimento nacionalista das elites brasileiras não penetrou nas colônias de origem germânica. Seja pela limitação do idioma, que impossibilitava seus membros de terem acesso à linguagem escrita em português, seja pela deliberada intenção de manterem-se apartados dessa cultura, as narrativas eleitas por esse público continuam a ser aquelas inspiradas no imaginário social de seu lugar de origem (Magalhães, 1989).

*“A imigração implica (...) concreta ou miticamente, a vida entre dois universos, aquele no qual se está inserido, mas também aquele que se deixou, definitivamente, ou por um lapso de tempo calcado grosso modo; implica sofrimento e divisão”*¹⁵⁵

¹⁵³ O primeiro jornal nascido em Joinville tinha o nome de Der Beobachter am Mathias Strom – O observador do rio Matias. Era manuscrito e provavelmente dedicado à crítica, pois seu título Strom, caudaloso, é bem ao contrário do escasso filete d`água do Ribeirão Matias. Como órgão de publicidade o primeiro a aparecer na ex-Colônia Dona Francisca foi o Kolonie-Zeitung, em 1863, fechando suas atividades em 1941, por circunstâncias do momento político.

¹⁵⁴ Segundo Maestri (1996: 11) “A nacionalização dos bens italianos; a proibição do ensino em língua italiana; a necessidade de licença para estrangeiros viajarem; a proibição do uso “em locais públicos” de idiomas das nações inimigas foram medidas que golpearam a comunidade italiana e ítalo-gaúcha. Em As sombras do Littorio, Loraine Giron descreve a repressão que se abateu sobre parte da comunidade colonial gaúcha e lembra que, ao contrário, os agentes fascistas no Brasil não foram jamais incomodados pela polícia de Vargas.” -

A repressão desenvolvida, através da Campanha de Nacionalização de Getúlio Vargas, criou um fechamento cultural e um conseqüente fortalecimento da identidade étnica. Os mecanismos de controle, introduzidos por este regime¹⁵⁶, não foram suficientemente capazes de coibir a etnicidade, pois conforme Siân Jones, (texto acima citado), a etnicidade sobrepõe as condições lingüísticas, biológicas, culturais. Por sua vez, etnicidade difere do conceito de nacionalidade. Nacionalidade está configurada a partir de conceitos ideológicos, portanto é algo criado por circunstância sociais e econômicas¹⁵⁷. Para Fausto (1992, 427) A noção relativamente recente de “eticidade” mudou o enfoque da relação imigrante-sociedade receptora, permitindo apreender o significado de se pertencer a um grupo étnico, constituindo, a partir de suas raízes, mas da interação com grupos, no país receptor.

Segundo Hobsbawm (1991: 126) Os movimentos nacionalistas característicos dos anos finais do século XX, são essencialmente negativos, ou melhor, separatistas. “Daí a insistência colocada nas diferenças étnicas e lingüísticas, que aparecem, as vezes, de forma individual ou combinada com religião. Em um sentido, os movimentos podem ser encarados como sucessores, e às vezes herdeiros, dos pequenos movimentos nacionalistas dirigidos contra os impérios Otomano, Czarista e dos Habsburgo”, ou seja, contra o que era considerado, historicamente, como modos obsoletos de organização política, em nome de um modelo de modernidade política,” constituído pelo Estado-nação”.

Se o nacionalismo se institui como uma destilação cultural espontânea, de populações que passaram a se imaginar pertencentes a um universo próprio e específico, carregado de mitos formadores, ele sofrerá profundas transformações no século XIX: “destituído de seu conteúdo original, no plano secular, será recriado e institucionalizado politicamente sob a égide do imperialismo, que o captura em favor de seus próprios interesses. A partir daí, ele se responsabiliza por legitimar a disputa de territórios, a formação de diversos sistemas de valores, critérios de cidadania e até mesmos movimentos revolucionários” (Monteiro, 1989: 80).

Em Joinville, o recuo dos grupos descendentes de imigrantes aconteceu, porém a

¹⁵⁵ RAISON, Jean Pierre. Migração. In: Enciclopédia. Lisboa: Imprensa nacional, Casa da Moeda, 1986, p. 488.

¹⁵⁶ Sobre a Liga Pangermânica, ver, ARENDT, Hannah. O sistema totalitário. Lisboa: Dom Quixote, 1978.

¹⁵⁷ DIAZ-POLANCO, Hector. La cuestion Étnico-nacional. México: Editorialo Línea S.A, 1988. E ainda, BATALLA, Bonfil. Conciencia Étnica y modernidad. Etnyas do Oriente y do Ocidente. México: Consejo Nacional para la cultura y las artes, 1988.

problemática emerge em outros cenários, em outras instituições. Estamos, diante de uma sociedade que vê a “instituição” como sendo parte de seu modo de vida. “A institucionalização ocorre sempre que há uma tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores. Dito de outra maneira, qualquer uma dessas tipificações é institucional. O que deve ser acentuado é a reciprocidade das tipificações institucionais e o caráter típico não somente das ações, mas também dos atores nas instituições” (Berger & Luckmann, 1985: 79).

Herkenhoff (1987: 09) historiadora joinvilense de origem alemã, considera que o fechamento das sociedades, dos jornais, das escolas e a repressão das manifestações culturais dos teuto-brasileiros foram os principais fatores responsáveis pela estagnação e conseqüente massificação cultural da cidade.

Por sua vez, conforme Pollak (1989: 04) “Essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados”. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existem conflitos e competição entre memórias concorrentes. Assim, memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais que opõem grupos políticos diversos. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em relação aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade e que se faz por meio de negociação direta com os outros.

Daí a relação intrínseca do Museu Nacional de Imigração e Colonização com o processo de recolha da memória em Joinville, a partir da década de 50 e a própria designação de “Museu Nacional de Imigração e Colonização”, como representação da cultura teuto-brasileira no cenário da identidade nacional.

Cenário Idealizado e Acomodado: Algumas (Pro) Posições e Conclusões

FIGURA 18 - Museu Nacional de Imigração e Colonização



Fonte: C.C.D.S.

“Mais conhecido na cidade como Palácio dos Príncipes”¹⁵⁸

Ao longo dos seus 40 anos, o Museu Nacional de Imigração e Colonização têm atuado, com a dimensão da recolha dos objetos pertencentes à comunidade, numa tentativa de “guardar o

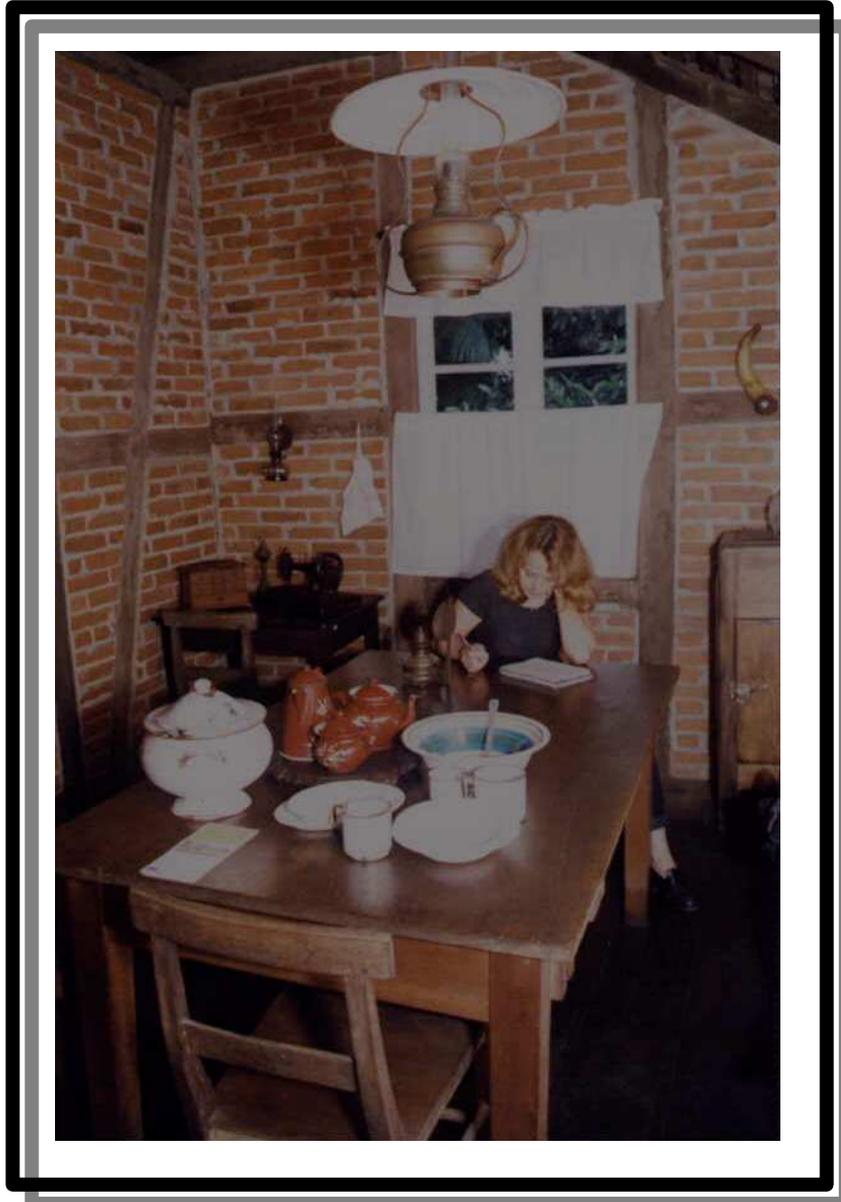
¹⁵⁸ Na denominação da Comissão, este prédio representa a sede principal do Museu, que foi também a sede da administração da antiga Colônia Dona Francisca. Em seu andar térreo, estão os móveis originais da casa-sala de visitas e sala de jantar, recompõe o ambiente do escritório do administrador com a mesa de estudo que pertenceu a Frederico Brustlein, o mapa de medição das terras dotais dos príncipes feito pelo engenheiro Jerônimo Coelho em 1846, aparelho de jantar original da casa e diversos objetos que compõe a decoração dos ambientes. As demais salas estão destinadas a exposições do acervo que inclui, relógios, máquinas de costuras, teares, acervos de clubes e agremiações culturais da cidade. Possui aos fundos, um galpão de tecnologia patrimonial, contendo artefatos da indústria local e instrumentos agrícolas. O visitante ao visitar este local confunde a função, pois pela forma de apresentação, mais se parece com um rancho, ou uma garagem de viaturas. Também aos fundos encontra-se a Casa Enxaimel, que posteriormente abordaremos mais detalhadamente.

passado do imigrante europeu” que aqui chegou a partir de 1850¹⁵⁹. Nossa reflexão não se constitui no levantamento da quantidade de artefatos, objetos ou memórias guardadas neste espaço. Seguiu como já foi abordado nas narrativas anteriores, um debate sobre as imagens e as diferentes representações que assumiu a etnicidade no contexto problemático da imigração.

Assim, a partir de um momento de conflito em torno desta identidade, o grupo passa a reorientar-se na construção de um ideário de imigração e colonização balizado pelo referencial da cultura material e da memória dos vencedores. Contudo, o que se abordou na maior parte são os elementos culturais ausentes de reflexão na cidade, textos que não aparecem no cotidiano, museológico, historiográfico e educativo, enfim a teorização sobre o papel ideológico desta Instituição para a acomodação do passado em Joinville. Por sua vez, adotamos as imagens e artefatos que a rigor não estão a mostra ou na reserva técnica.

¹⁵⁹ A data de chegada dos diferentes grupos étnicos, ainda hoje ao nosso ver é problemática. Cultua-se atualmente 09 de março de 1851, porém, até onde pesquisei, esta data não é segura. Num futuro próximo darei continuidade ao estudo destas questões, pois a documentação que poderia orientar-nos sobre estes aspectos não estava disponível para consultas. Tampouco o número de habitantes para cada etnia é passível de confiança historiográfica. Como já foi mencionado anteriormente, a nacionalidade para os imigrados era algo bastante controverso. Conforme relatório do centenário de Joinville, a distribuição que se apresenta é a seguinte: “Suíça 190, Prússia 70, Noruega 61, Oldemburg 44, Holstein 20, Hanover 19, Schleswing 17, Hamburg 16, Saxônia 8, Polônia 5”. Afirmar que os alemães eram a maioria é afirmar que a Alemanha já estava estruturada como Estado-nação. Todavia esta não era realidade. Há relatórios que indicam a chegada por volta de 1850, outros 1851, no início de março. Vale ressaltar conforme documentação que, não havia comemorações da chegada dos imigrantes no início da Colônia Dona Francisca. Passa a tomar vulto este fato, a partir do início do século XX.

FIGURA 19 – Cozinha casa enxaimel – M.N.C.I.



Fonte: C.C.D.S.

“Todo dia ela faz sempre igual..”

“É necessário resgatarmos todos os aspectos da história do imigrante, inclusive as receitas caseiras de como se preparavam os alimentos no início da colonização, senão, aos poucos essas coisas vão desaparecendo”¹⁶⁰.

¹⁶⁰ Hilda Ann Krisch, Entrevista cedida a autora (AHJ)

FIGURA 20 – Os artefatos, a cozinha - casa enxaimel – M.N.I.C.



Fonte: C.C.D.S.

A cozinha” Casa Enxaimel/M.N.I.C “Os lavradores de origem alemã usam pão e leite em grande quantidade. Os outros lavradores só teriam a ganhar se os imitassem. Geralmente todos os lavradores (alemães) sabem trabalhar com ordem e método, assim como sabem alimentar-se convenientemente e por isso são quase todos sadios” (Oliveira, 1933)¹⁶¹.

O reconhecimento das imagens inter-relacionadas com narrativas historiográficas podem funcionar como desencadeador de lembranças múltiplas e constituir, de um lado, uma forma de resgatar um passado esquecido e de outro, no caso do pesquisador, um estimulante formulador de hipóteses para testar a comunicação dos artefatos e falas e o seu esquecimento temporário ou total.

¹⁶¹ Regras e saúde para o lavrador e padronização social indicados pelo médico Plácido Domingos de Oliveira, a sociedade Joinvilense em finais da década de 30. Afinal, para o processo de produção e industrialização necessitava-se de homens forte e sadios, e o modelo poderia ser a imagem do trabalhador de origem germânica, já que o mesmo era visto pelo sistema capitalista como o “tipo ideal”.

Para a constituição do acervo hoje existente no Museu, a Comissão adotou inicialmente a postura de solicitar a “doações de objetos”. Tentou mobilizar através de circulares expedidas para diferentes regiões do Estado e do Sul do Brasil, porém não conseguiu resultados favoráveis. A partir daí, passou também a comprar e trocar os utensílios antigos por novos¹⁶². Muitas famílias possuíam móveis relacionados ao período de chegada, porém, por ser antigo consideravam “velhos e em desuso”. Por conseguinte, a Comissão convencia-os a trocar por móveis “modernos”.

FIGURA 21 - Sala de visita da Casa enxaimel aos fundos do M.N.I.C. Móveis adquiridos através de trocas efetuadas junto a comunidade.” Móveis novos por móveis velhos”



Fonte: C.C.D.S.

Sala de visita da Casa enxaimel aos fundos do M.N.I.C. Móveis adquiridos através de trocas efetuadas junto a comunidade.” Móveis novos por móveis velhos”

¹⁶² Fruto das relações de doação, trocas e compras o acervo do Museu, está estimado em 4.000 (quatro mil) peças. O processo de registro e catalogação não segue a rigor, padrões de organização e acondicionamento técnico de acervos museológicos. AS informações contidas no livro tomo e nas fichas de catalogação são extremamente reduzidas. Neste sentido, destaca-se a ausência de pesquisa no acervo e publicização das informações.

Este movimento de coletar a história ainda se dá de dentro para fora, ou seja, ainda os seus produtos não são resultados do diálogo com a comunidade. Ainda é um grupo de pessoas que decide o que é importante para ser preservado. Grande parte dos descendentes de imigrantes que moram nas áreas rurais de Joinville desconhecem o Museu, ou ainda, que seus objetos em uso hoje como, enxada, pá, arado, carroça, a oficina que fica no rancho e outros, estariam expostos e que tem algum sentido de estar lá no Museu. Assim, o objetivo não é ver reconhecida a interpretação do passado de cada um e logo a sua atuação específica e coletiva. A argumentação que mantém ao longo dos anos este grupo “coeso” pauta-se na idéia de que precisa-se preservar o passado dos imigrantes. Mas, este passado vem sendo apresentado de modo aparente e controlado e afastado da vida cotidiana atual.

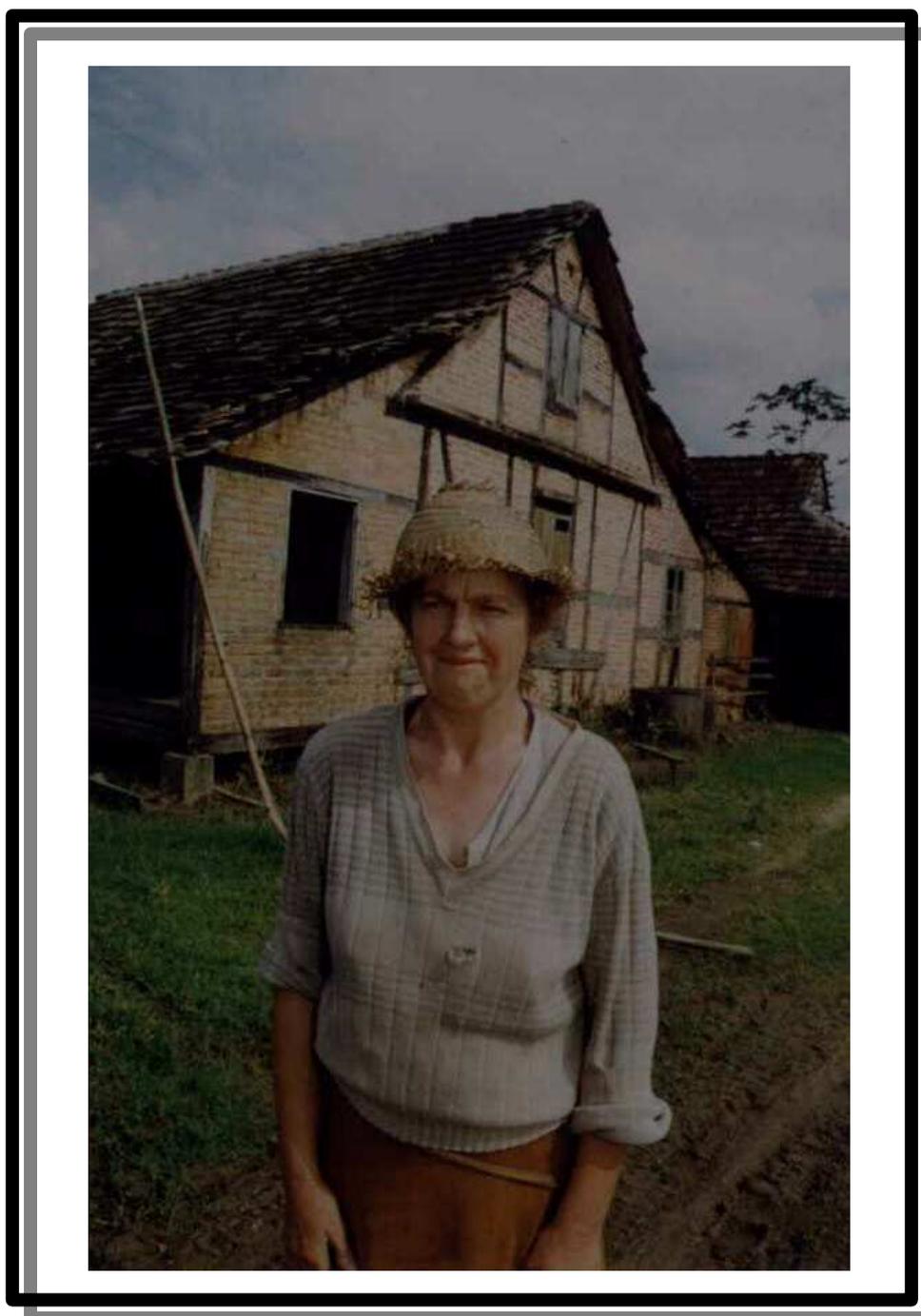
FIGURA 22 - A casa enxaimel- Fundos do M.N.I.C. “Foi construída em 1910, por Bruno Martin, localizava-se na atual rua de nome Valgas Neves, vendida em 1918 para o Sr. Max Sell, que por sua vez vendeu para o 13o Batalhão. Em 1977 o então comandante doou a edificação para o Museu”.



Fonte: C.C.D.S.

“A gente ia andando pelas ruas e hoje via a casa, mas na próxima vez que passava a casa já estava demolida. Nós tínhamos medo que todas as casas enxaimel iam desaparecer e fizemos aquela atrás do Museu e montamos todo o acervo autêntico, para que o pessoal soubesse como era a vida na Colônia. Não sabíamos que em Joinville¹⁶³, um dia voltaria à moda do enxaimel”¹⁶⁴

FIGURA 23 – Aspecto de casa enxaimel no Pirai – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

¹⁶³ Na realidade, este tipo de de construção não é enxaimel: é um a reprodução enganosa de uma técnica construtiva, que detém uma decoração. Algumas cidades Catarinenses apoiaram este modelo através de incentivos fiscais; ou seja, isenção de IPTU. Na verdade, este modelo é apenas de fachada, existem centenas de casas originais neste estilo em Joinville, porém estão completamente abandonadas pelo setor público e privado.

¹⁶⁴ Krisch, Hilda Anna. Entrevista concedida a autora, 09 de março de 1994

Os descendentes de imigrantes, os “maus sucedidos” espalhados por várias regiões de Joinville não aparecem expografados no Museu, tampouco eles sabem da existência dessa Instituição. “O aumento populacional somado à falta de condições para expandir a propriedade¹⁶⁵ foram alguns dos fatores que proporcionaram a saída dos trabalhadores rurais, rumo a cidade, especialmente nos finais dos anos 60; além do mais não havia disponibilidade de áreas para a expansão da agricultura”¹⁶⁶

“Os objetos não falam por si só. Só os decodifica quem tem os códigos necessários para os fazer-los”. Desse modo, o problema do cotidiano vivido pelos colonos apresenta-se romantizado e idealizado na musealização da casa enxaimel. “As pessoas que os fizeram estão irrecuperavelmente fora de foco e fora da apresentação”. A propriedade, a casa eram elementos de extremo significado para o imigrante, que veio em sua maioria, em busca deste ideal¹⁶⁷. Nem todos vinham para a “nova pátria” em condições de pagarem o transporte da família, comprar um terreno na colônia e manter alimento até a primeira colheita. Para a maioria pobre só restavam duas alternativas: ou teriam que construir estradas para a colônia, ou trabalhariam com outros patrícios na construção de casas, estradas, e plantações¹⁶⁸.

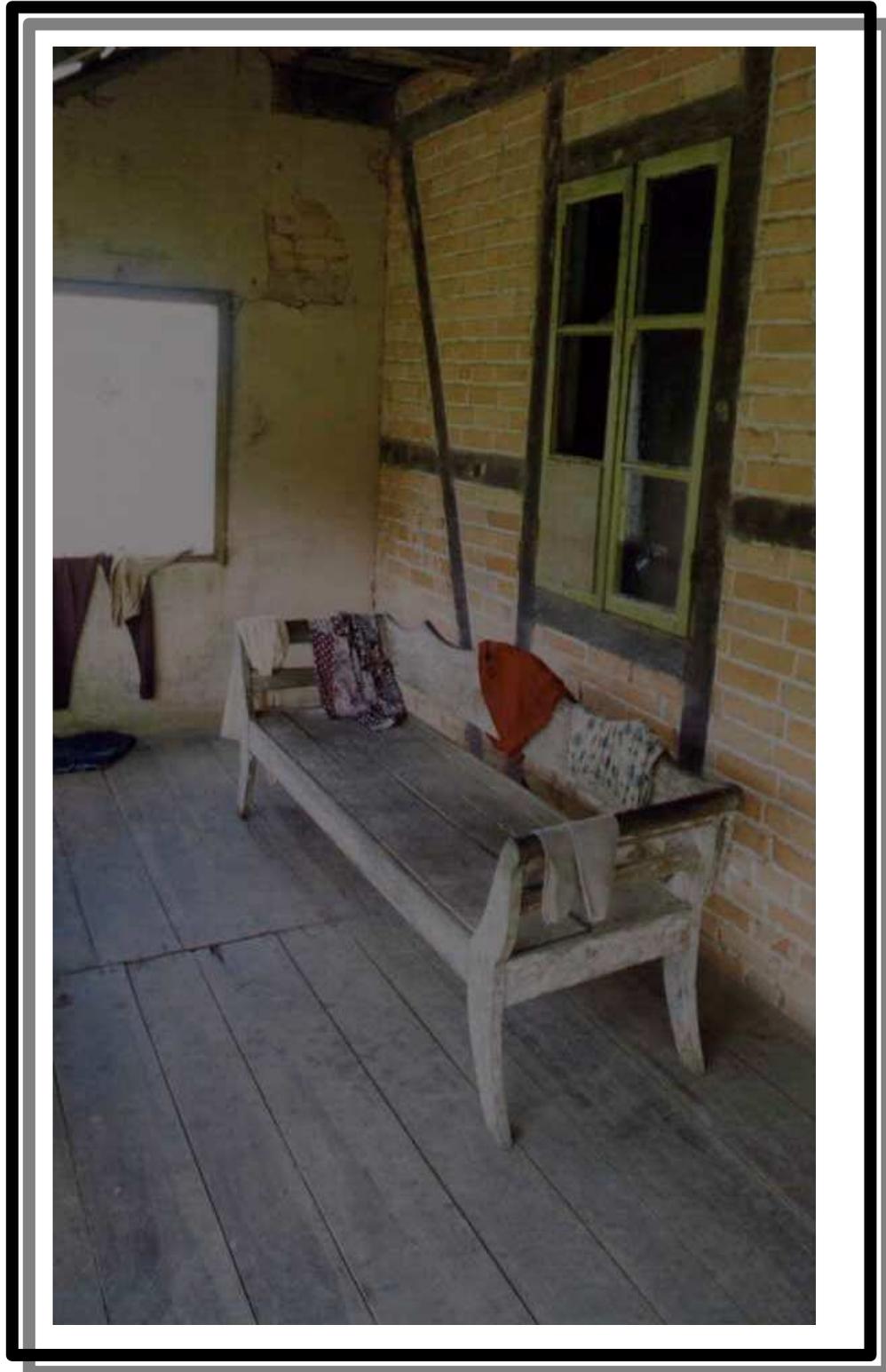
¹⁶⁵ Ver HOBBSAWM, Eric. Era dos Extremos: O breve século XX:1914-1991. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

¹⁶⁶ Para um estudo sobre a transformação do agricultor em operário em Joinville nas décadas de setenta e oitenta, a partir da abordagem da História Oral ver, NIEHUES, D. Valdete. De Agricultor a operário: Lembranças de imigrantes. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

¹⁶⁷ POZENATO, José Clemente. O Quatrilho. PortoAlegre: Edição Mercado Aberto, Série Novo Romance, n.5, 1996.

¹⁶⁸ Ver RODOWICZ-OSWIECIMSKI, Theodor. A Colônia Dona Francisca no Sul do Brasil. Florianópolis: Editora

FIGURA 24 – Entrada de residência enxaimel na Estrada Pirai – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

Muitos agricultores empobreceram em demasia nos últimos anos em virtude da política agrícola vigente no país. A casa enxaimel, ao longo dos anos vem tentando suplantar o tempo e resistindo as contradições geradas pelo próprio sistema. Por sua vez, o setor público pouco investiu em políticas de preservação desses ambientes. Centenas de casas foram destruídas por estarem ultrapassadas ao modelo vigente,

da UFSC, Arquivo Histórico de Joinville; Florianópolis: Fundação Catarinense de cultura.

outras, no entanto demolidas pela falta de conservação e restauro¹⁶⁹. O que se tem feito até o momento é tentar “guardar” uma réplica daquilo que significou alguma coisa no passado, daí se justifica a criação de espaços de musealização e não de preservação da dinâmica herdada socialmente e presente.

O processo de industrialização gerou uma série de problemas nas áreas rurais. No Pirai, região extremamente ligada ao processo de colonização, hoje sofre com a perda da agricultura, baixa do preço do leite. Muitos agricultores que trouxeram a experiência do trato com a terra dos ancestrais negociaram seu chão por um preço irrisório e foram para a cidade. Não encontram emprego e tampouco o sustento, ao tentar voltar nem todos conseguiram. Os que ficaram insitem na agricultura e no leite.

(...) E se acorda às seis horas da manhã(...)



¹⁶⁹ “Um dos maiores patrimônios culturais da imigração alemã em Joinville pode estar sendo salvo dos cupins e da indiferença. Um Projeto desenvolvido pelo Instituto Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) quer inserir algumas estradas e suas respectivas casas em estilo enxaimel de Joinville no Roteiro Nacional de Imigração. A idéia é preservar e tombar as casas antigas construídas por imigrantes. A proposta foi lançada. Falta agora o apoio da Prefeitura e de outros órgãos para que o projeto se torne realidade. Nasceu por iniciativa do Arquiteto Dalmo Vieira Filho, coordenador do IPHAN em Santa Catarina. A intenção além de resgatar e preservar a história, o patrimônio cultural e o meio ambiente através de uma atividade turística moderada, é criar alternativas de rendas para famílias inteiras residentes nessas regiões. Muitos agricultores que viviam da plantação hoje o fazem apenas para a subsistência, precisando buscar empregos na cidade para completar a renda familiar (Assunção, 1997: 01). Tal iniciativa ainda se encontra na base do Projeto.

FIGURA 25 – Área de agricultura – Pirai – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

Guilherme Manski, agricultor e vive na estrada do Pirai (Piraystrasse) há mais de sessenta anos. Planta aipim, milho e cana-de-açúcar e também mantém algumas vacas leiteiras para o sustento da casa. Nunca foi de passeio e mal conhece Joinville, tampouco que modelos de suas enxadas figuram pelos cenários na Casa Enxaimel no M.N.I.C.

O processo de industrialização que entra em vigor a partir da década de 30 em Joinville, é apresentado como obra e superioridade alemã, novamente a idéia do trabalho¹⁷⁰ como elemento de identidade. “Lembro que a opção por trabalhadores imigrantes veio acompanhada da desqualificação do trabalhador nacional e, especialmente do negro. Ao mesmo tempo, os grupos imigrantes, cada qual com suas peculiaridades, geraram uma visão preconceituosa do brasileiro tradicional e não apenas do brasileiro pobre, espertalhão ou indolente, mas sempre avesso ao trabalho” (Fausto, 1983: 434). A industrialização veio modificar fundamentalmente a divisão do

¹⁷⁰ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do Trabalho*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.

trabalho na área colonial. No novo contexto econômico, um ou mais membros da família camponesa passaram a trabalhar na fábrica e com isto a produção agrícola de cada lote diminuiu.

Nos dias atuais, encontramos, em muitas regiões de Joinville, descendentes de imigrantes que são colonos com problemas sérios de moradia e sobrevivência.¹⁷¹ Muitos continuam isolados do contexto sócio-cultural da cidade e vêm à “Joinville”, (cerca de 15 a 20 km) raramente.

Falam entre si a língua de origem, tendo um português misturado e como diz a tradição local, se fala “arrastado”. Nos primeiros anos da Colônia se produziu um ambiente parecido com aquele deixado na Europa¹⁷². Havia uma multiplicidade de idiomas e dialetos o que inicialmente dificultou as relações entre os imigrantes¹⁷³. Gradualmente e forçados pelo sistema foram integrando-se à “sociedade Brasileira”, principalmente depois que seus filhos passaram a residir em meio urbano e começaram a freqüentar escola pública, o que geralmente se deu na terceira geração nascida no Brasil.

¹⁷¹ Conforme estatística da Fundação Instituto de Pesquisa e Planejamento de Joinville – IPPUJ, baseada em dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 1960, a população de Joinville era estimada em 70.687 habitantes; em 1970, 126.559; em 1980, 235.812; em 1991, 347.151; em 1996, 397.951. Em 1970, havia em Joinville, 42.937 migrantes, provenientes de várias regiões de Santa Catarina. Em 1980, 113.091 migrantes dos quais, 57.640 são procedentes de área rural, entre os quais, 13.509 oriundos do Paraná. Em 1991, o total de migrantes era de 166.607. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE .

¹⁷² Ver Castaldi, Carlo. O ajustamento do imigrante a comunidade paulistana: estudo de um grupo de imigrantes italianos e seus descendentes. In: BERTRAM HUTCHISON e outros, “Mobilidade e trabalho”. Rio de Janeiro, INEP, 1960. E ainda, CARELLI, Mario. Carcamanos e comendadores. São Paulo: Àtica, 1985, ZULEIKA, Alvin. Brava gente! Os italianos em São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Brasiliense, 1986.

¹⁷³ Para Carboni (1998: 288), estudiosa da imigração italiana no Brasil, neste contexto de **interculturalidade (grifo da autora)** gerou-se uma dinâmica sócio-econômica e lingüística completamente distinta daquela que teria se dado na Itália. Desaparecia a figura do patrão – símbolo da elite dominante italiana. Os meeiros e trabalhadores rurais do Norte da Itália tornavam-se proprietários, *padroni*, inserindo-se numa comunidade, onde inicialmente, todos tinham os mesmos direitos, e as mesmas obrigações. Não havendo aqui o grande rico e o miserável. Esta situação pode ter gerado uma crescente auto-estima do colono, que por sua vez, pode ter levado a uma maior segurança na praticada fala dialetal, não mais identificada à classe social inferior” .

FIGURA 26 – Atividade artesanal – fabricação de barricas – Pirai – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

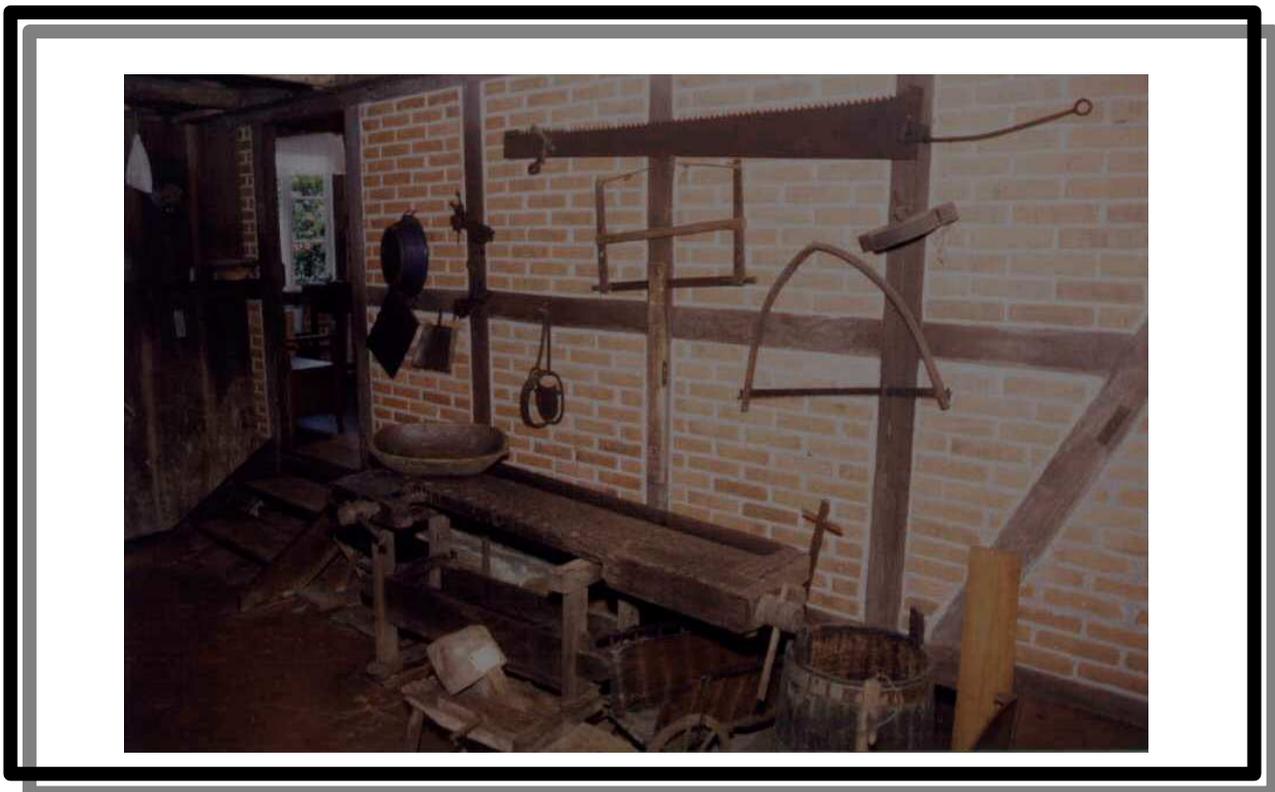
Chegaram muitos agricultores e passaram a desenvolverem atividades paralelas. Ingressaram no mercado a partir do apelo das industrias. Ainda hoje há um número significativo que trabalha nas industrias, todavia desenvolvem atividades distintas. Geralmente instalaram suas oficinas na própria residência e nos dias que chove ou fora da época da lavoura produzem desde barricas de madeira (imagem acima) para alambiques e outros usos, a marcenaria e serralheria. “No início as oficinas cresciam para atender a sede da Colônia, como também seus distritos espalhados por toda a região”.

FIGURA 27 – Interior de oficina artesanal agregada as atividades da família – Pirai – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

FIGURA 28 - Cenário idealizado Casa Enxaimel – M.N.I.C - objetos retirados do contexto, sua procedência é diversa. Porém não é complexificada, nas narrativas do Museu.



Fonte: C.C.D.S.

FIGURA 29 – Casa enxaimel – Pirai – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

“Nasceram os queridos filhos, o pai tinha de ganhar 40 vinténs por dia, a mãe levava as crianças enquanto pequenas, para a roça, colocando-as atrás de um toco, fazia um toldo (abrigo) com um pano, assim ela limpava a roça e trabalhava como um homem. Fazia todos os trabalhos pesados, mas eles foram muito felizes porque tinha uma propriedade. Cortou-se a madeira a mão. A palha do arroz foi picada, o

barro foi misturado e as paredes foram erguidas. As paredes foram pintadas com cal". (Stamm, 1992:04).

A cultura material musealizada, revela um lugar sem contradição, sem a problemática de escalões sociais menos favorecidos¹⁷⁴. Assim como a flor, a bicicleta, tornaram-se símbolos ideais da cidade, o modelo de habitação dos primeiros imigrantes é a casa enxaimel anteriormente identificada. “Deve-se entender que a comunidade de uma cidade não é homogênea, pois é constituída de classes e setores, tais como trabalhadores (campo e cidade), como também existem atritos entre os diferentes segmentos (integrados e marginalizados) (Bruno, 1996:45)”.

A arquitetura enxaimel é uma técnica construtiva trazida da Europa pelos imigrantes. A sua origem é diversa sendo relevante destacar que tal construção sofreu uma série de adaptações. Materiais de construção imprescindíveis que tinham de ser adquiridos de fora como o ferro, por exemplo, eram caríssimos. Na maior parte das vezes o imigrante encontrava-se isolado do mundo exterior, tendo que se defrontar com ambientes do qual tinha de extrair os meios de subsistência e, por extensão, os meios de realizar sua arquitetura.

Através de acerto e erro, foram aprendendo como utilizar a grande variedade de madeiras que estavam ao seu dispor. Com elas fizeram a estrutura das paredes e do telhado, as divisórias, o piso, o forro. Com madeira recobriram os telhado, O solo fornecia-lhes as pedras para a fundação, o barro, o material de vedação e o aglomerante. Por mais importantes que sejam estes fatores, em verdade dizem ainda muito pouco sobre as soluções efetivamente encontradas caso a caso.

¹⁷⁴ Ver ALVIN, Rosilene. A sedução da cidade: os operários camponeses e a fábrica dos Lundgren. Rio de Janeiro: Graphia, 1998. DURHAM, Eunice, R. A Caminho da cidade: a vida rural e a imigração para São Paulo. São Paulo: Perspectiva, 1984.

FIGURA 30 – Casa enxaimel – Pirai – Joinville/SC



Fonte: C.C.D.S.

As casas que não suplantaram o tempo, onde os antepassados deixaram histórias, alegrias, tristezas, desencantos e possivelmente desilusões. Mas são estas imagens responsáveis pela perpetuação do imaginário popular, do mito germânico que ainda habita as velhas casas enxaimel espalhadas por Joinville e região¹⁷⁵.

Os objetos são reais e anteriores a nós, com o passado concreto eles confirmam o significado da apresentação. Porém, os objetos apenas representam ou indicam o passado. Neste caso, os cenários de exibição da história de Joinville, não acompanhados de contextos, passam a assumir “verdades permanentes”.

A partir de 1930, toma destaque o processo de industrialização que vai atrair mão-de-obra de outras regiões do país, passando a diversificar o contexto sócio-cultural local. As idéias de

¹⁷⁵ Atualmente há uma tendência de retorno à comunidade de origem. Seja por aqueles que conseguiram um relativo sucesso econômico na vida urbana, seja pelos filhos, ou netos, terceiras gerações que em detrimento do desemprego acabam voltando e reassumindo novas funções no campo.

modernização também atingiram o campo. Este processo provocou mudanças e o esvaziamento das atividades tradicionais da agricultura. Com tantos países em guerra, os países e cidades em particular possuidores de tendências industriais viram o seu progresso. Em 1926 Joinville tinha aproximadamente 150 indústrias, até 1950 chegou a 325 empresas.

FIGURA 31 – Cultura material idealizando o dia-a-dia da cozinha do colono, Casa Enxaimel, M.N.I.C.



Fonte: C.C.D.S.

“É necessário intermediar estes dois pólos, mediar um ametafísica da história onde a própria história é identificada com o passado e uma revitalização da história onde ela é um reflexo do presente social e da realidade material, condições sociais do Presente” (Shanks & Tille, 1987: 68).

Ao entrar no Museu deseja-se encontrar as narrativas do passado, interfaceadas com imagens do presente. O modelo de ocupação, as problemáticas relacionadas à estruturação das identidades Em Joinville estão alicerçadas num ideal de povo e cultura teuto-brasileira que se estabeleceu a partir do esforço e ascensão social.

FIGURA 32 – Interior de casa enxaimel – M.N.I.C.



Fonte: C.C.D.S.

“(...) A pátria que na verdade, também já nos perdeu de vista nos esqueceu. Realmente embaraçosa e desalentadora situação a nossa, quando feito apátridas – a quem pertencemos!”

Quando falamos de comunidade representada, de modo algum, consideramos que esta categoria deva dar conta da preservação do patrimônio. Sabe-se todavia, que a responsabilidade na

implementação de políticas preservacionistas que tragam em seu bojo a participação da sociedade, é um dever e obrigação do Estado. Portanto, as condições objetivas para o desenvolvimento de projetos que contemplem esta especificidade correspondem de fato a problemática das instituições com este caráter.

A participação da sociedade nas questões de salvaguarda do patrimônio cultural, dizem respeito a opção de escolha. Porém, perguntamos: quando fomos ensinados a optar? Na totalidade de nossas experiências na Escola, observamos que pouco se aprende a pensar sobre as diferentes opções ou, que é possível em muitos casos relativizar. Considerando ainda que, uma grande parte da população brasileira não teve e não tem acesso aos meios formais da Educação¹⁷⁶. Assim, a democracia enquanto exercício comum, torna-se algo demasiadamente abstrato.

Nesse sentido, ressaltamos que caberia também aos museus a função de problematizar o seu papel na guarda e conservação de seus acervos. E, tratando-se de museu que atua no campo da etnicidade, a questão é bem mais profunda. Deve-se portanto, desenvolver atividades partilhadas com diferentes segmentos sociais, memórias e saberes, transformando-os em fato museal. Sabe-se que no cenário brasileiro, há grandes lacunas teóricas quanto à herança cultural e sua relação com o processo histórico e social. Desse modo, o nosso passado quando conhecido, em sua narrativa, é vítima de estereótipos.

Por outro lado, há ausência de estudos pormenorizados a respeito, tem permitido a criação de consensos sobre a História¹⁷⁷. Ressaltamos que tais consensos sobre o processo de imigração e colonização na região forjaram uma série de imagens e ideologias totalitárias e excludentes. Tendo assim, as instituições desempenhado papel preponderante na construção de mitos e visões de mundo distorcidas e desapropriadas de contextos sócio-culturais, apropriadas sobremaneira pelo processo educacional local.

Se por um lado, houve transporte de idéias do mundo imigrado, por outro lado, às condições aqui implantadas pelo sistema de colonização, não fugiu aos critérios competitivos do sistema capitalista. Num primeiro momento manteve o imigrante fortes ligações com seus parentes

¹⁷⁶ Segundo Arouca (1983 : 112) Nos países subdesenvolvidos é importante lembrar que qualquer estudo sobre a educação extra-escolar deve levar em conta toda uma revisão da política educacional e analisar a maneira mais adequada e eficaz de se repensar educação numa sociedade periférica. Nessa sociedade grande parte da população foi excluída dos sistemas formais, pois é típico de um país subdesenvolvido que a organização formal de seus membros não consiga abarcar a todos, tanto porque os benefícios sócio-econômicos tendem a ser distribuídos desigualmente.

¹⁷⁷ Ver BRANDÃO, C. R. As faces da memória. Coleção seminários 2. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.

além-mar. Os mais abastados sempre que podiam viajavam para as suas regiões de origem. Os menos afortunados que era quase a maioria estabeleciam comunicação com seus parentes e amigos através de cartas. Assim também os primeiros anos de colônia guardavam fortemente os elementos lingüísticos e que permitia uma maior aproximação entre si e referências a “antiga pátria”, provocando um “fechamento cultural”.

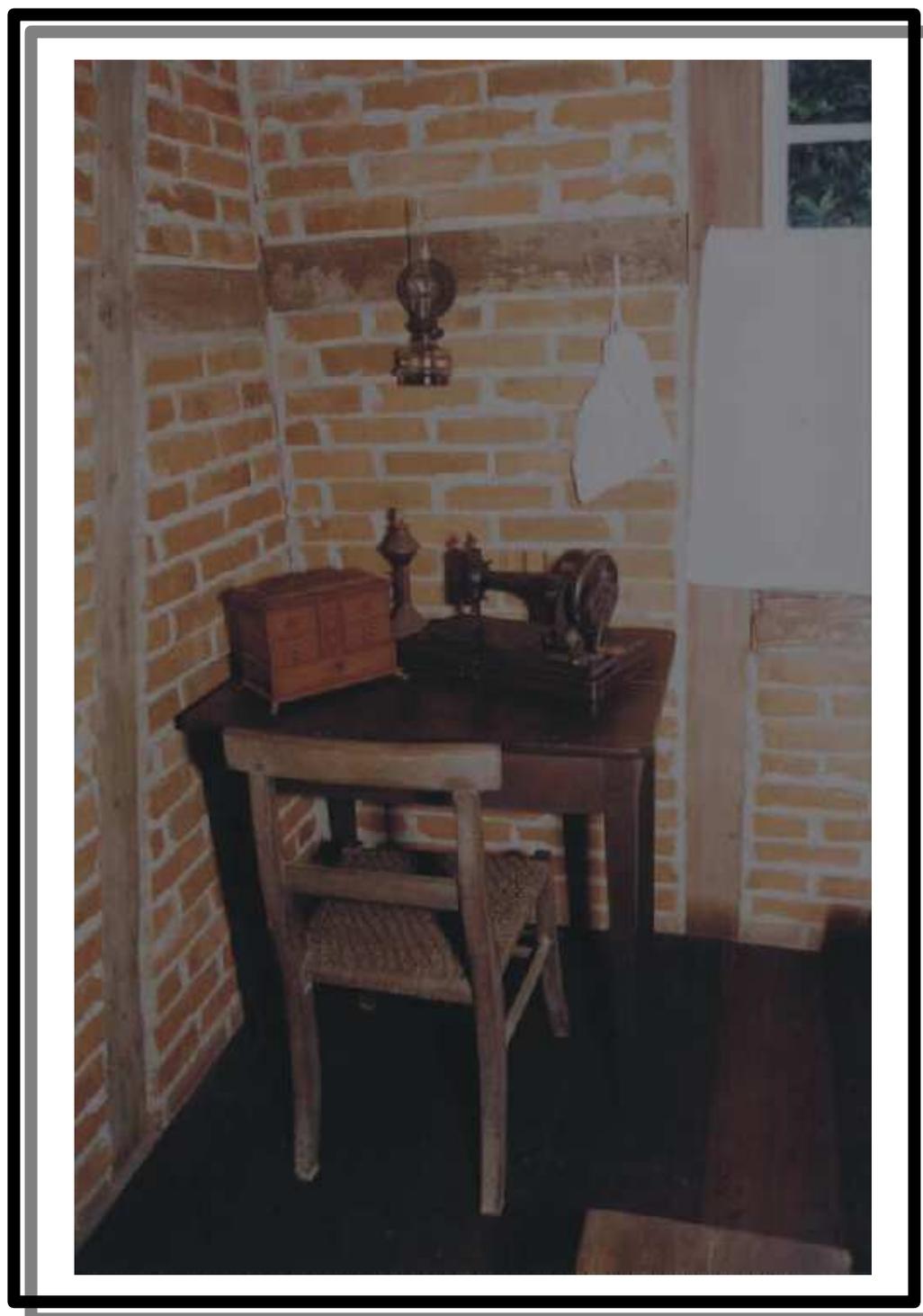
Neste mesmo momento, Joinville, assim como as demais regiões de colonização do país viviam as desilusões e os conflitos do período de nacionalização, causando um estremecimento em toda ordem local. Esta estrutura acabou por gerar uma nova rearticulação das relações existentes. Passou-se a falar em público o idioma português e novos elementos sociais passam a compor a vida política. Com o crescimento da produção industrial, provoca-se uma proletarização dos indivíduos, fruto especialmente de migrantes de outras regiões, daí também a emergência de novos atores no cenário da cidade. Tais evidências passam a provocar mais fortemente as diferenças sociais, sem contudo desestabilizar as imagens produzidas pelo processo de imigração. Todavia, o grupo anterior, os “descendentes” necessitavam se proteger dos possíveis descaminhos da terra prometida, já que seus ideais de “bem sucedidos e bons trabalhadores”, apesar de traumas e convalescenças do período de nacionalização, não fora completamente destruído. Para tanto, era preciso assegurar estas “imagens legitimadas” para as futuras gerações.

Por um lado, a partir da criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, criou-se, na região de Joinville, o conceito de que neste Museu a história de Joinville esta preservada/conservada, alicerçada especialmente nas imagens forjadas para a Cidade. Porém, a medida que as experiências desenvolvidas nesta Instituição seleciona um passado passa a não permitir a reflexão. Por sua vez, o conceito de ciência implícito à função de um Museu, perde a importância social e se esvazia. A ciência, neste sentido, não é compreendida enquanto objeto social e histórico e tampouco enquanto ciência museológica. Daí o forte consenso ideológico argumentado a partir da cultura material, substancialmente articulado com a inexistência de contextos teóricos distintos.

Para o educador e estimulador da pedagogia museológica dos Ecomuseus, na França e no Canadá, Paulo Freire, (1994: 100) “ a Pedagogia é uma reflexão crítica sobre os *quefazeres* humanos. Para melhor realizar-se, estes *quefazeres* buscam a compreensão científica do mundo. A Pedagogia precisa das ciências e, através destas, acontece como reflexão crítica (...) uma ciência é

um campo de conhecimentos e procedimentos que tem autonomia epistemológica. Tem, também, uma certa autonomia classificatória (taxonômica) em seus procedimentos e na sua conceituação. Ela é autônoma, embora relacionada com outras ciências “.

FIGURA 33 – Cozinha casa enxaimel – M.N.I.C.



Fonte: C.C.D.S.

Segundo Funari (1999: 03) “O profissional de Museu sempre tem uma pergunta em mente: preservar para que? Há alguns anos, quando de uma homenagem póstuma ao obstinado

defensor do patrimônio e humanista Paulo Duarte, Cristina Bruno (1991) evocava uma bela imagem sobre preservação”. Patrimônio para Paulo Duarte, era visto com muita abrangência. Sinônimo de qualidade de vida¹⁷⁸, pesquisa e ensino, erudito e popular, antigo, e moderno e, acima de tudo, preservação para a informação”.

A qualificação de seus quadros profissionais nos moldes acima apregoados não esteve na ordem das preocupações ao longo destes 40 anos. Em contrapartida, também pouco se produziu em termos de pesquisas a respeito. Esta falta de estudos e pesquisas têm repercutido sobremaneira na reprodução do conhecimento e construção do “imaginário social”. “As definições sobre preservação são muitas, e são datadas, estão sempre relacionadas à sobrevivência dos grupos humanos. Quer seja pela identidade cultural do grupo, ou pela integridade dos seres vivos, quando refletimos sobre preservação estamos analisando outras idéias como: os atos de selecionar, guardar, manter, ou mesmo de repetir e transmitir” (Bruno, 1997: 32).

O grupo que organiza e mantém o Museu funcionando¹⁷⁹ cultiva em sua memória as narrativas de um passado diluído na corporificação dos objetos e cenários que apresentados sem as interlocuções e narrativas consolida a identidade étnica como algo perene e permanente.

Contudo, é através da cultura material e ou da materialidade humana e das narrativas que se concentra a passagem do tempo, assim a leitura é feita a partir das experiências acumuladas que se desdobram na memória, diante da imagem do presente. Revistá-las exige compreensão e complexidade. Ou talvez possam ser tratadas e retrabalhadas, também a luz das “seis propostas” de

¹⁷⁸ Para um estudo nesta direção ver SANTOS, M. C. M. A preservação da memória como instrumento de cidadania. In: Repensando a ação cultural e educativa dos museus. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1993. E ainda, SCHEINER, T.C.M. Museus e Museologia: uma relação científica? Ciências em Museus, v. 1, n. 1, 1989.

¹⁷⁹ Em 1998, por iniciativa da Fundação Cultural de Joinville, que além da Comissão do Museu e a Instituição que mantém o Museu, realizou concurso público para especialista em Museus e monitoria. Neste mesmo ano pela primeira vez passou atuar um profissional com qualificação na área. Porém, a estrutura do **grupo** que há anos vem monitorando as atividades é demasiadamente forte para se estabelecer mudanças mais pontuais no trato com o discurso museológico e educativo, assim se pontua um poder de um grupo a não o poder do conhecimento.

Ítalo Calvino para o próximo milênio. “... As seis propostas vão de Virgílio a Queneau, de Dante a Joyce, em busca de uma concepção da literatura como transparência e lucidez, e como respeito aos próprios instrumentos e aos próprios objetos...” (CALVINO, 1995).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. A Gazeta de Joinville, 1909
2. ACTES. Bibliografia general sobre difusió del patrimoni arqueològic. I Jornades d'Arqueologia i Pedagogia. P. 147-162, s. d.
3. AHLERT, Alvorí. **A eticidade da educação – o discurso de uma práxis solidária/universal**. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.
4. **ÁLBUM HISTÓRICO DO CENTENÁRIO DE JOINVILLE**. Curitiba (org) Sociedade Amigos de Joinville, 1951.
5. ALMEIDA, Joaquim Anésio; RIEDL, Mário. (org.). **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru – SP: EDUSC, 2000.
6. ALMEIDA, RUFINO P. de. **O movimento operário em Santa Catarina, a greve de 1917 em Joinville**. Florianópolis, 1981.
7. ALQUIÉ, Ferdinand. **A filosofia de descartes**. 2. ed. Lisboa: Editorial Presença, 1969.
8. ÁLVARES, Domingo. El museo de los niños de Caracas. **Museum**. Unesco. 1986.
9. AMARAL, Dulce Vidigal do. A cartografia a serviço do imaginário no tempo e no espaço. In: **Espaço e geografia**. Ano 2, n. 1. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1998.
10. ANARÉ, M.E.D.A. de. **Texto, contexto, e significados: algumas questões na análise de dados quantitativos**. São Paulo: Caderno Pesquisa, (45) 66-71.s.d.
11. ANNABURG. Esteio e sonho da imigração. **Jornal A Notícia**, 10 ago. 1997, P. D1, D6, D7.
12. ANTUNES, Flávia C. **O livro didático e a questão da ocupação pré-colonial no litoral norte catarinense**. Joinville: UNIVILLE/MASJ, 1997-1999

13. ARANHA, Lúcia. **Pedagogia histórico-crítica – o otimismo dialético em educação**. São Paulo: EDUC, 1992.
14. AREND, Hannah . **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
15. _____. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1997.
16. _____. **O sistema totalitário**. Lisboa: Dom Quixote, 1978.
17. AROUCA, L.S. **Educação extra-escolar e a realidade brasileira**. Tese de Doutorado, PUC/SP, 1983.
18. _____. **Stratégies d Apprentissage intégrant l' Ouverture au Monde Du /travail: Enseignement Technique Professionnel**. In: **Pratques de Développement et de Reconnaissnce de Compénteces**. Torme II, Editions du CRP, Faculté d Éducation. Université de Sherbrooke, 1993, pp. 559-568.
19. ASHWORTH, G. J. & LARKHAM, P. J. **Building a new heritage, tourism,culture and Identity in the new europe**. London: Routledge, s. d.
20. ASSUNÇÃO, Luis Fernando. Agricultor desconhece o mar e crescimento da cidade. **Jornal A Notícia**. Joinville, 10 ago. 1997. Caderno Geral, p. D-7
21. _____. Estrada Piraí – o simples e hospitaleiro olhar distante. **Jornal A Notícia**. Joinville, 28 set. 1997. Caderno ANCidade, p. D-1.
22. _____. Família resiste desde o século passado. **Jornal A Notícia**. Joinville, 12 out. 1997. Caderno Geral, D-6.
23. _____. Neta de imigrantes é testemunha da história do lugar. **Jornal A Notícia**. Joinville, 10 ago. 1997. Caderno Geral, p. D-6.
24. _____. Projeto tenta salvar casas em enxaimel. **Jornal A Notícia**. Joinville, 11 nov. 1997. Ancidade., p. E-1
25. Ata da Reunião da Comissão do Museu Nacional de Imigração e Colonização de 8 de maio de 1961.
26. Ata da reunião da Comissão Nacional de Imigração e Colonização. 3 de julho de 1961.
27. Ata da Reunião de Instalação e posse da comissão do Museu Nacional de Imigração e

Colonização. 3 de abril de 1961.

28. AUZIAS, Jean-Marie. **A antropología contemporánea**. São Paulo: Cultrix, 1976.
29. AZEVEDO, Fernando. **A cultura brasileira: uma introdução ao estudo da cultura no Brasil**. 4. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1963.
30. _____. **A transmissão da cultura**. 5. ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1976.
31. BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986.
32. BALLART, Josep. **El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso**. Barcelona: Editorial Ariel, 1997.
33. BANDEIRA, D.R. **O estudo da populações ceramistas pré-coloniais da região de Joinville – Santa Catarina**. Projeto de Doutorado. 1FCH. UNICAMP. Campinas, 1998.
34. _____. **Arqueologia pré-colonial do litoral norte de Santa Catarina**. Balanço Preliminar da Produção Científica. Trabalho apresentado no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 1977.
35. BARBOSA, A.M. **História da arte-educação**. São Paulo: May Limonas, 1986.
36. BARRETTO, M. **Museus por teimosia: uma análise da utilidade social dos museus em Campinas**. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 1993.
37. BARROS, Márcio José. Política cultural e cidadania. **Estado de Minas**. 13 mar. 1999, Pensar, p. 3
38. BARROS, Sullivan Charles. **Codó, terra na encantaria: relações entre o imaginário umandista e o espaço urbano**. In: **Espaço e geografia**. Ano 2, n. 1. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1998.
39. BARTHES, Roland. Presentiny the past: Towards a redemptive dempue aesthetyc for the museum. In: SHANKS, M & TILLEY, C **Reconstructing Archocology**. London: Camburdgi University Press, 1987.
40. _____. **A câmara clara: nota sobre a fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.

41. BASTIDE, Roger. **As religiões no Brasil**. São Paulo:USP, 1970.
42. BATALLA, Bonfil. **Conciencia Étnica y modernidad**. Etnyas do Oriente y do Ocidente. México: Consejo Nacional para la cultura y las artes, 1998.
43. BAUMAN, Udo. **Relatório final sobre trabalho realizado em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sul do Brasil, Marburg, RFA, set.1986 a set.. 1987**.
44. BENJAMIM, W. **Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo, Brasiliense,1982.
45. BENNETT, Tony. **The birth of the museum**. London: Routledge, s. d.
46. BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Tradução: Floriano de Souza Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985..
47. BETHLEM, H. **Vale do Itajaí – jornadas cívicas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1939.
48. BOEHMER, Mareile. **Museo e escuela: la práctica pedagógica en losnuseos de Alemania Occidental**. Barcelona: Universitat de Barcelona, s. d. p. 82.
49. BOFF, Leonardo. **Saber cuidar – ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.
50. BOLETIM DO CENTRO DE MEMÓRIA – UNICAMP. Campinas, 1994. V. 6, n. 12, jul/dez 1994.
51. BOLETÍN DE ANTROPOLOGIA AMERICANA.México: Instituto Panamericano de Geografía e História, 1990.
52. BOORSTIN, Daniel J. **Preparándose para lo inesperado**. Madri: fundación Cultural Banesto, 1992.
53. BORGES, Jorge Luiz. **Ficções**. 3. ed. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Globo, 1982.
54. BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
55. _____. **Fenomenologia do Olhar**. São Paulo: Cia das Letras, 1993
56. BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1983.

57. BOURDIEU, P. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia da Silveira e Denise Pegorin, São Paulo: Editora Brasiliense, 1990
58. _____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrano Brasil, 1985.
59. _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
60. BRANDÃO, C. R. **As faces da memória**. Coleção seminários 2. Campinas: CMU/UNICAMP, 1996.
61. _____. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
62. _____. (org) **Pesquisa Participante**. São Paulo, Perspectiva, 1972.
63. BRAUDEL, F. **Civilização material e capitalismo (séculos XV-XVIII)**. Tradução de Maria Magalhães Godinho. Tomo 1. Lisboa/Rio de Janeiro: Edições Cosmos, 1970.
64. BRITO, M. E. **Centro de memória da eletricidade no Brasil – Memória e cultura**. Rio de Janeiro: C.M.E.B, 1989.
65. _____. **Memória e cultura**. In: **Revista do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil**. Rio de Janeiro, n. 01, 1989.
66. _____. **Memória e cultura**. In: **Revista do Centro de Memória da Eletricidade no Brasil**. Rio de Janeiro, n. 01, 1989.
67. BRUNO, M. C. O; ARAUJO, Marcelo Mattos.(org.) **A memória do pensamento museológico contemporâneo – documentos e depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995
68. BRUNO, M. C. O. **Cadernos de sociomuseologia – centro de estudos de sociomuseologia**. Lisboa, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1996.
69. _____. **Museologia e museus: princípios, problemas e métodos**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, 1997.
70. _____. **O MASJ e o Futuro da Museologia**. Joinville: **Boletim MASJ**, n.4, p.38, 1991.
71. BURKE, Maria Lúcia G. Pallares. **Passados deslocados**. **Folha de São Paulo**, 26 set. 1999, Mais, p. 7.

72. CABRAL, O. R. **História de Santa Catarina**. 4. ed. Florianópolis: Lunardelli, 1994.
73. CADERNOS CEDES 49. **Educação indígena e interculturalidade**. Campinas: UNICAMP, 2000.
74. CALVINO, Ítalo **As cidades invisíveis**. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
75. _____. **Palomar**. Tradução: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
76. CAMACHO, C. **Museu e Participação das Populações**. In: *Museus e Sociedades*. Monte Redondo, Portugal, 1989, p.133-41.
77. CANEVACCI, Massimo. (org). **Dialética do indivíduo – o indivíduo na natureza, história e cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
78. CAPRA, Fritjof. **A teia da vida – uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1996.
79. CARANDINI, Anchea. *Arqueologia y cultura material*. Barcelona: Carmo, 1984.
80. CARBONI, Florence. **Lingua, formação e identidade nacional: algumas considerações sobre a questão linguística na região colonial italiana**. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 1998.
81. CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Ed. Difel, 1977.
82. Carta do Dr. Rodrigo Mello Franco.
83. CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
84. CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Cortez, 1990.
85. _____. *Cultura e racismo*. In: *Revista Princípios*. São Paulo: 1993.
86. _____. *Política cultural, cultura política e patrimônio histórico*. In: **O DIREITO À MEMÓRIA – Patrimônio Histórico e Cidadania**, Secretaria Municipal de cultura. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.
87. CLARK, Jorge Vilson. **A Imigração norte-americana para a região de Campinas: Análise da Educação Liberal no Contexto histórico e educacional brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Campinas, 1988.

88. CLAUDE, Lévi-Strauss. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1976.
89. CLOAREC, Jacques. Le paysage entre nature et culture. In: Colloque, **Patrimoine culturel, patrimoine naturel**. 1994.
90. COELHO, Ilanil. **Joinville e a campanha de nacionalização**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais, s.d.
91. COHN, Gabriel. **Sociologia para ler os clássicos**. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico, 1977.
92. Coleção do Museu Nacional de Imigração e Colonização, 1961-1999,
93. CUNHA, Euclides. Os Sertões. Rio de Janeiro. Ed. Ouro, s/d.
94. D'ANGELIS, Wilmar da Rocha. Contra a ditadura da escola. In: CADERNOS CEDES 49. Educação indígena, Campinas: Cedes, 2000.
95. DANILOV, Victor J. Un centro de educación científica no formal en Chicago. **Museum**. Unesco. 1986.
96. DE DECCA, Edgar. **1930 – o silêncio dos vencidos**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.
97. DECHENT, Nicolau. **Edição comemorativa ao Cinquentenário da Escola Alemã**. Tradução: Maria Thereza Boebel, Joinville, 1916 (mimeografado).
98. DELEZE, G. **A imagem do tempo**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
99. DEMARTINI, Z.B.F. Histórias de vida na abordagem de problemas educacionais. In: **Experiência com histórias de vida (Itália-Brasil)**, São Paulo: Vértice, 1988.
100. DIAZ-POLANCO, Hector. **La cuestion Étnico-nacional**. México: Editorialo Línea S.A, 1988
101. DIREITO À MEMÓRIA: Patrimônio histórico e cidadania / DPH. São Paulo: SPH, 1992. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico.
102. DOBERSTEIN, Arnaldo Walter. **Estatuária e ideologia**. Porto Alegre: Secretaria Municipal da Cultura, 1992.
103. Documento do Ministério de Educação e Cultura. Política Nacional Integrada da Educação:

Proposição preliminar para sua formação. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação, 1975, Arquivo Histórico de Joinville.

104. DOMINICÉ, Pierre. Tradução Lucila Schawantes Arouca. **A bibliografia educativa: instrumento de pesquisa para a educação de adultos**. 1982. (mimeo)
105. DREHER, Martin N. **Igreja e germenidade**. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.
106. DUARTE, Ana Maria Lopes. Primeiro encontro nacional Museologia e Educação. Setúbal, Portugal: Câmara Municipal de Setúbal, 1995.
107. ECO, Umberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
108. _____. O bug da memória. **Folha de São Paulo**. 8 ago. 1999, 6 Mais, p. 5.
109. **EDUCAÇÃO & SOCIEDADE: REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIENCIA DA EDUCAÇÃO**. Campinas: Papyrus, 1991.
110. EHLKE, Cyro. **A Massonaria no passado histórico joinvilense**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, p. 27, 1990.
111. _____. **Joinville histórica**. Itajaí: Edições Uirapuru, 1975.
112. ENCONTRO NACIONAL SOBRE MUSEOLOGIA E EDUCAÇÃO, 1., 5, 6 e 7 de outubro de 1995. Setúbal.
113. ENGELS, Friedrich. **As guerras camponesas na Alemanha**. 1. ed. São Paulo: Grijalbo, 1977.
114. ESCOBAR, C.H. (org). **estruturalismo e marxismo**. Rio de Janeiro, Zamar, 1968.
115. **ESPAÇO E GEOGRAFIA**. Publicação do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia. Ano 2, n. 1, Brasília: Instituto de Ciências Humanas, 1998.
116. ESPELEIA, J. & ROUKWELL,Elke. **Pesquisa participante**. São Paulo: Cortez, 1989.
117. ESTUDOS HISTÓRICOS. **Memória 3**. São Paulo: Vértice, 1989.
118. ESTUDOS HISTÓRICOS. **Teoria e história 10**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas,

1992.

119. FALCONI, Francisco José Colazans. **Iluminismo**. São Paulo: Ática, 1986.
120. FALLGATER, Helmut. **Sociedade ginástica de Joinville**. Joinville, 1958.
121. FAORO, R. Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro. 7ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987, v.2.
122. FAUSTO, B. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Difel, 1983.
123. _____. **Um balanço da historiografia da imigração para o estado de São Paulo**. 1992.
124. FELDMAN-BIANCO, Bela – Unicamp & HUSE, Donna- University of Massachusetts Dartmouth – “Entre a saudade da terra e a América: Memória Cultural, trajetórias de vida e (re) construções de Identidade feminina na intersecção de culturas”. In: BRANDÃO, C. R. **As faces da memória**. Coleção Seminários 2, CMU/UNICAMP, 1996
125. FENELON, Déa Ribeiro. **Políticas culturais e patrimônio histórico**. In: O direito a Memória. 1992.
126. FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: São Paulo, Difel, 1972.
127. FERRO, Marc. **A manipulação da história no ensino e nos meios de comunicação**. Tradução: Vladimir Araujo. São Paulo: IBRASA, 1983.
128. FICKER, C. **História de Joinville, crônica da colônia Dona Francisca**. Joinville, 1965.
129. FONSECA, Tiago da. **O problema da instrução pública e o perigo alemã**. Florianópolis, Imprensa Oficial, 1916.
130. FORQUIM, Jean. **Escola e cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
131. FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.
132. FREIRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. Obra Escolhida. Rio de Janeiro. Nova Aguilar, 1977.
133. FREIRE, P. **Pedagogia da esperança: um encontro com a pedagogia do oprimido**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

134. _____. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
135. FREITAG, Bárbara, *Escola, estado e sociedade*. São Paulo: Moraes, s.d., p.49.
136. FUNARI, P. P. A (org.). **Cultura material e arqueologia histórica**. Coleção Idéias. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
137. _____. *A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira*. **Idéias**, Campinas, 1995.
138. _____. **Antiguidade clássica – a história e a cultura a partir dos documentos**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
139. _____. **Considerações sobre o profissional de museu e a sua formação**. Formação de Profissionais de Museus: desafios para o próximo milênio, 1999.
140. _____. **Memória, história, historiografia – dossiê ensino de história**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1993.
141. _____. História oral: uma utopia: In: REVISTA BRASILEIRA. **Memória, história, historiografia**, São Paulo: ANPUH, set.92/ago.93.
142. _____. **Arqueologia**. São Paulo: Ática, 1988.
143. _____. Memória história e cultura material. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 13, n.25/26, p.17-31, 1992.
144. _____. O Papel da Cultura Material Urbana na Construção de uma Memória Histórica. In: **Cidade e Memória**. Porto Alegre, 1992.
145. FUNARI, P.P.A. **Algumas Reflexões sobre a Relação entre Teoria e a Praxis na Arqueologia**. Conferência apresentada em Taquara. Porto Alegre, abril, 1992.
146. _____. **Cidadania e compadrio: relações de poder e atividade acadêmica em questão**, São Paulo: ANPUH-PR, 1996.
147. _____. Memória histórica e cultura material. In: REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA 25/26. **Memória, história, historiografia. – dossiê ensino de história**. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, vol. 13, set.92/ago.93. FUNDAÇÃO BANCO DO BRASIL. **Estudos históricos 10 teoria e história**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

148. _____. Resgatando a Cultura Popular. In: **Revista Pós-História**, Assis, São Paulo, 1993.
149. GADOTTI, M. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1993.
150. GALLO, G. **O Museu do Marajó**. In: Ciências em Museus. Brasília: CNPq, n.1. 1989/91/94.
151. GERALDI, C.M.G. **Continuidade e ruptura na construção do objeto de estudo: o currículo em ação**. 1997. (mimeo)
152. GERTZ, René. **O fascismo no sul do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
153. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais – morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
154. GIORNALE. **Emigrazione**. 4-11 de dezembro de 1977. 21.
155. GIRAUDY, D. & BOUILHET, H. **O museu e a vida**. Pró-Memória. Belo Horizonte: Inst. Nac. do Livro. UFMG, 1990.
156. GIRON, Loraine Slomp. **As sombras do littorio: o fascismo na região colonial italiana do Rio Grande do Sul**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Tese de Doutorado, 1989.
157. GOMES, Plácido de Oliveira. **Regras de saúde do lavrador**. Arquivo Histórico de Joinville, prateleira 368, publicação 1933.
158. GOIDMANN, Lucien. **Dialética e cultura**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
159. GOLDSCHMIED, R.N. **Museo: reproducción o información social**. In: Seminario-Taller: Nuevos enfoques para la Actividad del Museo: Participación, Creatividad, Comucación. Oreal: UNESCO. Apostila Mimeografada, 1986.
160. GONÇALVES FILHO, José Moura. Memória e sociedade. In: **Revista do Arquivo Municipal**, São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1991.
161. GONÇALVES, J.H.R. **História regional & ideologias: em torno de algumas corografias políticas do norte paranaense – 1930-1980**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós-graduação em História do Brasil – Universidade Federal do Paraná, 1995.
162. GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Civilização

Brasileira, 1979.

163. GREGOROVA, A. **La muséologie – science ou seulement travail pratique du musée?** Documents de Travail sur la Muséologie. Estocolmo: ICOM. n.1. 1980.
164. GUARNIERI, Waldisa Rússio. Museu, museologia, museólogos e formação. **Revista Museo**, 2º sem, 1989.
165. GUEDES, Sandra P.L. de Camargo (org.) et al. **Histórias de (I)migrantes: o cotidiano de uma cidade**. Joinville: UNIVILLE, 1998.
166. H. BLUMENAU. **Carta n. 09**. Desterro, 21 de abril de 1848.
167. HABWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
168. HAMÚ, D.L.P. **Papel dos museus de arqueologia e etnologia no Brasil**. I Conferência Proferida no Simpósio Internacional “O Processo de comunicação nos Museus de Arqueologia”. São Paulo: USP, out. 1993.
169. HARGER, Anna-Maria. **Carta para General Pedro Aurelio de Goes Monteiro**. Joinville, 14 out. 1939.
170. HERKENFHOFF, Elly. **Era uma vez um simples caminho... fragmentos da história de Joinville**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, 1987.
171. HERREMAN, Yani. Nuevos lienzos para nuevos creadores: corrientes contemporáneas en la arquitectura de museos. **Museum**. Unesco. n. 4, 1989.
172. HOBBSAWM, Eric. **A era dos impérios 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
173. _____. **Nações e nacionalismo desde 1780**. São Paulo: Paz e terra, 1990.
174. _____. **A Era das revoluções: 1789-1849**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
175. _____. **A Era dos impérios**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
176. _____. **A invenção das tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcanti. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
177. _____. **Mundos do trabalho; novos estudos sobre história operária**. tradução Maria Célia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

178. HODDER, Ian. Towards a Reflexive Excavation Methodology. **Antiquity**. v. 71, n. 273, p. 691-700, sep. 1997.
179. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
180. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **História geral da civilização brasileira**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1993. t.2, v.3.
181. HOOPER-GREENHILL, Eilean. **Museums and their visitors**. London: Routledge, s. d.
182. HORTA, M. de P. **Educação Patrimonial**. Apostila do Curso de Especialização em Ação Educativa e Cultural dos Museus. Rio de Janeiro, 1993. Mimeografada.
183. HORTA, M.L.P. **A aventura dos museus**. Palestra proferida no 1º Encontro de Museus do Mercosul. São Miguel das Missões, RS, out. de 1995.
184. _____. **Modos de ver – Museu: comunicação / educação**. Trabalho apresentado no 3º Encontro Paulista de Museologia, Universidade Católica de Santos, out. 1988.
185. _____. **Educação patrimonial**. Comunicação apresentada na Conferência Latino-Americana sobre a preservação do Patrimônio Cultural, Consultoria e Produção Cultural, jun. 1991.
186. HUDSON, K. **Museums of influence**. London: Combrige Univ. Press. Combrige, 1987.
187. IANNI, O. O neoliberalismo e nazi-fascismo. In: **Crítica Marxista**. São Paulo, 1998.
188. ICOM. **Code de déontologie professionnelle**. Paris: UNESCO, 1986.
189. ILLADA, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1986.
190. IMHOF, Afonso. Joinville busca sua identidade. **Ô catarina**. Florianópolis, set/out. 1998, n. 31, p. 11.
191. INTERMEIO. **Revista do mestrado de educação**. Campo Grande, MS: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1995.
192. IRVING, Marta de Azevedo. **Participação e envolvimento comunitário: garantia ética de sustentabilidade em projetos de desenvolvimento**. In: **Espaço e geografia**. Ano 2, n. 1. Brasília: Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 1998.

193. JEUDY, H.P. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro:UNICAMP, 1990.
194. JORNAL DE TARDE. Imigrantes Italianos colonizaram o sul de Santa Catarina. Curitiba, 10 ago. 1997, p. 7E.
195. JORNAL Ô CATARINA. N. 31, set/out./1998.
196. KANT, I. **Reflexions sur l'éducation**. Paris: Vrin, 1984.
197. KELLER, Paul Hellmuth. Joinville na Arquitetura. In: **ÁLBUM HISTÓRICO DO CENTENÁRIO DE JOINVILLE**. Curitiba (org) Sociedade Amigos de Joinville, 1951.
198. KHOURY, Yara Aun. Documentos orais e visuais: organização e usos coletivos. In: **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. Memória e ação cultural**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1991
199. KLEIN, Ligia Regina. Uma concepção de linguagem sob o paradigma da história. In: **intermeio. Revista do mestrado de educação**. Campo Grande, v. 1, n. 1, 1995.
200. KOHLHEPP, Gerd. **Espaço e etnia**. Espaços Avançados, 1991.
201. KRAUSZ, Luis S. Memórias deterioradas. Folha de São Paulo, 1 set. 1996. Caderno Mais, p. 11.
202. KRISCH, Hilda Anna. **Contos do início da imigração**. Joinville: Museu Nacional de Imigração e Colonização, 1992.
203. _____. **História do cemitério dos imigrantes e da casa da memória do imigrante**. Joinville: Arquivo Histórico de Joinville, mar. 1991.
204. KHOURY, Yara Aun. Documentos orais e visuais: organização e usos coletivos. In: **REVISTA DO ARQUIVO MUNICIPAL. Memória e ação cultural**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1991
205. LAPLATINE, F. **Aprender Antropologia**. São Paulo. Brasiliense, 1989.
206. LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. São Paulo: Vértice, 1990.
207. _____. **Passado/presente**. In: Enciclopédia Einaudi. Portugal. V. 1, 1984.

208. LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre. **História novos problemas**. São Paulo: Francisco Alves, 1979.
209. Lei de Criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, nº3.188 de 2 de julho de 1957.
210. LEITE, M.L.M. **O imaginário em terra conquistada**. 1993. (mimeo)
211. LEVI-STRAUSS, C. **Antropologia estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.
212. _____. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Nacional, 1976.
213. Livro de Atas da Sociedade Escola de Joinville, fundada em 1872(Português/Alemão) 01/116. Arquivo Histórico de Joinville.
214. Livro Tombo. Registro de Objetos. N. 1, pág. 1-274, 8 de maio de 1961 a 5 de fevereiro de 1963.
215. Livro Tombo. Registro de Objetos. N. 3, pág. 633-1223, 8 de dezembro de 1968 a 20 de outubro de 1976.
216. LOPES, M.M. **Museu, uma perspectiva de educação em geologia**. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado, 1988.
217. LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
218. LURIA, A. R. **Los procesos cognitivos**. Barcelona: Fontanella, 1980.
219. LUZ, France. **As migrações internas no contexto do capitalismo no Brasil: a micro-região norte-novo de Maringá – 1950-1980**. Tese de Doutorado. São Paulo: USP-FFLCH, 1988.
220. MACHADO, Peninha. Fotografia Propaganda veiculada na Europa em meados do século XIX, sobre a colonização no Sul do Brasil, 2000.
221. MACHADO, Roberto. **Ciência e saber. A trajetória da arqueologia de Foucault**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
222. MAGALHÃES, M.D.B. de.Velhos e novos nacionalismos; Heimat, Vaterland, Gastland. In: História, questões e debates, Associação Paranaense de História, Curitiba: Apah, 1989.

223. MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1985.
224. _____. **O cativo da terra**. 6. ed. São Paulo: Hucitel, 1996.
225. _____. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e o seu lugar no processo político**. Petrópolis:Vozes,1981.
226. MARX, K. & ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Moraes, 1984.
227. _____. **O capital – livro I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
228. _____. **O Capital: critica da economia política**. Tomo V volume1. Tradução de Regis Barbosa & Flavio Kothe. São Paulo: Abril Cultural,1983.
229. MATTA, Roberto da. **A casa e a rua – espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. São Paulo: 1985.
230. _____. A cultura do herói. **Folha de São Paulo**, 5 de maio de 1991.
231. _____. **A Casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
232. _____. **Carnavais, malandros e heróis – para uma sociologia do dilema brasileiro**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
233. MATTOS, Carlos Lopez. **Francis Bacon. Descartes Spinoza**. São Paulo: Graf. Ed. do Lar/ABC do interior Capivari, 1987.
234. MCGUIRE, R. H. A marxist archaeology. **Binghamton: Academic Press. Inc. New York**, 1992.
235. MENEZES, Claudia. El museu del indio: nuevas perspectivas para la participación de estudiantes y grupos indígenas. **Museum**. Unesco. 1989.
236. MEURER, B. **Entre flores e manguezais – a construção do real em Joinville**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.
237. MINISTÉRIO DA CULTURA. **Subsídios para o Planejamento de Atividades Educativas Culturais**. Rio de Janeiro, 1985.

238. MOLYNEAUX, Brian L. Archaeology Laboratory, University of South Dakota. In: **The Presented Past**. Heritage, museums and education, 1994.
239. MONTEIRO, Jaecyr. **Nacionalização do ensino: uma contribuição à História da Educação**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1983.
240. MORAES, M. (org). **História oral**. São Paulo: Diadorim Finep, 1994.
241. MORALES, Manuel R. G. **Museus para aprender**. Cantabria: Universidad de Cantabria, s. d.
242. MOREIRA, Roberto. **A educação em Santa Catarina**. Rio de Janeiro: Companhia de inquéritos e levantamentos do ensino médio e elementar, 1954.
243. MOUTINHO, M. **Museus e Sociedade**. Monte Redondo, Portugal, Cadernos e Patrimônio, 1989.
244. MUNANGA, Kabengele (org). **Estratégias e políticas de combate à discriminação racial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
245. MUNIZ, Silvana Cristina Oliveira. Núcleo Pedrinhas História e imagem. In: Cultura material e Arqueologia Histórica. Campinas: Unicamp, Coleção Idéias, 1998, pp. 221-250.
246. NADAI, Elza. O ensino de história no Brasil: trajetória e perspectivas. In: REVISTA BRASILEIRA. **Memória, história, historiografia**, São Paulo: ANPUH, set.92/ago.93.
247. NASCIMENTO, Rúbia Stein do. **Patrimônio, cultura, memória e cidadania: subsídios para os registros do conhecimento humano**. Curitiba, 1999. Monografia do Curso de Conservação de Obras sobre Papel. Departamento de Ciência e Gestão da Informação. Universidade Federal do Paraná.
248. NETTO, J.P. & CARVALHO, M.C. Broint. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1994.
249. NEVES, W. A. 1984. **Paleogenética dos Grupos Pré-Históricos do Litoral Sul do Brasil (Paraná e Santa Catarina)**. São Paulo USP. Tese de Doutorado.
250. NIEHUES, Valdete Daufemback. **A institucionalização da ocupação das áreas de mangue em Joinville**. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação., Joinville, 1993.
251. _____. **De agricultor a operário: lembranças de migrantes**. Dissertação (Mestrado em História). Florianópolis, 2000.

252. NOVAES, Adauto et al. **O olhar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
253. OBERACKER JUNIOR, Carlos H. **A contribuição teuta à formação da nação brasileira**. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença Edições, 1985.
254. OLIVÉ LEÓN. **Consciência étnico Y modernidade**. Etnias de Oriente y Occidente. MÉXICO: Universidade Nacional. Consejo Nacional para la Cultura y las Artes.
255. OLIVEIRA, R. C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Biblioteca Pioneira de Ciências Sociais, 1933.
256. ORSEN JR., Charles E. **Introdução à arqueologia histórica**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.
257. ORTIZ, Renato. **A morte branca do feiticeiro negro**. Petrópolis: Vozes, 1978
258. _____. **Cultura brasileira & identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
259. _____. **Cultura brasileira & identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
260. _____. **Cultura e modernidade – a França do século XIX**. São Paulo, Brasiliense, 1991.
261. OSWALDO, Angelo. A identidade do espaço urbano – drama e desafio das cidades. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 2 jan. 1999. Caderno Pensar., p. 1
262. PAIVA, Vanilda. **Paulo Freire e o nacionalismo desenvolvimentista**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.
263. PAIVA, César. In: **René, Gertz**. Preconceitos de sangue. História: questões e debates. 1989.
264. PEDRO, Joana Maria. **Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro, 1831-1889**. Florianópolis: UFSC, 1995.
265. PELUSO, V. A. J. **Aspectos geográficos de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC, 1991.
266. PENIN, S. **Cotidiano e escola: a obra em construção**. São Paulo: Cortez, 1989.
267. PEREIRA, L. A. **Limites históricos do pensamento abolicionista. Uma contribuição ao estudo do gradualismo adotado na abolição da escravidão no Brasil**. Assis, 1986. Dissertação (Mestrado em história) Faculdade de Ciências e Letras, Universidade

Estadual Paulista.

268. PEREIRA, Yone Yara; AVIZ, Rubens. Verdadeiro ou Falso? **O Catarina**. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura, set/out. 1995.
269. PETRONE, M. T. Schöker. **O imigrante e a pequena propriedade**. Coleção Tudo é História, n. 38. São Paulo: Brasiliense, 1984.
270. PIAZZA, Walter F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardeli, 1994.
271. POLLAK, Michael Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos** (3), Memória. São Paulo: Vértice, 1989.
272. _____. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos** (10), Teoria e História. FBB, Rio de Janeiro: FGV, 1992.
273. POMIAN, K. Coleção. In: Enciclopédia Einaudi. Porto: Impr. Nac. Casa da Moeda, 1994. v. 1: Memória/História.
274. POZENATO, J. C. **O quatrilho**. Porto Alegre: Mercado Aberto, Série Novo Romance, n. 5, 1996.
275. PRADO, Paulo. Retrato do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1944. E ainda, VIANA, Oliveira, A evolução do povo brasileiro. São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1938, e RAMOS, Guerreiro. O problema nacional do Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Saga, 1960.
276. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MASJ. 1993/1997 (Projetos: I, II, III, IV e IV).
277. PROUS, A. **Arqueologia brasileira**. Brasileira: Brasília: Unb, 1992
278. QUEIROZ, M.I.P. **História oral e arquivos na visão de uma socióloga**. São Paulo: FINEP, 1994.
279. _____. O pesquisador, o problema da pesquisa, a escolha de técnicas: algumas reflexões. In: **Reflexões sobre a pesquisa sociológica**. São Paulo: Centro de Estudo Rurais e Urbanos, 1992.
280. _____. Relatos orais: do indizível ao dizível. In: **Experimento com histórias de vida (Itália-Brasil)**, São Paulo: Vértice, 1998.
281. QUILLET, Pierre. **Introdução ao pensamento Bachelard**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

282. RAISON, Jean Pierre. Migração. In: **Enciclopédia**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986, p. 488.
283. REBOUÇAS, Gabriel. Encerramento do ano letivo de 1940. **O labor**. Joinville, 21 dez. 1940, p. 19.
284. RELATÓRIO APRESENTADO A SECRETARIA DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – SPHAN – Santa Catarina pelo Arquiteto, Urbanista e preservador de Patrimônio Georg Voigt Strasse, 1987. (Tradução Maria Tereza Böbel)
285. REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. São Paulo, n. 40, 1996.
286. RIBEIRO, Berta G. Cultura material: objetos e símbolos. **Revista Ciência em Museus**. Vol 2, out. 1990.
287. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira – a organização escolar**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1990.
288. RICHTER, K. A fundação de Joinville: Sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**. Florianópolis, 3ª fase, n. 4.
289. RICHTER, K. **Sociedade colonizadora hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau**. Florianópolis: UFSC, Blumenau: FURB, 1986.
290. RODRIGUES, R. N. **As Raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1938.
291. ROMÉRO, Sylvio. **História da Literatura Brasileira**. Rio de Janeiro: J. Olímpio, 1943.
292. _____. **O evolucionismo e o positivismo no Brasil**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Alves, Unesp/Assis, 1985.
293. ROSE, Francis. Patrimônio de Minas e do mundo. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 28 fev. 1999.
294. RUIZ-MATEOS, María dolores Ruiz de Lacanal. **Conservadores y restauradores: en la Histotia de la conservación y trestauración de bienes culturales**. s. d.
295. RUSSIO, W. **Museu, um aspecto das organizações culturais num país em desenvolvimento**. Memória apresentada a Escola Pós-Graduada de Ciências da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, Dissertação de Mestrado. São

Paulo, 1977.

296. _____. O desafio museológico. In: **A memória do pensamento museológico contemporâneo – documentos e depoimentos**. Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
297. SANTAELLA, Lúcia. **O que é semiótica**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
298. SANTOMÉ, Jurjo Torres. **As culturas negadas e silenciadas no currículo**. In: *Alienígenas na sala de aula*. Petrópolis: Vozes, 1998.
299. SANTOS, L.C.P. A produção do conhecimento pedagógico e sua relação com o saber escolar. 46ª Reunião da SBPC, Recife, jul 1993. In: *Intermeio – Revista do Mestrado em Educação*. PESSANHA, E.C. A construção da disciplina didática, Campo Grande, 1995.
300. SANTOS, Milton. **Sociedade e espaço**. São Paulo: Hucitec, 1993.
301. _____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1997.
302. SAVIANI, D. **Educação brasileira estrutura e poder**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1987
303. SCHEINER, T.C. Museu e museologia, uma relação científica? In: **Ciências em Museus**. V. 1. n. 1. Brasília: CNPq, abril, 1989.
304. SCHELBAUER, A. R. **Idéias que não se realizam. O debate sobre a educação do povo no Brasil de 1970 a 1917**. Maringá: EDUEM, 1998.
305. SCHELLING, V. **A presença do povo na cultura brasileira**. Campinas: UNICAMP, 1991.
306. SCHNEIDER, A. B. **Nossa boa terra, contos e crônicas da terra dos príncipes**. Joinville: Edição Particular, 1984.
307. _____. **Memórias (I) (de um menino de 10 anos)**. Joinville: Imprensa Ipiranga, sd.
308. _____. **Memórias (IV) do meu tempo de “Deutsche Schule”. A nacionalização do ensino**. Joinville: Imprensa Ipiranga, sd.
309. SCHWARZ, L.K.M. **O nascimento dos museus brasileiros, 1870 – 1910**. In: *História dos Museus no Brasil*. São Paulo: IDESP, Vértice, 1989.
310. SEGALL, Maurício. **Museu para o quê?** Simpósio Internacional de “Arte contemporânea

no Museu – imagens e discursos”, Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, 14 de out. 1997.

311. SENNETT, Richard. **O declínio do homem público – as tiranias da intimidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
312. SÉRGIO, Mário. Em defesa do patrimônio. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 21 fev. 1999. Caderno Espetáculo, p. 1.
313. SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.
314. _____. **Nacionalismo e identidade étnica**. Florianópolis: FCC, 1981.
315. _____. **A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim**. Porto Alegre: Movimento, 1974.
316. _____. A liga pangermânica e o perigo alemão no Brasil: análise sobre dois discursos étnicos irredutíveis. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba: Associação Paranaense de História, 1989.
317. _____. Herança e estrutura familiar camponesa. In: **Boletim do Museu Nacional**. Antropologia n° 52, Rio de Janeiro, 1985.
318. _____. Grupo étnico: etnicidade. In: **Dicionário de Ciências Sociais**. Editora da Fundação Getúlio Vargas: Rio de Janeiro, 1986.
319. SIÂN JONES. The archaeology of Ethnicity. Constructing identities in the past and present. Londres, Routledge, 1997.
320. SILVA, A. L.da (org) **A Questão Indígena na Sala de Aula**. Brasiliense, 1987.
321. SILVA, L. P. da. A solução do problema humano dos sertões pela colonização nacional. **Revista de imigração e colonização**. 11(20), 2º semestre de 1950, p. 238-310.
322. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org) **Alienígenas na sala de aula – uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.
323. _____. Currículo e identidade Social: Territórios Contestados. In: **Alienígenas na Sala de Aula**. Petrópolis: Vozes, 1998.
324. SINSOM, O.V. **Vida familiar em diferentes grupos étnicos em São Paulo: educação, lazer e consumo cultural em cidades em rápida transformação (1846-1950)**. Os

Alemães. Centro de Memória- UNICAMP, Inédito, 1995.

325. SONTAG, Susan. **Ensaio sobre fotografia**. Rio de Janeiro: Arbor, 1981.
326. STORE, Peter G. **The presented past – heritage, museums and education**. London and New York: In Association with English Heritage, s.d.
327. SUANO, M. **O que é museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
328. TAMANINI, Elizabete. Museu Arqueologia e o Público. In: **Cultura material e arqueologia histórica**. (Org.) Pedro Paulo A. Funari. Campinas: São Paulo, UNICAMP. F.C.H., 317 p. (Coleção Idéias), 1998.
329. _____. **O MASJ e o complexo processo de institucionalização do patrimônio arqueológico**. Balanços e perspectivas. Conferência apresentada no IX Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, 22 a 26 de setembro de 1977.
330. _____. Descobrir, coletar, preservar: aspectos da história dos museus. In: **Memória e Patrimônio: A perspectiva dos Museus locais**. Campinas: Unicamp, Dissertação de Mestrado, 1994.
331. _____. **História revisitada: a etnicidade no sul do Brasil sob o olhar da cultura material – museu nacional de imigração e colonização**. Campinas, UNICAMP, 1999
Texto apresentado para Exame de Qualificação.
332. _____. **Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville: Um Olhar Necessário**. Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de Educação, 1994.
333. _____. Museu, arqueologia e o público: um olhar necessário. In: **Cultura Material e Arqueologia Histórica**. Coleção Idéias. Campinas: UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998.
334. TERNES, Apolinário. **Colégio Bom Jesus: 60 anos de ensino – 1928-1986**. Joinville: Meyer 1986.
335. _____. **História econômica de Joinville**. Joinville: Meyer, 1986.
336. _____. **Joinville, a construção da cidade**. Joinville: Bartira Gráfica e Editora, 1993.
337. _____. **Bom Jesus: 60 anos de ensino**. Joinville: Gráfica Meyer, 1986.

338. THOMPSON, P. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
339. TILLEY, C. Excavation as theatre. **Antiquity**. v. 63, n. 239, p. 275-280, june. 1989.
340. TOMMASINO, Kimiye et al. **Etnocídio e ecocídio têm preço de mercado?** Carta manifesto dos professores das Universidades Estaduais de Londrina e Maringá. LONDRINA/MARINGÁ, 1998.
341. TRAGTENBERG, Mauricio. Relações de poder na Escola. UNICAMP: Revista Educação e Sociedade, 20,40-45, 1985.
342. TRIVINOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1986.
343. UCKO, J. P. **O passado apresentado – herança, museus e educação**. In: MOLYNEAUX, Brian L.; STONE, Peter G. The Presented Past - Heringe, museums and educacion, 1994.
344. VARGAS, G. **As diretrizes da nova política do Brasil**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1943.
345. VARINE-BOHAN H. de. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1987.
346. VASCONCELLOS C. de Mello. In: **Seminário para implantação da temática Pré-história Brasileira**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1994.
347. VASCONCELOS, C. de Mello. A pré-história brasileira no livro didático. In: **Pré-história brasileira no ensino de 1º, 2º e 3º graus**. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFTJ, 1994.
348. VIEIRA, S. **Como escrever uma tese**. São Paulo: Pioneira, 1991.
349. VON SIMON., Olga R. **Vida familiar em diferentes grupos étnicos em São Paulo: educação, lazer e consumo cultural em cidades em rápida transformação (1846-1950) os alemães**. Projeto de Pesquisa do Centro de Estudos Rurais e Urbanos. CERU/USP e Centro de Memória da UNICAMP, 1995.
350. _____. Folguedo carnavalesco, memória e identidade sócio-cultural. **Resgate Revista de Cultura do Centro de Memória**, Campinas: UNICAMP, 1991.
351. WALTER, Benjamim. **Rua de mão única**. São Paulo: Brasiliense, 1987, (obras escolhidas, 2).

352. WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Livraria Pioneira, 1987.
353. WERNECK, Gustavo. Uma cidade muito bem protegida. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 30 dez. 1998.
354. WERTHEIN, Jorge. A cidade do futuro. **Estado de Minas**. Belo Horizonte, 11 dez. 1999, Pensar, p. 1.
355. WILLEMS, Emilio **Assimilação e populações marginais no Brasil (estudo sociológico dos imigrantes e seus descendentes)**. São Paulo: Nacional, 1940.
356. _____. **A aculturação dos alemães no Brasil. Estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. São Paulo: Cia. Ed.Nacional, 1946, UEM.
357. _____. **A aculturação dos alemães no Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1980.
358. WORCAMAN, Suzane. Heranças e Lembranças (Imigrantes Judeus no Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: ARI, CIEC, MIS, 1991.
359. WRIGHT, J. & MAZEL, A. **Controlling the past in the Museums of Natal and Kwazulu**. Critical Arts, 1991.

ANEXOS

ANEXO 1 – MUSEU, EDUCAÇÃO E ARQUEOLOGIA: PROSPECÇÕES ENTRE TEORIA E PRÁTICA.

**ANEXO 2 – O MUSEU, A ARQUEOLOGIA E O PÚBLICO: UM OLHAR
NECESSÁRIO**